

Joana Isabel Fontes Santos

# O efeito Maddie

Análise da relação entre Jornalistas e Sistema  
Judicial no desaparecimento de *Maddie McCann*

Porto 2009



Joana Isabel Fontes Santos

# O efeito Maddie

Análise da relação entre Jornalistas e Sistema  
Judicial no desaparecimento de *Maddie McCann*

Porto 2009

Joana Isabel Fontes Santos

# O efeito Maddie

Análise da relação entre Jornalistas e Sistema  
Judicial no desaparecimento de *Maddie McCann*

---

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade  
Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção  
do grau de Mestre em Jornalismo, sob orientação do Prof.  
Doutor Ricardo Jorge Pinto.

## Dedicatória

Aos meus Pais, por tudo. Por me terem feito acreditar que eu era capaz de atingir mais uma etapa da minha vida.

Ao meu namorado, Vitor, pela ajuda, compreensão e apoio nos momentos mais difíceis.

## **Agradecimentos**

Resultado de extensas horas de estudo, reflexão e trabalho durante vários meses, esta Dissertação de Mestrado é o culminar de mais um objectivo académico a que me propus e que sem a ajuda e apoio de várias pessoas não teria sido possível.

Ao meu, Orientador, Ricardo Jorge Pinto, pelo apoio constante e incondicional, pelo incentivo, pelas críticas atentas e construtivas e valiosos conselhos.

A todos os jornalistas que entrevistei, sem a sua cooperação o meu estudo não teria sido possível.

À minha família e namorado, por serem o meu porto de abrigo e me ajudarem a ultrapassar todos os obstáculos da vida.

Aos meus Amigos, que estiveram sempre comigo. Certamente que todos se sentirão reconhecidos e incluídos ao lerem esta frase.

*Obrigada a todos!*

## Resumo

A notícia considerada como uma construção social da realidade, resulta da permanente troca e negociação de significado dos acontecimentos. As fontes de informação constituem uma dimensão indispensável para a compreensão e exercício do jornalismo.

Todos os dias, os jornalistas vêm-se obrigados a ultrapassar inúmeras barreiras no exercício da sua profissão. Nem a *liberdade de informar e ser informado* podem ser concebidas em termos absolutos, nem as normas ético-legais podem ser ignoradas. O relacionamento existente entre os jornalistas e o sistema judicial é um dos grandes obstáculos que o jornalista tenta ultrapassar quando o seu objectivo é informar a opinião pública sobre algum caso judicial.

A partir do *Caso Maddie McCann*, um dos acontecimentos mais mediáticos de 2007, analisei a influência inglesa nos *media* portugueses, assim como a relação que os jornalistas têm com conceitos judiciais e o relacionamento que têm com a Polícia Judiciária.

## **Abstract**

The news are considered as a social construction of reality in permanent change and negotiation with public events. The sources of information are an essential dimension to the understanding and the exercise of journalism.

Every day, journalists are obliged to overcome many obstacles in the exercise of their profession. Not the freedom to inform and be informed can be conceived in absolute terms, nor the ethical and legal standards can be ignored. The relationship between journalists and the judiciary is one of the major obstacles that the journalist tries to overcome when your aim is to inform the audiences about a court case.

From the Maddie McCann case, one of the most mediatic in 2007, is examined the english influence on the portuguese *media* and the relationship between journalists, legal concepts and the portuguese police.

## Resumé

L'article considéré comme une construction sociale de la réalité résulte de la permanente échange et négociation du sens des événements. Les sources d'informations constituent une dimension indispensable pour comprendre et faire du journalisme.

Chaque jour, les journalistes se voient obligés de surmonter de nombreux obstacles dans l'exercice de leur profession. Ni la liberté d'informer et d'être informé peuvent être conçues en termes absolus, ni les normes éthiques et juridiques peuvent être ignorés. La relation entre les journalistes et le pouvoir judiciaire est l'un des principaux obstacles que le journaliste tente de surmonter lorsque son objectif est d'informer l'opinion publique sur une affaire judiciaire.

De l'affaire Maddie McCann, l'une des plus médiatiques de 2007, j'ai analysée l'influence anglaise sur les médias portugais, ainsi comme la relation que les journalistes ont avec les concepts juridiques et le relationnement qu'ils ont avec la police portugaise.

# Índice

<b>Dedicatória .....</b>	<b>I</b>
<b>Agradecimentos .....</b>	<b>II</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>III</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>IV</b>
<b>Resumé.....</b>	<b>V</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>I Capítulo – Os Jornalistas e as Fontes de Informação.....</b>	<b>5</b>
1.1    Conceitos e Teorias de análise das fontes .....	5
1.2    Tipologia das fontes .....	16
1.2.1    Hierarquização das fontes.....	16
1.2.2    Avaliação das fontes.....	17
1.3    Importância do anonimato das Fontes .....	20
1.3.1    As fontes anónimas na Política, Saúde e Crime .....	23
1.3.2    (D)efeitos de informação .....	24
<b>II Capítulo – Ética e Deveres de um jornalista .....</b>	<b>31</b>
2.1    Deontologia .....	31
2.2    Sigilo Profissional .....	32
2.3    Segredo de Justiça .....	34
2.4    O Crime e os <i>Media</i> .....	39
<b>III Capítulo – O efeito <i>Maddie</i> .....</b>	<b>45</b>
3.1    Resumo do <i>Caso Maddie McCann</i> .....	45
3.2    Metodologia e Fontes .....	48
3.3    Apresentação e Análise dos resultados.....	50
3.3.1    A aliança luso-britânica .....	50
3.3.2    A influência inglesa .....	51
3.3.3    As pressões inglesas .....	51
3.3.4    Os jornalistas e a polícia.....	52
3.3.5    A polícia como fonte de informação .....	52

---

3.3.6	As conferências de Imprensa.....	53
3.3.7	Alterações nos procedimentos jornalísticos .....	54
3.3.8	O antes e o depois.....	56
3.3.9	As fontes anónimas.....	56
3.3.10	Limites e abusos da ética jornalística .....	57
3.3.11	A retratação dos <i>media</i> .....	59
3.3.12	A relação do <i>Caso Maddie</i> com o <i>Caso Joana e Noite Branca</i> .....	60
<b>Conclusão .....</b>		<b>63</b>
<b>Bibliografia.....</b>		<b>66</b>
<b>Anexos.....</b>		<b>71</b>
	Entrevista aos Jornalistas Portugueses .....	71
	Entrevista aos Jornalistas Ingleses.....	73
	Entrevista a Alexandra Serôdio (Jornal de Notícias).....	75
	Entrevista a Tânia Laranjo (Correio da Manhã).....	82
	Entrevista a Luís Fontes (24 Horas) .....	85
	Entrevista a Maria Barbosa (Expresso) .....	88
	Entrevista a Frederico Duarte Carvalho (Focus) .....	97
	Entrevista a Maria Augusta Casaca (TSF) .....	101
	Entrevista a Hugo Matias (TVI) .....	105
	Entrevista a Ian Woods (Sky News).....	113
	Entrevista a Rogério Santos (Teórico e Professor Universitário).....	117

## **Introdução**

---

## Introdução

*“O potencial de noticiabilidade do crime ganha um maior ênfase se tivermos em linha de conta as leis de mercado concorrencial que dominam o espectro dos mass media e a sua conseqüente apetência para as histórias e ícones de grande impacto, onde a violência sobressai como um estímulo poderoso.”*  
(Penedo, 2003, p.13)

A representação simbólica do fenómeno criminal que os *media* transmitem, resultante da sua relação “íntima” com as autoridades judiciais, é um dos pontos fulcrais deste trabalho. Saber como se relacionam jornalistas e justiça – como fonte de informação é o objectivo central a analisar, tomando para o efeito as entrevistas realizadas aos envolvidos no *Caso Maddie McCann* como objecto de análise.

O *Resort Ocean Club* na Praia da Luz, no Algarve, foi o local escolhido por um casal de cidadãos ingleses (Kate e Gerry McCann) para passar férias, acompanhadas pelos seus três filhos (Madeleine de 3 anos, Sean e Amelie de 2 anos). Estávamos em Maio de 2007, mais precisamente no dia 3 de Maio, perto das 22 horas, quando a filha mais velha do casal (Madeleine) é dada como desaparecida do quarto onde, alegadamente, dormia com os irmãos. O alarme é dado e as buscas são iniciadas pela GNR, e por volta da meia-noite chega a Polícia Judiciária (PJ). No dia seguinte, os *media* portugueses e estrangeiros já tinham ocupado a Praia da Luz. Os pais, através da Sky News, dirigem um apelo a um “eventual raptor”. A tese de que a criança teria sido raptada é publicamente divulgada como a mais provável. Nos dias que se seguem, as autoridades mobilizam meios extraordinários no sentido de encontrar a criança, ao mesmo tempo que os pais se desdobram em apelos nos *media*, pondo em marcha uma campanha internacional para encontrar *Maddie*.

*Maddie*. Foi assim que ficou conhecida Madeleine Beth McCann, a menina inglesa de 3 anos, desaparecida desde Maio de 2007. Segundo Castro (2007, p.168) isto acontece porque “procurámos uma marca; uma designação que exprimisse a diminuição do tamanho do ser, que adoçou, que encurtou a distância e criou laços emotivos e de familiaridade.”

A escolha deste caso foi feita numa altura em que já se assistia a um “esfriamento mediático”, no entanto, desde o desaparecimento da menina até hoje, este é um caso que continua a ter o seu mediatismo.

Importa dizer que o estudo de caso, cuja análise de resultados se apresenta no terceiro capítulo deste trabalho, perspectiva-se através de uma reflexão e posicionamento crítico em relação à temática das fontes de informação e a “problemática” ética e deontologia do jornalismo. Estes dois domínios configuram-se como eixos estruturantes do trabalho e da reflexão crítica a que me proponho fazer em torno deste tema.

Na primeira parte, sob o título genérico “Os Jornalistas e as Fontes de Informação”, pretende-se analisar e caracterizar a relação que existe entre jornalista e fonte de informação. Também nesta primeira parte do trabalho é reservado um sub-capítulo destinado à utilização e importância das fontes anónimas. Esta é uma parte fulcral do trabalho, uma vez que os jornalistas nas suas relações com as autoridades judiciais fazem-no, na sua maioria, através deste tipo de fonte de informação.

Na segunda parte, “Ética e Deveres de um jornalista”, pretende-se referir ao Código Deontológico dos jornalistas e algumas partes da sua Ética, assim como conceitos ligados ao Código do Processo Penal, relacionados ao jornalismo. A Lei de Imprensa e o segredo de justiça são dois pontos abordados neste capítulo. Outro ponto focado neste capítulo é o interesse que a sociedade demonstra por temas relacionados com a criminologia.

Por último, na terceira parte, através da análise das entrevistas elaboradas, assim como da literatura acerca do *Caso Maddie McCann*, pretende-se averiguar algumas questões ou premissas que determinam a dissertação:

- ✓ Será que a vinda dos jornalistas ingleses a Portugal afectou o comportamento dos jornalistas portugueses?
  
- ✓ A relação que os jornalistas têm com conceitos como *segredo de justiça* e *fontes de informação* alterou-se com o *Caso Maddie McCann*?

- ✓ Será que a relação entre jornalistas e Justiça permaneceu a mesma no *Caso Maddie McCann*?

A relação existente entre jornalistas e fontes de informação afigura-se como tema central deste estudo. O caso que serve de base a esta dissertação foi bastante mediático, tanto a nível nacional como internacional, daí o seu relevo para averiguar qual o tipo de relacionamento – que existiu, o que existe, e que poderá existir a partir deste caso – entre jornalistas e sistema judicial.

# **I Capítulo**

## **Os Jornalistas e as Fontes de Informação**

---

## I Capítulo – Os Jornalistas e as Fontes de Informação

Este capítulo destina-se à apresentação das definições de fontes assim como às várias teorias que têm como objecto de estudo as fontes de informação, caracterizando-as e enfatizando o seu recurso em situações específicas. A hierarquização e o anonimato das fontes de informação, a questão dos riscos e responsabilidade que advém da utilização de fontes anónimas e o significado do termo arguido são outros temas que serão abordados ao longo deste capítulo.

### 1.1 Conceitos e Teorias de análise das fontes

“A notícia é apresentada como produto das transacções entre jornalistas e fontes, como permanente *enjeu*: uma convergência social e discursiva mas também a independência de acções de cada uma das partes envolvidas, em que os autores documentam os processos de negociação e luta entre fontes e jornalistas.” (Ericson et al., 1989, p.5)<sup>1</sup>

A notícia é uma construção social da realidade (Tuchman, *cit. in* Santos, 2001, p.131) que resulta da permanente troca e negociação de significado dos acontecimentos. Assim, se compreende que, para compreender o jornalismo, no entender Manuel Pinto (2000, p.277), as fontes constituam uma dimensão indispensável. Segundo Sousa (2001, p.62) “toda e qualquer entidade que possua dados susceptíveis de ser usados pelo jornalista no seu exercício profissional pode ser considerada uma fonte de informação”, isto é, todos podemos ser uma fonte de informação.

“As fontes são pessoas, são grupos, são instituições sociais ou são vestígios – falas, documentos, dados – por aqueles preparados, construídos, deixados. As fontes remetem para posições e relações sociais, para interesses e pontos de vista, para quadros espaço-temporalmente situados. Em suma, as fontes a que os jornalistas recorrem ou que procuram são entidades interessadas, quer dizer, estão implicadas e desenvolvem a sua actividade a partir de estratégias e com tácticas bem determinadas.” (Pinto, 2000, p.278)

---

<sup>1</sup> Tradução da autora.

No espaço público existe uma enorme quantidade e variedade de poder de fontes oficiais, não oficiais e outras fontes. Assistimos a um permanente jogo de poder e hegemonia, de sedução e romance, que definem e constituem o *campo jornalístico*: o “palco das múltiplas vozes que procuram aceder ao jornalistas” (Santos, 2003, p.41). De acordo com Schlesinger e Tumber (*cit. in* Santos, 2003, p.38), as fontes são consideradas como elementos que ocupam “domínios onde exercem concorrência para aceder ao *campo jornalístico* (...) para atingir públicos específicos.”

Michael Schudson (*cit. in* Traquina, 2001, p.76) descreve a produção de notícias como “uma questão burocrática apanhando notícias pré-fabricadas de representantes de outras burocracias”. Isto reflecte a definição de *campo jornalístico*, onde as fontes não têm o mesmo tipo de acesso.

“ (...) na realidade, fontes, jornalistas e público coexistem dentro de um sistema que se assemelha mais ao jogo da corda do que a um organismos funcional inter-relacionado. No entanto, os jogos de corda são decididos pela força: e as notícias são, entre outras coisa, o exercício do poder sobre a interpretação da realidade.” (Gans *cit. in* Traquina, 2001, p.76)

As fontes de informação são para o jornalista uma ferramenta de trabalho. A relação entre fonte de informação e jornalista acaba por ter um cariz determinante na construção de uma notícia ou reportagem. Sem fontes de informação, considerando-a como uma base crucial para a investigação jornalística, não existiria informação jornalística. No entanto, tal como já se referiu, o campo jornalístico é vasto: a toda a hora se recebe uma imensidão de informações em bruto. Ao jornalista cabe uma função essencial: ter a capacidade de recolha das melhores informações e tratá-las convenientemente para as transmitir ao seu público-alvo. Se o profissional de jornalismo tem como objectivo principal “fornecer informações e ideias ao espaço público, e se essas informações e ideias produzem efeitos nas pessoas, nas sociedades, nas civilizações e nas culturas” (Sousa, 2002, p.2) então, importa esclarecer qual é a proveniência dessas informações e ideias, ou seja, saber a origem das fontes de informação.

“O jornalismo é um campo fundamental na produção e reprodução da vida social, tornava-se necessário a análise da relação com as fontes num quadro mais vasto e complexo, que fizesse emergir não apenas as dinâmicas internas

ao campo, mas as convergências e as conflitualidades, decorrentes da interação no sistema social.” (Pinto, 2000, p.277)

O estudo das fontes de informação tem sido objecto de análise de vários teóricos, caracterizando-as e enfatizando o seu recurso em situações específicas. Sigal, Molotch e Lester, Stuart Hall et al., Gans, Hess, Ericson et al. e Schlesinger e Tumber são alguns dos autores que tiveram como finalidade o estudo da fonte de informação, não deixando de lado autores portugueses como Jorge Pedro Sousa, Ricardo Jorge Pinto e Rogério Santos.

A ideia de que “os conteúdos da notícia dependem daquilo que as fontes dizem e do tipo de fontes consultadas” é defendida por Sigal (*cit. in* Sousa, 2002, p.2), referindo ainda que, apesar de haver mediação por parte do jornalista, as fontes dominantes são as fontes oficiais. Sigal encara as fontes oficiais como “fazedores” de factos que procuram influenciar a tomada de decisão através da informação atribuída, daí afirmar que são estas fontes que controlam a informação sobre o meio envolvente, em especial o mundo e a opinião pública.

Para este autor, os “quem” numa “estória” assumem grande importância, isto porque “a notícia depende das fontes e só é compreensível através das mesmas” (Sigal *cit. in* Santos, 1997, p.26), que, no entanto, não têm acesso igual aos meios de comunicação. “Ao escolherem os “quem”, os jornalistas preferem os conhecidos aos desconhecidos, e quando não há conhecidos, eles criam-nos.” (Sigal *cit. in* Santos, 1997,p.29).

Ao exporem “um quadro conceptual da relação dos vários agentes presentes na notícia”, Molotch e Lester concederam um grande contributo à sociologia do jornalismo. (Santos, 2003, p.21). *Promotores de notícias* foi o conceito apresentado pelos autores “para caracterizar as fontes que tentam promover determinadas ocorrências à categoria de notícias ou que tentam impedir que outras ocorrências se transformem igualmente em notícias” (Sousa, 2002, p.2).

Uma ocorrência é encarada como um acontecimento conhecido, que “passa por um conjunto de agências (promotores, jornalistas e consumidores de informação) que ajudam a construir o acontecimento por meio de rotinas organizativas, e a torná-la notícia” (Santos, 2006, p.28).

Assim, Molotch e Lester (*cit. in Santos, 1997 e 2003*) reconhecem três tipos de pessoas, posicionadas de forma diferente perante a estrutura do trabalho jornalístico e que, em simultâneo, interagem: promotores (“*news promoters*”), jornalistas (“*news assemblers*”) e leitores (“*news consumers*”).

- Os *promotores* ou “*news promoters*” são indivíduos que identificam e tornam observável uma ocorrência, que seja dotada de atingir o grau de acontecimento. O conceito de “promoção”, refere-se à possibilidade de “um actor, ao realizar uma ocorrência, ajuda a torná-la visível e a relatar a terceiros” (Santos, 1997, p.23), podendo ser directa, simples e óbvia.
- Os *construtores da notícia* ou *jornalistas*, ou como os autores denominam, “*news assemblers*”, são os profissionais que transformam as ocorrências em acontecimentos públicos, através da sua publicação ou emissão. Existe uma percentagem pequena do que “acontece realmente”, sendo seleccionados apenas as coisas que são importantes, interessantes e especiais. De acordo com Molotch e Lester (*cit. in Santos, 1997, p.24*) os “promotores poderosos” alteram as rotinas de trabalho dos jornalistas aumentando a pressão sobre os *media*.
- Os “*news consumers*” ou *leitores* são os que assistem aos acontecimentos disponibilizados pelos *media* e “criam na sua mente um sentido de tempo público” (Molotch e Lester *cit. in Santos, 1997, p.24*). De referir que estes consumidores, formam uma audiência, que muitas vezes está sujeita à influência dos *media* e ajudam a construir a agenda pública.

“Partindo de duas variáveis – a fonte promove o acontecimento com ou sem intenção; o grupo que opera a transformação da ocorrência – os autores identificam quatro tipos de acontecimentos” (Santos, 1997, p.24). Assim, identificam-se os acontecimentos de rotina, acidente, escândalo e acaso feliz (*serendipity*).

Enquanto o acontecimento de rotina se baseia na intencionalidade e objectivos planeados, sendo promovidos por aqueles que estão implicados; o acidente é inesperado e promovido por terceiros, apesar dos implicados tentarem manter segredo. Quanto ao escândalo, é uma

ocorrência intencional, divulgada por terceiros contra a vontade dos implicados. O quarto tipo de acontecimento é o acaso feliz (*serendipity*), inesperado e frequentemente revelado por acaso pelos implicados.

Considerado por Rogério Santos (2003, p.42) como “um dos conceitos mais fortes”, Stuart Hall et al. seguiu as pisadas de Sigal – em relação ao domínio do poder político sobre as fontes –, e apresentou o conceito de *definidores primários*. Para os autores “ao jornalista restava o papel secundário de recolher e publicar a informação e o sentido a ela dado” (*cit. in Santos, 2003, p.42*), em que a origem e o enquadramento da notícia interessa segundo uma determinada versão do acontecimento. Ou seja, as fontes poderosas conseguem definir os enquadramentos e são elas quem dão sentido às notícias.

“A preferência dada pelos meios de comunicação às opiniões do poder, aos “porta-vozes” oficiais, resulta naquilo a que Hall et al. chamam de *definidores primários* dos assuntos ou temas tratados. Trata-se da hierarquia de credibilidade: os mais poderosos ou com estatuto social mais elevado terão as suas definições melhor bem aceites, mesmo nos temas mais controversos.” (Santos, 1997, p.29)

Hall et al. apontam a existência de quatro tipos de fontes com poder: representantes das principais instituições sociais; do poder institucional; do estatuto representativo e especialistas (Santos, 1997, p.30).

Da relação entre estas fontes poderosas e os *media* começa a incrementar-se, segundo os autores, a questão do “papel ideológico” dos meios de comunicação;

“Ao produzir uma definição da realidade social, os meios de comunicação constroem uma imagem particular da sociedade representativa dos interesses particulares de classe, comandando-se a paragem entre o que deve ser “conhecido” e a ignorância estruturada do público em geral.” (Hall et al. *cit. in Santos, 1997, p.30*)

Os autores sugerem, ainda, o movimento das “definições” onde “não há lugar para os meios de comunicação que tomam iniciativa de provocar os chamados primeiros definidores e os obrigar a responder” (Santos, 1997, p.30).

Herbert Gans, de acordo com Santos (1997), caracteriza o ponto de viragem no estudo das relações entre jornalista e fonte de informação. Isto porque Gans estudou o comportamento dos jornalistas nas redacções de vários meios de comunicação, especificamente as cadeias de televisão CBS e NBS e as revistas *Time* e *Newsweek*, deixando de lado a relação, propriamente dita, entre jornalistas e fontes. Daí que Santos (1997, p.32) refira que o “novo período de metodologias empíricas” se fortaleceu, uma vez que o estudo de Gans aponta o campo do “*newsmaking* como espaço próprio para a investigação”.

Apesar de no seu estudo Gans não realçar a relação entre fonte – jornalista, as fontes de informação são “factos determinante para a qualidade de informação produzida pelos meios de comunicação” (Santos, 1997, p.32). Deste modo, a definição que dá de fonte pode-se considerar “simples mas precisa: pessoa que o jornalista observa ou entrevista e a quem fornece informações enquanto membro ou representante de um ou mais grupos (organizados ou não) de utilidade pública ou de outros sectores da sociedade (Gans *cit. in* Santos, 1997, pp.32-33).

O autor apresenta a ideia de negócio entre os actores que constroem a notícia. “A relação entre fontes e jornalistas assemelha-se a uma dança, para as fontes terem acesso aos jornalistas, e os jornalistas terem acesso às fontes” (Gans *cit. in* Pinto, 1997, p.93). Segundo Ricardo Jorge Pinto (1997, pp.93-94), as fontes dominam esta interacção, no entanto, os jornalistas continuam a ter sempre um papel activo, especialmente na selecção das suas fontes. Apesar de, na maioria das vezes, a relação ser favorável a ambos e isso é visível na convergência dos diferentes objectivos.

“Os jornalistas vêem as pessoas essencialmente como potenciais fontes, mas as fontes vêem-se como pessoas com a oportunidade de fornecer informação que promova os seus interesses, que publique as suas ideias, ou em alguns casos, só para verem os seus nomes e caras nas notícias.” (Gans *cit. in* Pinto, 1997, p.94)<sup>2</sup>

Existem vários factores que interferem na selecção das fontes. Num estudo onde procura saber como os vários *media* produzem informação, Gans expõe a proximidade, geográfica e

---

<sup>2</sup> Tradução da autora.

social<sup>3</sup>, como um dos mais poderosos critérios de noticiabilidade para obter acesso aos jornalistas, e vice-versa. O autor define o processo de acesso mútuo como um sistema de conveniências, onde os factores como este têm um papel significativo em desenvolver circunstâncias para produzir notícias (Pinto, 1997, p.94).

Herbert Gans faz a distinção entre jornalistas especializados e generalistas. De acordo com Pinto (1997, p.95) a situação que limita as fontes é mais comum no sistema de informação denominado pelos jornalistas generalistas. Isto porque, um repórter especialista deve ser competente para reconhecer um maior número de fontes e para diversificar o conjunto de informações fornecidas. Por outro lado, um jornalista não especializado que não domina inteiramente um certo domínio tem de confiar na informação proveniente das fontes que parecem ser as mais credíveis.

O autor distingue *conhecidos* – elites política, económica, social e cultural – e *desconhecidos* – pessoas comuns e anónimos –, afirmando que os primeiros surgem nas notícias quatro vezes mais que os segundos. Por outro lado, acrescenta que *conhecidos* como presidentes, candidatos presidenciais, membros do governo e do parlamento e outros funcionários superiores do Estado são actores de cerca de metade das notícias (Santos, 1997, p.34).

Gans sublinha que: “fontes ávidas e poderosas que precisam de aparecer nas notícias, tornam-se mais apropriadas porque elas podem fornecer informação, e depois como satisfazem a consideração da fonte para a autoridade e produtividade” (Gans *cit. in* Pinto, 1997, p.95).<sup>4</sup>

As relações entre funcionários públicos – especificamente os assessores de Imprensa – e os jornalistas são o âmago do estudo de Stephen Hess (Santos, 1997 e 2003). Neste, o autor estudou as práticas que garantem esta relação, focando ainda a utilidade das fugas de informação<sup>5</sup>, quer em situações de rotina quer em fases de crise.

---

<sup>3</sup> A proximidade social é mais problemática para algumas pessoas que queiram tornar-se fontes, por causa da falta de conhecimento para contactar os jornalistas.

<sup>4</sup> Tradução da autora.

<sup>5</sup> Tema desenvolvido no ponto 1.3.2.

Hess estudou cinco agências federais de Washington, vendo e ouvindo tudo o que se passava nos gabinetes de Imprensa, conseguindo descrever os meios operacionais, recursos, níveis organizativos e actividades das fontes (Santos, 1997, p.35).

De acordo com Hess, as “estratégias das fontes, que circulam entre a redução do impacto negativo em situação de catástrofe à prática pedagógica da mensagem comunicativa e à necessidade de alimentar permanentemente os canais de informação” (Santos, 1997, p.35).

A ideia que se tem, na maior parte das vezes, do trabalho dos assessores de Imprensa é a de manipulam, gerem e controlam as notícias. Uma das conclusões do estudo do autor é de que esta premissa está incorrecta.

“O ponto de vista de quem está dentro do gabinete de Imprensa é que a maior parte do tempo e da energia se destina à pesquisa dos processos operativos da instituição (às vezes sem sucesso), procurando material solicitado pelos repórteres.” (Santos, 1997, p.35)

Apesar de, segundo Rogério Santos (1997 e 2001), esta ser uma conclusão “polémica”, diferente da ideia de *definidores primários* de Hall et al. e do pensamento de negócio na produção noticiosa, o estudo de Hess realça o esforço dos assessores de Imprensa, que mesmo a trabalhar em condições difíceis e em situações de crise, conseguem fornecer um produto final útil (Hess *cit. in* Santos, 1997, p.36).

Para o autor, os assessores de Imprensa mostram um trabalho eficiente interna e externamente. O fluxo de informação nos *media* é grande, mas os assessores de Imprensa ajustam-se e “apresentam a informação de forma ordenada” (Hess *cit. in* Santos, 1997, p.36). Relativamente à eficácia externa, os “*press releases*” dos assessores são, em diversas situações, a base do trabalho noticioso e surgem escritos de forma coerente e simples de forma a facilitar a interpretação do jornalista. Assim se percebe que “as fontes desempenham papéis que os jornalistas compreendem” (Hess *cit. in* Santos, 1997, p.37).

A relação entre fonte e jornalista é descrita como um círculo em que um reage ao outro. Isto é, há uma relação recíproca que despoleta e gere as notícias; “ (...) quem inicia ou tenta gerir as

notícias depende parcialmente da oferta e da procura, sem esquecer a grande concorrência existente entre os departamentos governantes e as organizações noticiosas” (Hess *cit. in* Santos, 1997, p.36).

Ericson et al. (1989) estudaram o modo como as fontes protegem as suas organizações contra a busca jornalística do desvio e das fugas de informação. Os autores consideram que a notícia é fruto das transacções entre jornalistas e as suas fontes – decorrendo de uma permanente negociação. Ericson et al. definem a relação como uma dança, uma simbiose entre conceitos como o jogo e o negócio, em que se luta para se saber o que não se sabe, o que está disponível e o que se esconde.

“A relação entre fonte informativa e jornalística é uma luta e um negócio permanentes: aquela coloca as informações de acordo com os seus objectivos; este adapta a informação a quadros de noticiabilidade da sua organização. Este confronto gera situações cuja imprevisibilidade e ausência de análise, havendo ainda lugar para a articulação de confiança e o estabelecimento de censura.” (Ericson et al., 1989, p.263)<sup>6</sup>

A luta ou o jogo geram momentos de conflito, acabando por conduzir à negociação. Isto é, “a ajustar, comprar ou vender e promover acções entre as duas partes, perceber as regras (formais e informais), actuar em conformidade com elas e jogar um número indeterminado de lances. Na notícia (...) espelha-se esta dança de lances de jogo e negociações” (Santos, 2006, p.34).

O processo de negociação entre jornalistas e fontes estende-se ao controlo de actividades que produzem as notícias, especificamente no que se refere à linha ténue que separa o público e o privado, ou seja, entre as fontes que protegem as organizações a que pertencem contra a busca jornalística das fugas e do desvio (Silva, 2008, p.42). Daí que Ericson et al. tenha criado a denominada “grelha de regiões” constituída por vectores como o secreto, a confiança, a censura e a publicitação.

Enquanto que o secreto se refere ao fechamento da região da retaguarda, isto é, as instituições querem manter em segredo o desenvolvimento dos produtos e as fontes de investimento; a

---

<sup>6</sup> Tradução da autora.

confidência representa a abertura desta mesma região, onde se produz informações para audiências seleccionadas, sob a forma de exclusivos ou fugas de informação. Relativamente à censura, esta apresenta o fechamento da região da frente, permitindo aos jornalistas um nível de acesso às instituições, mesmo em situações pouco favoráveis. A publicitação refere-se à abertura da região da frente, ou seja, a edição de notícias que dêem uma imagem positiva junto da opinião pública.

Para os autores, a produção de notícias “é o significado atribuído aos acontecimentos”, daí existirem conflitos entre os sentidos preferidos e representados nas notícias (Santos, 2003, p.37). A preocupação das fontes centra-se mais nos efeitos do controlo social dos meios de comunicação social do que com o valor da informação pública.

“ A negociação do controlo social e dos sentidos dos acontecimentos a vários níveis, entre membros e unidades numa fonte, entre membros e diferentes fontes, entre jornalistas e editores numa dada organização noticiosa, entre membros de diferentes organizações noticiosas e entre fontes e organizações noticiosas.” (Ericson et al., 1989, p.377) <sup>7</sup>

A investigação de Philip Schlesinger e Howard Tumber (Santos, 1997 e 2003) incidiu sobre fontes policiais e a organizações ligadas à justiça, descrevendo o poder desigual das várias fontes no acesso aos jornalistas.

Para os autores a prática jornalística favorece os interesses das fontes que têm uma autoridade de peso, especialmente as que estão no interior do aparelho governamental e do Estado. Isto é, as fontes oficiais têm um papel dominante. Contudo, Schlesinger evidencia o papel das fontes não oficiais e dos grupos de pressão nas notícias: a produção de notícias surge de afirmações e tomadas de posição das vozes e fontes de informação, que oferecem informações directa ou indirectamente aos jornalistas (Schlesinger e Tumber *cit. in* Santos, 2003, p.38).

Schlesinger e Tumber vêem a relação entre jornalista e fonte como um intercâmbio de informações.

---

<sup>7</sup> Tradução da autora.

“A interacção entre jornalista e fonte de informação entende-se como modo de troca, o qual ultrapassa a relação entre uma fonte de informação e um jornalista, mas ocorre entre dois grupos, profissões e tipos de organizações.” (Schlesinger e Tumber, *cit. in* Santos, 2003, p.38)

Philip Schlesinger propõe a noção de *campo estruturado*. O autor apoia-se em conceitos como o de *definidores primários* de Stuart Hall e *campo intelectual* de Bourdieu. Este último, reporta ao sistema de relações sociais onde surge o acto de comunicação (Santos, 2006, p.21) e, embora o autor reforce a relação das fontes no sistema do qual advém a comunicação dá vantagem ao conceito de Bourdieu, uma vez que mostra a importância da noção de acção estratégica. Através do *campo estruturado* Schlesinger observa as “arenas institucionais do processo de justiça criminal”, apurando “as actividades concorrentes dos corpos oficiais do Estado, semi-oficiais, relacionados com um número de campos intelectuais sobrepostos e que interessam à justiça e lei, ordem social, criminal e sistema prisional” (Schlesinger *cit. in* Santos, 2006, p.21).

As fontes ocupam domínios onde disputam o acesso ao *campo jornalístico*, mesmo quando as vantagens materiais e simbólicas se distribuem de forma desigual. De acordo com Schlesinger (1992 *cit. in* Santos, 1997, p.51), os diferentes grupos dispõem de um poder desigual que resulta num acesso desigual nos sistemas de produção e difusão de informações.

Schlesinger e Tumber anunciam quatro tipos de recursos das fontes de informação: o grau de institucionalização da fonte, a sua base financeira, a estratégia e o capital cultural da fonte. O primeiro factor refere que a informação é moldada através de estratégias internas e critérios específicos de eficácia: transmitir uma mensagem bem definida; utilizar os *media* apropriados; reunir as condições para se ter sucesso na comunicação e estar preparados para as reacções da oposição. O suporte financeiro é o segundo factor, que caso se revele adequado, faz com que o valor dos investimentos se articulem com a eficácia determinada. O terceiro factor prende-se com a existência de uma estratégia, que no caso de grupos de pressão, se apresenta sob a forma de competição.

“As relações existentes entre os movimentos sociais e a actividade mediática merecem ser aprofundadas. A procura de fontes de informação pode transformar, num movimento político, desconhecidos em celebridades, e

alimentar a luta entre chefes com os efeitos desestabilizantes que as lutas supõem.” (Santos, 1997, p.52)

O último factor é o capital cultural, que surge na forma de legitimidade, autoridade, respeitabilidade e contactos. Este factor depende da posição ocupada pela fonte oficial, sendo a credibilidade uma característica a realçar; “as fontes precisam de apresentar os factos de fora séria. Quanto às fontes não oficiais, elas têm de adquirir a credibilidade à custa de estratégias mais desenvolvidas, estratégias nas quais se destaca a experiência e os contribuintes dos especialistas” (Santos, 1997, p.53).

## 1.2 Tipologia das fontes

### 1.2.1 Hierarquização das fontes

Outra forma de abordar a interação fontes – jornalistas consiste em tipificar e classificar os diferentes tipos de fontes. A classificação das fontes “permite-nos fundamentar a ideia de que estamos, perante um vastíssimo campo, que extravasa os próprios “territórios” delimitados pelos conceitos definidores da polaridade fontes – jornalistas, o que não deixa de ser revestir de significado e alcance” (Pinto, 2000, p.279).

Segundo Ericson (*cit. in* Pinto, 2000, p.281), a relação entre as fontes e jornalistas pressupõem diferentes níveis de variação, dependendo do tipo de organização das fontes e do tipo de organização das notícias. “Fontes diferentes apresentam requisitos diferentes, em termos de exposição e de reserva de conhecimento” (Pinto, 2000, p.281).

Segundo Pinto (2000, p.279), “as taxonomias daí resultantes são vastas e naturalmente vinculadas a perspectivas e interesses distintos”. Assim, o autor classifica-as segundo:

- natureza: *fontes pessoais* ou *documentais*;
- origem: *fontes públicas* (oficiais) ou *privadas*;

- duração: fontes *episódicas* ou *permanentes*;
- âmbito geográfico: fontes *locais*, *nacionais* ou *internacionais*;
- segundo o grau de envolvimento nos factos: *oculares/primárias* ou *indirectas/secundárias*;
- segundo a atitude face ao jornalista: fontes *activas* (espontâneas, ávidas) ou *passivas* (abertas, resistentes);
- segundo a identificação: fontes *assumidas/explicitadas* ou *anónimas/confidenciais*;
- segundo a metodologia ou a estratégia de actuação: fontes *pró-activas* ou *reactivas*, *preventivas* ou *defensivas*.

Como se pode verificar, existem inúmeras formas de classificar as fontes. Sousa (2006, pp.206-207) classifica as fontes de informação segundo critérios como: o tipo de fonte, a proveniência e proveniência geográfica, o seu estatuto, o seu índice e continuidade de actividade. Quanto ao tipo de fonte, estas podem ser entendidas como fontes *humanas*, *documentais* ou *electrónicas*. Relativamente à sua proveniência podem ser *internas*, *externas* ou *mistas*; já no que se refere à proveniência geográfica podem ser *locais*, *regionais*, *nacionais* ou *internacionais*. No âmbito do estatuto podem ser *oficiais estatais*, *oficiais não estatais*, *oficiosas* ou *informais*. No índice de actividade podem ser *activas* ou *passivas*; na continuidade da actividade podem ser classificadas como *estáveis*, *permanentes*, *pontuais* ou *circunstanciais*.

### **1.2.2 Avaliação das fontes**

Segundo Nelson Traquina (2001, p.71), para avaliar a fiabilidade da informação os jornalistas utilizam diversos critérios, especificamente a autoridade, a produtividade e a credibilidade. O primeiro critério, a autoridade da fonte, é fundamental para os membros da comunidade jornalística. Este critério engloba o factor da respeitabilidade que se refere à preferência dos

jornalistas em fazer referência a fontes de informação oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridades.

Segundo Gans (*cit. in* Traquina, 2001, p.71) “presume-se que essas fontes sejam mais credíveis, quanto mais não seja porque não podem permitir-se mentir abertamente e porque são também consideradas mais persuasivas em virtude de as suas acções e opiniões serem oficiais”. A fonte é utilizada pelo jornalista mais pelo que é do que pelo que sabe. “Quanto mais prestígio tiver o título ou a posição do indivíduo, maior será a confiança das pessoas na sua autoridade. Chama-se a isso a *hierarquia da credibilidade*” (Traquina, 2001, p.71).

A produtividade refere-se às razões pelas quais, regularmente, predominam as fontes institucionais. A produtividade contribui não só pela quantidade de materiais que uma fonte é capaz de fornecer mas também pela necessidade que os jornalistas têm em limitar o número de fontes a consultar (Traquina, 2001,p.72).

O terceiro factor, a credibilidade, está ligado à observação anterior do ponto de vista do jornalista. “As fontes devem ser tão credíveis que a informação fornecida exija o mínimo possível de controlo” (Traquina, 2001, p.72). As fontes oficiais acabam por assumir uma credibilidade adquirida com o tempo e com a rotina.

“É provável que as fontes que cooperam com os jornalistas e os tratam condicionalmente sejam mais utilizadas que as outras. (...) Fontes que ocupam uma posição de autoridade formal são consideradas mais credíveis do que outras; para além disso, os jornalistas aplicam, profissionalmente, os mesmos critérios que os indivíduos utilizam na sua vida de todos os dias, conferindo uma maior confiança às pessoas que se parecem com eles.” (Gans *cit. in* Traquina, 2001, p.72)

Segundo Sandra Marinho (2000, p.353) “a relação entre jornalista e fonte como um lugar de encontro, cuja fidedignidade e credibilidade são definidas pelo comportamento, conduta e credibilidade”.

Para a autora, o estudo da relação entre jornalista e fonte “não é um tema novo nem original” (Marinho, 2000, p.351). No seu artigo menciona Paolo Mancini, que em 1993, analisa a

“dinâmica das relações de confiança e suspeita entre jornalistas e um tipo específico de fonte: os políticos”.

Marinho (2000) afirma que a confiança é um elemento fulcral nesta relação:

“ (...) a negociação entre jornalistas e fontes de informação resolve-se, em última análise, a um nível informal e privado e é uma relação mediada por uma condição essencial: a confiança.” (Marinho, 2000, p.251)

A confiança define quem faz parte da relação jornalista – fonte. Este é um conceito multidimensional e os agentes envolvidos nesta relação entendem-no de forma diferente. De acordo com Marinho (2000, p.352), o conceito de confiança é uma condição que evolui ao longo do relacionamento; “a confiança pode ser gerada, cultivada, mantida e reforçada, por vezes, quebrada e muito dificilmente, revitalizada”.

“A confiança pode definir-se como a segurança na credibilidade de uma pessoa ou na fiabilidade de um sistema, no que diz respeito a um dado conjunto de resultados ou acontecimentos, em que essa segurança exprime fé na integridade ou no amor de outrem, ou na correcção de princípios abstractos.” (Giddens *cit. in* Marinho, 2000, p.353)

Apesar de, muitas vezes, jornalista e fonte e informação não se conhecerem, reconhecem, no entanto, a sua importância. No campo jornalístico a dimensão da relação entre ambos, em termos de continuidade e fortalecimento, é bastante valorizada, isto porque favorece o conhecimento dos elementos representantes e reforça a confiança existente.

Para Traquina, (2001, p.73) os critérios de autoridade, produtividade e credibilidade, assim como o factor tempo, que condiciona as rotinas jornalísticas, faz-nos compreender porque as fontes estáveis, regulares e institucionais acabam por ser preferidas pelos membros da comunidade jornalística.

### 1.3 Importância do anonimato das Fontes

As fontes de informação são um elemento vital para o jornalismo e para os jornalistas. Sem fontes de informação não existiria investigação jornalística, uma vez que se baseia no uso de fontes de informação (pessoas, documentos, entre outros).

“Todavia, em Portugal não existe um verdadeiro jornalismo de investigação. Existe, sim, parafraseando o jornalista Ricardo Jorge Pinto, um jornalismo de denúncia. Uma fonte interessada dá a informação a um jornalista conhecido. Por vezes, este até chega a receber "de presente" um dossier com tudo o que necessita para fazer a notícia.” (Sousa, 2006, p.207)

As inúmeras regras e legislação<sup>8</sup> referem que o jornalista sempre que usa uma fonte de informação deve identificá-la devidamente. Apesar disso, o jornalismo continua a utilizar as exceções à regra<sup>9</sup> para utilizarem as denominadas “fontes anónimas”. São vários autores consideram a questão do anonimato da fonte um tema que gera controvérsia. Realço a posição de Ricardo Jorge Pinto e José Marcet: “A questão da autoridade atravessa toda a questão do papel das fontes de notícias produção. É por isso que anonimato continua a ser um problema central no jornalismo” (Pinto, 1997, p.105) e “A utilização de fontes que não se deixam identificar tem suscitado uma das polémicas mais quentes sobre o jornalismo de investigação” (Marcet, 1997, p.7).<sup>10</sup>

O anonimato é, para Pinto (1997, p.107), um “processo complexo com inúmeras implicações e múltiplas intenções”<sup>11</sup>: a necessidade da fonte em manter-se incógnita para se proteger das consequências<sup>12</sup>; a fonte mantém o anonimato por razões estratégicas; o jornalista precisa de

---

<sup>8</sup> Tal como se pode verificar no ponto n.º6 do Código Deontológico dos Jornalistas: “o jornalista deve usar como critério fundamental a identificação das fontes” (ver desenvolvimento deste tema no Capítulo II).

<sup>9</sup> Existem algumas exceções em que a fonte não deve ser identificada: quando o que revela é, deliberadamente, para prejudicar o profissional ou em casos de alertas de acontecimentos. Neste último caso, a fonte só é identificada se o jornalista ou o órgão de comunicação, que representa, assim o entender.

<sup>10</sup> Tradução da autora.

<sup>11</sup> Tradução da autora.

<sup>12</sup> “ (...) Uma fonte pode solicitar o anonimato quando – pretendendo facultar informações ao jornalista de comprovado interesse público – não queira ser identificada por receio de vir a sofrer, ela mesma ou os seus próximos, futuras represálias pessoais ou profissionais” (Freitas, 2006, p.25).

citar uma fonte “imaginária” porque ele/ela não tem acesso a fontes qualificadas, ou para expor uma ideia ou uma versão aceitável de um acontecimento. Segundo o autor, estas três “intenções” fazem com que a relação entre jornalista e fonte se baseie em cumplicidade.

No entanto, nem todas as fontes de informação que interagem com os jornalistas têm o mesmo grau de interesse. O interesse da fonte pode ser muito relativo mas também podem responder a interesses particularmente especiais.

“Uma fonte anónima para os meios de comunicação ou cuja identidade seja mantida em segredo pelo próprio meio, pode defender-se através do anonimato para fornecer, por iniciativa própria do jornalista, uma informação que o beneficia especialmente.” (Marcet, 1997, p.2)<sup>13</sup>

Ou seja, os jornalistas tiram proveito das fontes anónimas quando a informação lhes é proveitosa de alguma forma e assim protegem não só a informação mas também a fonte. Esta é uma, segundo Marcet (1997, p.3) uma tática utilizada por pessoas “com lugares estratégicos em empresa, instituições, partidos políticos, etc.”.

De acordo com Mencher (*cit. in* Sousa, 2001, pp.67-68) devemos ter em conta os quatro níveis de identificação das fontes de informação:

1. *On the record* (atribuição directa, para publicação): a fonte é identificada e tudo o que ela profere pode ser objecto de enunciação jornalística. É a regra comum e aquela que deve ser usada quando a fonte não pede confidencialidade.

2. *On Background/not for attribution* (atribuição com reserva): a fonte não é totalmente identificada, embora sejam dadas algumas pistas superficiais sobre os meios em que ela se movimenta. As informações que uma fonte *on background* fornece podem ser objecto de enunciação jornalística.

3. *On deep background* (atribuição com reserva total): não só a fonte não é identificada como também não pode ser referido o meio em que ela se movimenta, embora as informações

---

<sup>13</sup> Tradução da autora.

fornecidas pela fonte possam ser difundidas. Também é possível usar outras soluções enunciativas. Uma outra forma de atribuição com reserva total é citar sem identificar qualquer fonte, directa ou indirectamente.

4. *Off the record* (confidência total): a fonte não pode ser identificada e a informação que ela fornece não pode ser divulgada. Contudo, esta informação auxilia, frequentemente, o trabalho do jornalista. Quando é solicitado a manter o *off the record*, o jornalista pode tentar obter, junto de outra fonte, a confirmação ou desmentido da informação original. Quando a informação originalmente obtida em *off the record* é, posteriormente, confirmada por outra fonte, *on the record*, *on background* ou *on deep background*, essa informação pode ser difundida.

Contudo, esta definição não é partilhada por alguns autores e jornalistas. Para Ricardo Jorge Pinto (1997), jornalista do *Expresso* e professor universitário, o *off the record* (ou simplesmente *off*) é toda a informação que o jornalista pode usar mas sem mencionar a fonte. As categorias de informação *on background* (*back-ground information*) e *on deep background* (*deep background information*) referir-se-iam ambas a informação que o jornalista não pode utilizar mas que o pode auxiliar (Sousa, 2001, p.68). Assim, segundo o autor existem três formas de transmitir a informação ao jornalista, que representam diferentes fases na produção jornalística: a informação *on-the-record*, *back-ground* e *anónima*.

O *on-the-record* ou informação citável é o modelo que oferece maior flexibilidade ao jornalista. “A actualidade pode depender da autoridade da fonte ou da utilidade da citação para explicar um argumento. A credibilidade da informação depende da credibilidade da fonte” (Pinto, 1997, p.105).<sup>14</sup>

A informação denominada *back-ground* é utilizada como um auxiliar, uma ajuda para contextualizar informações. “A fonte permanece anónima e a credibilidade da informação depende da coerência do texto e da lógica dos argumentos utilizados. Não pode ser atribuída a

---

<sup>14</sup> Tradução da autora.

qualquer fonte, nem mesmo às fontes anónimas. Se for utilizada no texto, devem permanecer as conclusões e pensamentos do jornalista” (Pinto, 1997, p.105).<sup>15</sup>

A informação *anónima* permite ao jornalista o uso directo e indirecto de informação citável.

“Protege a identidade da fonte, que permanece anónima e a credibilidade da informação depende da credibilidade do jornalista ou do meio de comunicação em que trabalha. Este é um modelo mais versátil que o modelo de *back-ground*, contudo torna-se mais perigoso e pode destruir a credibilidade do resto da informação caso seja utilizado em excesso.” (Pinto, 1997, p.105) <sup>16</sup>

Para Sousa (*cit. in* Silva, 2008, p.46) deve-se evitar o *off the record*, “mas deve ser respeitado até que a fonte autorize a divulgação da sua identidade ou até que o jornalista saiba mais da mesma informação junto de outra fonte”.

Segundo Mencher (*cit. in* Sousa, 2002, p.8) as informações devem ser frequentemente atribuídas às fontes para que o discurso jornalístico adquira credibilidade. Marcet (1997, p.6) corrobora desta opinião, mencionando que se a fonte for identificada de forma “clara e inequívoca (...) o texto final é altamente credível e vê incrementado o seu valor informativo”.

### **1.3.1 As fontes anónimas na Política, Saúde e Crime**

Qualquer responsável de comunicação organizacional compromete-se, por norma ética, a dizer sempre a verdade ao repórter. A mentira é considerada como a perda de credibilidade junto da opinião pública. Em situações de crise em que os temas são delicados, o seu tratamento também o é. Dar as informações consideradas necessárias ao público são os deveres do jornalista, evitando a especularização do tema.

Em assuntos delicados a relação entre jornalista e fonte assume-se como sendo crucial: muitas vezes é a fonte que tem de negociar a questão do secreto e da confidencialidade. Se a

---

<sup>15</sup> Tradução da autora.

<sup>16</sup> Tradução da autora.

informação for confidencial e a fonte não quiser ser identificada, o jornalista só tem de respeitar a sua decisão. Contudo, o jornalista também tem de ter em mente toda a responsabilidade e os riscos que poderão resultar da publicação de uma fonte anónima.

No estudo exploratório “A utilização de fontes anónimas no noticiário político dos diários portugueses de referência”, Jorge Pedro Sousa (2002), realça a utilização de fontes (pessoais) anónimas identificando-as segundo dois tipos de anonimato: *on background* e *on deep background*. Com base nos resultados, o autor revela que as fontes *on background* predominam em detrimento das fontes *on deep background*, uma vez que os jornalistas procuram credibilizar o mais possível os seus textos, aproximando a fonte anónima à sua identidade. Ainda no mesmo estudo Sousa (2002, p.12) afirma que “parece assistir-se a uma estratégia de contenção no que respeita ao recurso de fontes anónimas, hipoteticamente porque os assuntos tratados geram necessidade de se protegerem as fontes com o anonimato”.

Rogério Santos (2002) fez um estudo tendo por base as notícias sobre o VIH-Sida na Imprensa portuguesa, nas décadas de 1980 e 1990. Neste estudo o autor chegou à conclusão de que tratar “um tema sujeito ao medo e à ignorância, as notícias reproduzem (...) características da nossa sociedade fragmentária e de poderes e conhecimentos efémeros”. O autor assistiu a um “vaivém de afirmações e vontades sociais e institucionais” sobre o VIH-Sida, em que culpabilizavam os homens pela sua “conduta promíscua e pecadora”. Ainda neste estudo, afirma que a análise das notícias lhe permitiram estudar “o modo como se formam as ideias, os estereótipos, as tendências, as leituras preferidas, o peso dos agentes sociais e as mudanças de tácticas e estratégias que produzem” (Santos, 2002, p.9).

O jornalista “precisa de um rosto e de uma voz anónima para contrapor à fonte oficial”. A relação entre jornalistas e fontes remete para um contexto geral da sociedade, sendo a notícia vista como “uma construção social da realidade, sujeita a padrões culturais, económicos e profissionais dos agentes sócias envolvidos” (Santos, 2002, p.10).

### **1.3.2 (D)efeitos de informação**

Nos seus estudos, Sigal (1973) evidencia que 78% das fontes são de origem governamental. Já McQuail (1992) conclui que 72% das fontes têm origem oficial. Ericson *et al.* (1991)

considera que as fontes governamentais são citadas duas vezes mais que as fontes do sector privado nos jornais e rádio. (Santos, 2001, p.94). De acordo com estes dados, podemos concluir que os jornalistas têm tendência para preferir as fontes oficiais às não oficiais:

“Primeiro, porque há que ponderar a altura certa para divulgar a resposta. Segundo, porque não se tem a certeza total da eficácia da informação e se espera que outros agentes se pronunciem sobre o assunto.” Terceiro, porque a fonte oficial nem todos os jornalistas ou meios noticiosos interessam. A escolha destes é feita com critério pela fonte, tendo em conta o prestígio do jornalista ou do jornal. À fonte oficial interessa que corra tudo bem (...).” (Santos, 2006, p.77)

Assim sendo, é compreensível a relação simbiótica que os jornalistas e as fontes oficiais mantêm, em que ambos beneficiam da troca. “Para os jornalistas, os benefícios são a eficácia, uma maior estabilidade no trabalho e uma autoridade que valida a notícia. Para as fontes oficiais, os benefícios são a publicação dos seus actos; uma possível saliência social e o reforço da sua legitimidade” (Bennet, Gressett e Haltom *cit. in* Traquina, 2001, p.75).

Ericson *et al.* (*cit. in* Santos, 2001, p.96) refere a existência de quatro categorias principais de fontes: jornalistas; porta-vozes de instituições e organizações governamentais; porta-vozes de instituições<sup>17</sup> e organizações não governamentais; cidadãos individualizados. As fontes institucionais governamentais dominam os noticiários, onde se pode incluir as fontes ligadas às áreas da justiça e da administração. Segundo o autor, as fontes governamentais são citadas duas vezes mais que as fontes do sector privado nos jornais e rádio (*cit. in* Santos, 2001, p.96).

No estudo realizado, Rogério Santos (2001, p.97) conclui que existem três categorias que dividem as fontes em: oficiais; regulares e ocasionais ou acidentais.

Nas fontes oficiais estão incluídos o governo, instituições de carácter governamental ou privado, e principais empresas. As fontes regulares abrangem as empresas, associações,

---

<sup>17</sup> Estes têm o estatuto de fontes oficiais, tornando-se mais próximos dos jornalistas.

líderes de opinião e analistas. Já as ocasionais e acidentais referem-se aos indivíduos que observam o acontecimento e lhes é pedida uma opinião.<sup>18</sup>

### **O risco e responsabilidades do jornalista**

Como já foi mencionei, as fontes de informação são um elemento crucial na produção noticiosa. Actualmente, e tal como afirmou Rogério Santos<sup>19</sup>, os jornalistas vivem e dependem das fontes: “É uma relação complexa e complicada, porque o jornalista depende cada vez mais das fontes. (...) quer dizer que o jornalista está sempre numa situação delicada com as pressões – dos patrões e dos leitores – e os constrangimentos do espaço. As fontes, por outro lado, refinam-se.”

Deste modo, as informações vindas das fontes deveriam ser úteis e verdadeiras. No entanto, os jornalistas trabalham muitas vezes com dados falsos, fugas de informação<sup>20</sup> e “balões de ensaio” (Santos, 2006, p.75).

De acordo com Estela Serrano (1999), as *fugas de informação* são um dos processos mais usados na transmissão de informações por parte das fontes oficiais. Boorstin (*cit. in* Serrano, 1999, p.6) define a “fuga como um meio, através do qual uma fonte oficial com um propósito bem definido, fornece uma informação, faz uma pergunta ou uma sugestão. Mais que um anúncio directo, a fuga presta-se muito melhor a esconder determinados objectivos.”

Apesar das fugas de informação começarem como uma prática ocasional, em que a fonte oficial transmite uma informação confidencial ao jornalista; actualmente, é uma das formas que as instituições têm de transmitir informação (Serrano, 1999, p.6). Neste contexto, e

---

<sup>18</sup> De acordo com Ericson *et al* (*cit. in* Santos, 2001, p.98) “a fonte oficial ou regular, a notícia é muito importante, pois ajuda a ordenar o envolvimento organizacional.”

<sup>19</sup> Ver a entrevista em anexo.

<sup>20</sup> “As fugas de informação têm de ter dois actores: o jornalista que capta e alguém que deixa “escapar” a informação. Esta não sai da caneta ou do computador do jornalista, alguém lhe disse...” (Santos, 2007, entrevista em anexo).

citando Serrano (1999), podemos encarar a fuga de informação como um “pseudo-acontecimento”<sup>21</sup> :

“Na sua origem e crescimento, a fuga ilustra outro dos axiomas do mundo dos pseudo-eventos: um pseudo-evento produz novos pseudo-eventos. A sua ambiguidade e o ambiente de confiança e intriga em que se processa criam um clima de confiança entre jornalistas e fontes.” (Serrano, 1999, p.6)

Para Hess, as fugas de informação são “obra de políticos, gente menos preparada a enfrentar as subtilidades dos jornalistas, que obtêm mais informação dos seus interlocutores dos que estes julgam poder dar” (Santos, 1997, p.94).

Uma fuga de informação e o uso de citações de fontes anónimas pode tornar-se numa espécie de “balões de ensaio” ou mesmo instrumentos diplomáticos: “são, muitas vezes, a base de desmentidos oficiais e de especulação para columnistas e comentadores além de temas de entrevistas e discussões públicas” (Serrano, 1999, p.6).

O uso excessivo de fontes anónimas aumenta a especulação e o boato. “A utilização indiscriminada e exagerada de fonte anónimas, como tem acontecido ao longo destes últimos anos, pode conduzir a informações excessivamente interessadas, enviesadas e à manipulação.” (Marcet, 1997, p.8).<sup>22</sup>

Sousa (2006) menciona que o recurso ao anonimato não deve ser ignorado, pois “pode origina abusos quer por parte dos jornalistas, quer por parte das fontes. O anonimato pode favorecer as inverdades, a distorção da informação, a apresentação de rumores e boatos como informação fidedigna.”

---

<sup>21</sup> O termo pseudo-acontecimento ou pseudo-evento de Boorstin (1971) refere-se aos eventos fabricados, propositadamente, para serem noticiados. O uso do pseudo-acontecimento tornou-se legítimo para produzir notícias classificadas como verdadeiras, já que a separação entre verdade e ficção é cada vez mais fluida. O conceito de acontecimentos mediáticos de Katz (1980) também é relevante, pois segundo o autor, os acontecimentos eram programados e planeados para serem objecto do trabalho jornalístico, mesmo sem a presença dos *media*.

<sup>22</sup> Tradução da autora.

Já Pinto (1997, p.107) refere que existem dois efeitos para o uso de fontes anónimas: “por um lado, retira a responsabilidade das afirmações feitas pela fonte ao jornalista, protegendo-os das suas obrigações; por outro lado, assegura a credibilidade essencial ao texto baseado em fontes de informação, dando a ideia de que o jornalista tem um acesso restrito à informação, desde que o ponto de partida seja feito a partir do ciclo interno da política”.

Apesar dos riscos que advém da utilização das fontes anónimas, os jornalistas têm de saber jogar, negociar e relacionar-se com os elementos que constituem a sociedade, mais precisamente com as fontes de informação. Isto porque, há um “jogo de equilíbrios e influências que é desempenhado por fontes distintas através dos meios de comunicação” (Dayan e Katz, *cit. in* Santos, 1997, p.28).

Por isso, Fidalgo (2000) realça que os jornalistas devem ser consciente quando comunicam algo:

“O jornalista não é um mero “correio” entre uma fonte que lhe fornece determinados dados e um público a quem ele a transmite. Se é verdadeiramente o responsável pela informação que difunde, é também responsável pela escolha das fontes a que recorre, pela confirmação dos dados junto de fontes diversas, pela análise de veracidade e fiabilidade da informação, pela ponderação de eventuais interesses em jogo, pela prudência face a hipotéticas manipulações. E, é naturalmente, responsável pelos riscos que decide correr ao “ficar nas mãos” de uma só fonte (...)” (Fidalgo, 2000, p.333)

### **Arguido enquanto fonte de informação**

As fontes de informação são “uma instância incontornável do processo informativo que impõe quotidianamente aos jornalistas renovados obstáculos” (Lopes, 2000, p.340). As normas ético-legais<sup>23</sup>, que orientam o jornalismo, determinam algumas dessas barreiras. Não obstante, actualmente, observa-se um maior interesse na cobertura mediática de assuntos judiciais. O “oculto suscita particular atenção dos jornalistas” (Lopes, 2000, p.344) e desperta a curiosidade da opinião pública.

---

<sup>23</sup> Cf. Lopes (2000) e II Capítulo.

Havendo um maior interesse por parte da opinião pública, os agentes judiciais tornam-se “preciosas” fontes de informação. No entanto, o nosso sistema penal português revela alguns dos obstáculos – como a natureza conflitual do segredo de justiça<sup>24</sup> e do termo arguido – que os profissionais de comunicação têm de superar para alcançar estas fontes de informação, de forma a enriquecer as suas notícias. Uma forma recorrente de vencer as limitações do sistema judicial é recorrer à fonte anónima.

Assim, o arguido é uma figura processual típica do direito processual penal português, que implica ao sujeito que é constituído enquanto tal, um conjunto de direitos e deveres com relevância processual (*vide* artigos 60.º e 61.º do CPP).

Nos termos do n.º1 do artigo 57.º do Código de Processo Penal português, “*assume a qualidade de arguido todo aquele contra quem for deduzida acusação ou requerida instrução num processo penal.*”

Contudo, e sem prejuízo do acima referido, no n.º1 do artigo 58.º e no artigo 59.º, estão previstos outros casos de constituição de arguido, caso contrário, a constituição de Gerry e Kate McCann enquanto arguidos não teria sido possível, pois contra os mesmos não foi deduzida qualquer tipo de acusação.

Assim, e ao contrário do que o senso comum proclama, a figura processual do arguido, faz com que o sujeito em causa seja titular de mais direitos que deveres, sendo que o mais substancial será o de ter a possibilidade de se remeter ao silêncio ou de não prestar declarações junto de qualquer autoridade judiciária ou de qualquer órgão de polícia criminal.

*“O arguido goza, em especial, em qualquer fase do processo e, salvas as exceções da lei, dos direitos de: (...) não responder a perguntas feitas, por qualquer entidade, sobre os factos que lhe forem imputados e sobre o conteúdo das declarações que acerca deles prestar”* (alínea c) do n.º1 do artigo 61.º do CPP).

---

<sup>24</sup> Tema desenvolvido no II Capítulo.

## **II Capítulo**

# **Ética e Deveres de um jornalista**

---

## II Capítulo – Ética e Deveres de um jornalista

Neste capítulo, vou tentar, à luz do Direito, ver quais os constrangimentos e liberdades concedidas pelo campo jurídico relativamente ao relacionamento que os jornalistas mantêm com aqueles que lhes fornecem informação, isto é, com as suas fontes.

O *Caso Maddie* não ficou conhecido apenas pela sua cobertura mediática, mas também pelos limites que foram ultrapassados para oferecer informações sobre o caso. Assim sendo, é importante mencionar e tentar explicar os direitos e deveres dos jornalistas em relação à Ética e Deontologia, nomeadamente, ao Sigilo Profissional e ao Segredo de Justiça. Uma vez que o *Caso Maddie* se refere ao desaparecimento de uma menina inglesa, o factor “crime” revela-se como matéria apelativa no resgate da atenção do público e tem um potencial de noticiabilidade elevado.

### 2.1 Deontologia

“A deontologia responde à necessidade de uma espécie de autoprotecção perante a própria empresa jornalística, as instituições e os públicos.”  
(Mesquita *cit. in* Fidalgo, 2000, p.320)

Falar de deontologia é sinónimo de falar dos deveres e obrigações que os jornalistas têm.

“A deontologia destaca-se pela sua pretensão de estabelecer uma definição comum das regras a que o conjunto da profissão, num dado país e se possível de maneira mais ampla, se possa ligar. A despeito da proliferação dos textos, a deontologia revela um acordo sobre os principais aspectos da actividade, mesmo que não conduza a orientações idênticas (...) cada jornalista ou realizador, cada agente de informação é suposto respeitá-la perante a sua comunidade profissional.” (Cornu, 1994, p.70)

No campo da deontologia importa referir a questão da qualidade, reflectindo-se esta numa melhor informação e na competência dos agentes que a divulgam ao público – os jornalistas. Sara Pina (1997, p.31) defende que a deontologia é:

“ (...) a ciência que identifica os valores morais directores de uma determinada actividade profissional (ou, de modo mais restrito ainda, o próprio conjunto de valores). Enquanto a ciência de factos de natureza moral, a deontologia implica, pois, não só uma enunciação do *que é*, mas também do *que deve ser*.”

A relação entre os jornalistas e as fontes de informação é, sem dúvidas, um dos aspectos do trabalho jornalístico mais sensível a nível ético. Isto porque envolve a relação entre duas ou mais pessoas em condições diferentes: uma como fonte outra como jornalista. Nesta relação é indispensável a consciência ética de cada um. Todavia, o Código Deontológico oferece, em alguns pontos, protecção e apoio aos jornalistas assim como “protege o público para quem o jornalista trabalha e que é a sua razão de ser” (Fidalgo, 2000, p.231).

Contudo, e segundo Fidalgo (2000), olhar para a deontologia apenas como lógica “defensiva” é algo redutor, isto porque para além dos comportamentos éticos, o jornalista também deve consciencializar eficazmente o público da verdade, rigor, transparência, isenção, justiça com que o serve, valores que se aliam ao respeito pelos seus direitos fundamentais (Fidalgo, 2000, p.321).

## 2.2 Sigilo Profissional

“Nunca o sigilo profissional, a protecção das fontes, podem ser ultrapassados. A não ser por decisão voluntaria do jornalista. E mesmo neste caso deve o jornalista ponderar que – para além daquilo que a consciência lhe dita perante a situação concreta em que está envolvido – qualquer quebra do sigilo profissional acarreta sempre uma diminuição da credibilidade de toda a Imprensa em face das garantias que deve oferecer às fontes de informação.”  
(Wemans *cit. in* Freitas, 2006, p.51)

A protecção das fontes de informação é um dos assuntos mais referidos e mais discutidos na ética e deontologia do jornalismo, considerada até como “a regra de ouro” desta actividade profissional (Fidalgo, 2000, p.331). O sigilo profissional pode ser encarado de duas formas: ou como o *dever* dos jornalistas em protegerem a confidencialidade das suas fonte ou ser invocado como o “direito a não revelarem as suas fontes de informação” (Fidalgo, 2000, p.322).

Sendo o sigilo profissional um direito fundamental para os jornalistas, este é apresentado na Constituição da República Portuguesa, na Lei da Imprensa, no Código Deontológico do Jornalista, no Código Penal e no Código de Processo Penal. Relativo a este confronto entre ética e legislação, Fidalgo (2000, p.333) refere que os direitos que o Código Deontológico dá ao jornalista são *retirados* pela legislação, mais especificamente, pela Lei Penal.

Nos termos da alínea b) do n.º2 do artigo 38.º da Constituição da República Portuguesa, reconhece o conceito na *“liberdade de Imprensa que implica: o direito dos jornalistas, nos termos da lei, ao acesso às fontes de informação e à protecção da independência e do sigilo profissionais”*. Segundo o n.º6 do Código Deontológico Português *“o jornalista não deve revelar, mesmo em juízo, as suas fontes confidenciais de informação, nem desrespeitar os compromissos assumidos, excepto se o tentarem usar para canalizar informações falsas”*. A actual Lei de Imprensa garante aos jornalistas *“o direito ao sigilo profissional”* (alínea c) do artigo 22.º). O Estatuto do Jornalista apesar de considerar que um dos *“direitos fundamentais dos jornalistas é a garantia de sigilo profissional”* (alínea c) do artigo 6.º), no artigo 11.º, já admite alguma excepção ao afirmar que *“sem prejuízo do disposto na lei processual penal, os jornalistas não são obrigados a revelar as suas fontes de informação, não sendo o seu silêncio passível de qualquer sanção, directa ou indirecta”* (n.º1). Ainda no mesmo artigo, o n.º2 determina que:

“Os directores de informação dos órgãos de comunicação social e os administradores ou gerentes de respectivas entidades proprietárias, bem como qualquer pessoas que nelas exerça funções, não podem, salvo com autorização escrita do jornalista envolvido, divulgar as suas fontes de informação, incluindo os arquivos jornalísticos de texto, som ou imagens da empresa ou quaisquer documentos susceptíveis de as revelar.”

Relativamente ao Código de Processo Penal (Segredo Profissional) este menciona a não obrigatoriedade de não revelar as fontes de informação:

“1. Os ministros de religião ou confissão religiosa, os advogados, os médicos, os jornalistas, os membros de instituição de crédito e as demais pessoas a quem a lei permitir ou impuser que guardem segredo profissional podem escusar-se a depor sobre os factos abrangidos por aquele segredo.” (ponto 1 do artigo 135.º).

A violação do dever (jurídico) de segredo está prevista no artigo 195.º do Código penal: “*Quem, sem consentimento, revelar segredo alheio de que tenha tomado conhecimento em razão do seu estado, ofício, emprego, profissão ou arte é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa de 240 dias*”.

O *dever* e o direito de assegurar o anonimato de uma fonte são questionáveis ao nível do Código Deontológico, que pressupõe algumas excepções – quando o que afirmam é falso e fazem-no com o intuito de prejudicar o profissional. Para Fidalgo (2000) existem duas questões importantes suscitadas pelas diversidades de excepções à protecção das fontes de informação. Por um lado, as formulações vagas e dependentes da interpretação subjectiva do jornalista, sendo este considerado como “o único juiz”. Ou seja, as fontes confidenciais “não se podem considerar completamente protegidas” por causa da subjectividade do jornalista (Fidalgo, 2000, p.232).

Segundo Joaquim Fidalgo, “a verdadeira questão” suscitada pelas “excepções à regra da confidencialidade é outra: o jornalista não pode nem deve, em nenhuma circunstância, transferir para terceiros a sua indeclinável responsabilidade pela informação que publica” (Fidalgo, 2000, p.333).

### 2.3 Segredo de Justiça

“A regra fundamental é a de que deve haver tanto *segredo* quanto for necessário e tanta *liberdade de informação* quanto possível.” (Condesso, 2007, pp.264-265) <sup>25</sup>

O Código de Processo Penal actualmente em vigência no nosso ordenamento jurídico refere-nos que “*o processo penal é, sob pena de nulidade, público, ressalvadas as excepções previstas na lei*” (n.º1 do artigo 86.º).

Assim, excepcionalmente,

---

<sup>25</sup> Laborinho Lúcio (*cit. in* Condesso, 2007, p.265), acrescenta que a solução de compromisso deve passar pela “possibilidade informativa sobre o desenvolvimento ou o desenrolar do processo”.

“o juiz de instrução pode, mediante requerimento do arguido, do assistente ou do ofendido e ouvido o Ministério Público, determinar, por despacho irrecorrível, a sujeição do processo, durante a fase de inquérito, ao segredo de justiça, quando entenda que a publicidade prejudica os direitos daqueles sujeitos processuais” (n.º2 do artigo 86.º do CPP), ou “sempre que o Ministério Público entender que os interesses de investigação ou os direitos dos sujeitos processuais o justifiquem, pode determinar a aplicação ao processo, durante a fase de inquérito, do segredo de justiça, ficando essa decisão sujeita a validação pelo juiz de instrução, no prazo máximo de 72 horas.” (n.º3 do artigo 86.º do CPP)

Não podemos também esquecer que, quando o processo é sujeito a segredo de justiça, conforme acima exposto, o Ministério Público, por mote próprio ou mediante requerimento do arguido, do assistente ou do ofendido, pode determinar o levantamento do segredo de justiça em qualquer momento do inquérito (n.º4 do artigo 86.º do CPP).

Importa também realçar que, tendo sido o arguido, o assistente ou o ofendido a requerer o levantamento do segredo de justiça nos termos do parágrafo anterior, e não tendo a sua pretensão merecido provimento por parte do Ministério Público, o processo é remetido ao Juiz de Instrução para que ele decida, por despacho que não admite qualquer tipo de recurso (n.º5 do artigo 86.º do CPP).

Assim, e concretizando, devemos ter presente que a publicidade do processo implica certo tipo de direitos, consagrados esses no n.º6 do artigo 86.º. Desta forma, a publicidade do processo prevê a existência do direito de assistência do público em geral à realização dos actos processuais, o da narração dos mesmos, ou reprodução dos seus termos, por parte dos meios de comunicação social, e o direito à consulta do processo e obtenção de cópias, extractos e certidões de quaisquer partes dele.

De fulcral importância e pertinência para o objecto da tese em elaboração, é o prescrito no artigo 88.º do CPP, que nos refere que, mesmo não tendo sido determinada a sujeição do processo a segredo de justiça, não é autorizada, sob pena de desobediência simples:

- a) “A reprodução de peças processuais ou de documentos incorporados no processo, até à sentença de 1ª instância, salvo se tiverem sido obtidos

mediante certidão solicitada com menção do fim a que se destina, ou se para tal tiver havido autorização expressa da autoridade judiciária que presidir à fase do processo no momento da publicação;”

- b) “A transmissão ou registo de imagens ou de tomadas de som relativas à prática de qualquer acto processual, nomeadamente da audiência, salvo se a autoridade judiciária referida na alínea anterior, por despacho, a autorizar; não pode, porém, ser autorizada a transmissão ou registo de imagens ou tomada de som relativas a pessoa que a tal se opuser;”
- c) “A publicação, por qualquer meio, a identidade de vítimas de crime de tráfico de pessoas, contra a liberdade e autodeterminação sexual, a honra ou a reserva da vida privada, excepto se a vítima consentir expressamente na revelação da sua identidade ou se o crime for praticado através de órgão de comunicação social.”

Ademais, e mesmo não estando o processo sujeito a segredo de justiça, não é permitido também a um jornalista, sob pena de incorrer na prática de um crime de desobediência simples, a publicação, por qualquer meio, de comunicações ou conversações interceptadas no âmbito do processo, se os intervenientes não consentirem expressamente na sua publicação (n.º4 do artigo 88.º do CPP).

Importa também ressaltar que, nos termos do n.º7 do artigo 86.º do CPP, a publicidade do processo não abrange os dados relativos à reserva da vida privada que não constituam meios de prova, sendo que, cabe à autoridade judiciária especificar quais são os elementos que ficam sujeitos a segredo de justiça.

Nos termos do n.º9 do preceito legal descrito no parágrafo anterior,

“a autoridade judiciária pode, fundamentadamente, dar ou ordenar ou permitir que seja dado conhecimento a determinadas pessoas do conteúdo de acto ou de documento em segredo de justiça, se tal não puser em causa a investigação e se afigurar conveniente ao esclarecimento da verdade ou indispensável ao exercício de direitos pelos interessados”.

Contudo, essas pessoas ficam sujeitas ao segredo e não o poderão revelar a outrem, como por exemplo, a jornalistas.

Por fim, resta esclarecer que o segredo de justiça não impede a prestação de esclarecimentos públicos pela autoridade judiciária, quando forem necessários ao restabelecimento da verdade e não prejudicarem a investigação, a pedido de pessoas publicamente postas em causa ou para garantir a segurança de pessoas e bens ou a tranquilidade pública (n.º13 do artigo 86.º do CPP).

O respeito pelo segredo de justiça é muito importante para que o sistema judicial funcione de forma eficaz, pelo que se torna particularmente importante o conhecimento desse regime jurídico pelos diversos intervenientes judiciais e sociais. Para Boaventura de Sousa Santos (2003) “o segredo de justiça é um dos pilares da credibilidade dos tribunais.”

A existência do segredo de justiça no desenrolar de um processo judicial é justificada pela necessidade de não prejudicar a descoberta da verdade, para combater a criminalidade e também pela defesa da honra dos arguidos ou suspeitos. Medina de Seíça (*cit. in Almeida, 2003, p.2*) defende que:

“a existência do segredo de justiça decorre primariamente de exigências de funcionalidade da administração da justiça, particularmente perante o risco de perturbação das diligências probatórias e de investigação. É essencialmente o perigo de enquadramento do material probatório, susceptível de sofrer prejuízos caso os participantes processuais, sobretudo o arguido, conhecessem na sua plenitude a actividade da investigação.”

O segredo de justiça é reforçado pela imposição dos deveres de sigilo profissional aos magistrados judiciais, advogados, agentes da Polícia Judiciária, funcionários judiciais e magistrados do Ministério Público.

“Na fase de inquérito, a fase fundamental da investigação penal, o segredo de justiça tem duas vertentes: veda o acesso ao processo a todas as pessoas não autorizadas e obriga todos os que têm acesso ao dever de guardar segredo, sob pena de incorrer no crime de violação de justiça.” (Santos, 2003)

Segundo Condesso (2007), a liberdade de dar informação dos meios de comunicação social e a liberdade de a receber dos cidadãos são “pedras angulares” do regime democrático. No entanto, tanto a *liberdade de informar e ser informado* não podem ser concebidas em termos absolutos.

“A investigação jornalística pode desencadear, enformar, acelerar e controlar inércia ou o agir errado e até absolvição telecomandas podem ocorrer em sentenças judiciais, embora também propicie, bem ou mal, julgamentos feitos fora e antes delas.” (Condesso, 2007, p.265)

Nos últimos anos, políticos e opinião pública, têm levantado com frequência preocupações relacionadas com o ruído criado à volta dos processos de investigação que envolvem figuras públicas. Condesso refere que “vivemos num mundo em que é possível uma visibilidade real do fundamento dos órgãos do poder” (2007, p.257, nota 532).

“A questão do segredo de justiça é uma questão recorrentemente controversa no interior do sistema judicial, reactualizada, com contornos mais dramáticos, sempre que os arguidos são pessoas económica, política ou socialmente poderosas” (Santos, 2003).

Não se pode esquecer, de acordo com Condesso (2007), que a Comunicação Social também propõe aos tribunais que julguem certos actos. “O *direito de informar* (...) é uma função social a considerar como regra, mesmo no âmbito da investigação nos domínios da ordem pública e do fenómeno criminal” (Condesso, 2007, p.267). Contudo para este autor, o critério usado não deve ser o do segredo mas o da publicidade, para produzir mais vantagens que desvantagens (Condesso, 2007, p.268).

Assim, Condesso (2007, p.268) defende como mais certo a existência de “um *segredo de investigação* policial e judicial que se traduza na discricção dos agentes da investigação e não na perseguição criminal dos agentes da Comunicação Social.”

A violação do segredo de justiça já quase que se tornou numa norma jornalística. Isto porque o mundo dos *media* vive permanentemente contra o relógio, há um consumo rápido das informações. Contrariamente a isso, a justiça necessita de tempo e tem que respeitar as etapas

processuais. Acaba por acontecer um “atropelamento” entre estes dois sistemas e o segredo de justiça é muitas vezes maltratado dentro dos Tribunais e completamente esquecido e ignorado pelos meios de comunicação social. Assim sendo, ao observar este facto, a violação do segredo de justiça tanto se deve aos *media* como à justiça.

Legislativamente, o artigo 371.º do Código Penal refere que a infracção de um acto de processo penal pune, com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias, “*quem ilegitimamente der conhecimento, no seu todo ou em parte, do teor de acto de processo penal que se encontre coberto pelo segredo de justiça, ou a cujo decurso não for permitida a assistência do público em geral*” (artigo 371.º).

Quanto ao desrespeito supra referido relativamente a um processo contra-ordenacional e a um processo disciplinar, a punição pode resultar na aplicação de pena de prisão até 6 meses ou de pena de multa até 60 dias.

## **2.4 O Crime e os *Media***

“Os casos de justiça, designadamente se disserem respeito a matéria penal, são tema que passou a estar presente com frequência nos órgãos de comunicação. O crime desperta emoções e ao mesmo tempo é a história de uma desgraça alheia.” (José Souto Moura, Procurador Geral da República, *cit. in* Almeida, 2003, p.1)

Os *media* têm um papel relevante na forma como os indivíduos apreendem a realidade que os rodeia. Penedo (2003, p.30) indica que frases como as de Gitlin (1980) – “O jornal não é apenas o espelho da realidade mas um holofote móvel” –, ou de Tuchman (1983) – “A notícia é uma janela para o mundo...; a notícia tende a dizer-nos o que queremos saber, o que precisamos saber e o que deveríamos saber” – demonstram o ênfase com que se defende o carácter fabricado das notícias.

Olhando para os *media* como “reprodutores” da realidade de acordo com a ideologia dominante e como intermediários na produção de consensos face às questões essenciais da vida em sociedade, a temática do crime surge como uma das áreas de observação dos *media*,

que tem merecido especial atenção (Penedo, 2003, p.41). Peelo (*cit. in* Machado e Santos, 2008, p.1) refere que a mediação feita pelos *media* convidam o cidadão a posicionar-se e relacionar-se de uma forma mais “íntima” com os retratos criminosos, tornando-se em testemunhas.

“A lógica mediática privilegia o imediato e procura adaptar o discurso ao seu público, a divulgação de detalhes e estratégias fugas de informação proporcionam às audiências um quotidiano de participação vicariante nas investigações como *testemunhas mediatizadas*.” (Peelo *cit. in* Santos e Machado, 2008, p.1)

Segundo Penedo (2003) as questões sociais e do crime têm influenciado duplamente a difusão de informação:

“1) O crime constitui um tópico noticioso que transporta para o espaço público temas vitais relacionados com as formas de sociabilidade. As narrativas sobre a ordem, segurança, autoridade, valores, moral, configuram-se como matérias particularmente sensíveis à produção de conhecimento social.

2) O crime é, em simultâneo, tema de grande carga dramática e emotiva, mobilizador da atenção do público e que, pelo seu potencial de noticiabilidade, se afirma como observatório do funcionamento dos *media*.” (Penedo, 2003, p.30)

O crime é visto como um fenómeno multifacetado, sendo uma fonte inesgotável de conteúdos noticiosos. A convergência da acção, emoção, drama e suspense consegue mobilizar a atenção do público e potenciar a cobertura mediática, podendo ser vista como “um registo *hyper-real*, invadindo vários formatos da programação televisiva que podem ir do *reality-show* às cenas da vida real” (Penedo, 2003, p.61).

Se tivermos em linha de conta a essência de valores-notícia que guiam as escolhas do que tem, ou não, notoriedade a facticidade criminal constitui matéria noticiável. O potencial de noticiabilidade do crime expressa-se por conter violência, ruptura com a ordem social e

imprevisibilidade. Stuart Hall (*cit. in* Penedo, 2003, p.41) refere que “as coisas são notícia porque trazem mudança, imprevisibilidade e a natureza conflitual do mundo”.

Para Ray Surette (*cit. in* Machado e Santos, 2008, p.7) a noticiabilidade de um crime é operacionalizada segundo dois componentes: a periodicidade e a consonância.

“A periodicidade refere-se ao ciclo temporal dos eventos. Se determinado assunto se ajusta a um ciclo diário, por exemplo, se é possível aceder (...) eventos que se podem segmentar em pequenos episódios, como as audiências de um julgamento, é mais provável que seja escolhido, preterindo outros cujo desenvolvimento sai fora do espaço temporal da organização noticiosa. A consonância diz respeito à forma como um caso se relaciona com outros temas da actualidade e/ou imagens culturais já existentes.”

Já A. Rodrigues (*cit. in* Penedo, 2003, p.41) refere que os casos “com contornos de violência (excesso), de ruptura com o normativo (falha), de bizarrria e perversidade (inversão)”, são transformados em histórias mediáticas de grande projecção associadas a uma forte componente dramática, elemento estimulador da atenção do público.

A temática do crime assume-se cada vez mais como um dos temas mais explorados pela agenda mediática, que envolve uma relação com fontes de informação estruturadas.

“A investigação no âmbito do *newsmaking*, centrada nos bastidores dos *media*, revela uma articulação consistente entre jornalistas e fontes oficiais, como a polícia e outras instâncias de controlo formal, que asseguram a presença regular nos meios redactoriais de dados sobre o tema.” (Chibnall, Fishman e Ericson *cit. in* Penedo, 2003, pp.41-42)

Segundo Penedo (2003) as instituições oficiais assumem um maior controlo criando uma maior dependência dos *media* por estas fontes de informação.

“(…) na área do crime, os *media* aparecem mais dependentes das instituições oficiais de controlo formal. Polícia, tribunais, e outras autoridades judiciais monopolizam o espectro das fontes de informação, não só por facultarem com regularidade informação aos meios redactoriais que, pela sua natureza,

não é matéria do domínio público, como pelo facto de o seu estatuto de autoridade lhes conferir forte credibilidade e grande valor simbólico na reposição da ordem.” (Penedo, 2003, p.42)

A mediatização da criminalidade não se deve apenas aos seus atributos de fontes credenciadas, mas também, segundo Stuart Hall (*cit. in* Penedo, 2003, p.42), por “o crime estar menos aberto a definições concorrentes e alternativas do que a maior parte dos assuntos públicos”.

Ao actuarem como fontes, as instituições procuram influenciar o conteúdo das notícias acerca do crime e da justiça (Schlesinger *et al.*, e Surette *cit. in* Machado e Santos, 2008, p.4). No entanto, em Portugal, a relação entre autoridades policiais e jornalista ainda é caracterizada por um certo informalismo e improvisado, recorrendo-se diversas vezes à fonte anónima.

“A informação privilegiada acerca de investigações sob segredo de justiça, a coberto do anonimato das fontes policiais, configura situações problemáticas, na medida em que, por a informação ser atribuída a fontes autorizadas, o jornalista que faz a citação apoia-se nestas, construindo um *facto*, raramente confirmado pelo próprio junto de outras fontes, e que faz o jornalista parecer independente, imparcial e objectivo.” (Schlesinger e Ericson *cit. in* Machado e Santos, 2008, pp.4-5)

Os assuntos relacionados com o crime são uma fonte da audiência para os *media* e, quando o crime envolve personalidades conhecidas no seio da opinião pública, o campo da informação parece não ter limites. Os meios de comunicação de massa atropelam muitas vezes a lei, abrem caminho para que muita gente actue de forma impensada, seguindo a euforia do espectáculo que os *media* dão a assistir (Évora, 2004, pp.7-8).

“A justiça não pode ser dirigida senão a partir de faltas, desordens, homicídios, catástrofes, em suma, dramas que contribuem para dramatizar um pouco mais. Mas, enquanto o crime, que sempre existiu, estava anteriormente localizado nas margens, eis que se encontra propulsionado para o centro das nossas sociedades. Os meios de comunicação põem-no em cena, suscitando a indignação da opinião pública e uma nova expectativa da justiça. Se esta se encontra na incapacidade jurídica de punir, não tardamos a

emocionar-nos com isso, e até a suspeitar de qualquer uma influência oculta.”  
(Garpon *cit. in* Évora, 2004, p.8)

**III Capítulo**

**O efeito *Maddie*: análise da relação entre Jornalistas  
e Sistema Judicial no desaparecimento de *Maddie  
McCann***

---

## III Capítulo – O efeito *Maddie*

O *Caso Maddie* não ficou conhecido apenas pela sua cobertura mediática, mas também pelas especulações e limites que foram ultrapassados para oferecer à opinião pública todas as informações sobre o caso.

Depois de dois capítulos onde desenvolvi os conceitos a nível teórico, neste capítulo irei analisar as entrevistas realizadas aos oito jornalistas – sendo um deles inglês – que estiveram presentes na cobertura jornalística do caso; assim como a de um teórico da comunicação. Os livros sobre o desaparecimento de *Maddie McCann* também serão alvo de análise.

Também poderá encontrar um breve resumo do *Caso Maddie*, cuja cobertura mediática serve de base empírica para este trabalho. Os elementos factuais seleccionados foram os que considere mais significativos para a percepção da construção mediática deste “drama criminal”.

### 3.1 Resumo do *Caso Maddie McCann*

O *Resort Ocean Club* na Praia da Luz, no Algarve, foi o local escolhido por um casal de cidadãos ingleses (Kate e Gerry McCann) para passar férias, acompanhadas pelos seus três filhos (Madeleine de 3 anos, Sean e Amelie de 2 anos). Estávamos em Maio de 2007, mais precisamente no dia 3 de Maio, perto das 22 horas, quando a filha mais velha do casal (Madeleine, conhecida entre os *media* por *Maddie*) é dada como desaparecida do quarto onde, alegadamente, dormia com os irmãos. O alarme é dado e as buscas são iniciadas pela GNR, e por volta da meia-noite chega a Polícia Judiciária (PJ).

No dia seguinte, os *media* portugueses e estrangeiros já tinham ocupado a Praia da Luz. Os pais, através da Sky News, dirigem um apelo a um “eventual raptor”. A tese de que a criança teria sido raptada é publicamente divulgada como a mais provável. Nos dias que se seguem, as autoridades mobilizam meios extraordinários no sentido de encontrar a criança, ao mesmo

tempo que os pais se desdobram em apelos nos *media*, pondo em marcha uma campanha internacional para encontrar Maddie.

Robert Murat, um cidadão britânico residente na Praia da Luz é constituído arguido a 14 de Maio de 2007. À televisão britânica Sky News declara que “fizeram de mim bode expiatório por algo que não fiz. Isto está a arruinar a minha vida”.

Em Agosto, após vários meses de campanha e divulgação à escala mundial, surgem notícias na Imprensa portuguesa sobre a descoberta de novos indícios, que apontam para novos caminhos na investigação criminal e poderão implicar os pais da criança no seu desaparecimento. São feitas buscas na casa de Rober Murat, mas os dois cães com treino na detecção de cadáveres e sangue, vindos de Inglaterra não encontram nada. Os mesmos cães vão ao apartamento de férias do casal McCann, e aí assinalam a localização de vestígios. A viatura utilizada pelos McCann também é alvo de busca, aparecendo notícias que relatam que os cães assinalam a existência de vestígios orgânicos na viatura, alugada 25 dias após o desaparecimento de Maddie.

Surgem nos *media* reacções aos novos desenvolvimentos que dão conta de várias teorias e especula-se sobre o que teria acontecido: teriam os McCann transportado no automóvel um cadáver? Os vestígios recolhidos no apartamento e no carro dos McCann são enviados para um laboratório inglês (*Forensic Science Service* – Birmingham). Contudo, os resultados demoram, alegando-se atrasos devido à complexidade das análises, o que permite muita especulação acerca das suas conclusões.

A 5 de Setembro, a Praia da Luz volta a ser o centro das atenções: os McCann não vão ter as habituais reuniões semanais com os inspectores da PJ. Mas é o dia 7 de Setembro, que marca este caso: após interrogatório na PJ e decisão do Ministério Público (MP), os pais de Maddie são constituídos arguidos por suspeita de homicídio accidental e ocultação de cadáver. Sem que se estivesse à espera, passado dois dias o casal regressa a Inglaterra, manifestando a intenção de continuar a procurar a sua filha desaparecida. Com a partida dos McCann, as notícias sobre a possibilidade de novas diligências e interrogatórios a efectuar em Inglaterra sucedem-se, mas os resultados definitivos dos exames realizados pelo laboratório britânico ainda não foram divulgados. O panorama manteve-se até Dezembro de 2007; as novidades no

caso eram escassas, só a demissão em Outubro de Gonçalo Amaral, o coordenador da investigação, fez correr mais tinta nos *media* britânicos e portugueses. Esta demissão foi polémica, isto porque, as declarações do ex-inspector sobre a polícia inglesa não agradaram aos seus superiores, tendo sido substituído por Paulo Rebelo.

A falta de novidades faz com que, no início de 2008, o interesse mediático pelo caso abrandasse consideravelmente. A notícia de que os resultados finais dos exames, que chegam no mês de Janeiro, indiciam a probabilidade de o sangue encontrado no apartamento e automóvel alugado pelos McCann ser da pequena Maddie, no entanto estas não são provas suficientemente fortes para sustentar o caso em tribunal. Os primeiros três meses de 2008 são marcados pelos impasses gerados à volta da necessidade de se efectuar novos interrogatórios aos McCann e amigos, que ficam dependentes das autoridades inglesas.

Em Março verifica-se uma diminuição no volume de notícias, talvez causada pelas ameaças dos McCann aos *media* com processos de difamação. O casal conseguiu obter indemnizações e pedidos de desculpa públicos por parte de alguns jornais ingleses, mas em Portugal não se verificou nada disto. A possibilidade de um regresso dos McCann, em Abril, para a reconstituição do desaparecimento de Maddie, é discutida. Porém, a PJ é confrontada com a recusa por parte do casal, com uma excepção: a reconstituição teria de coincidir com a tese de rapto que defendem.

O caso do desaparecimento de Madeleine McCann é arquivado a 21 de Julho; a falta de provas foi o motivo referido pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Contudo, o processo pode ser reaberto, caso surjam “novos elementos de prova”.

Após alguns meses de “esfriamento” mediático, o *Caso Maddie* volta a ser notícia. A partir de dia 4 de Agosto, o processo sobre o desaparecimento de Maddie McCann já está disponível para consulta pública no Ministério Público, junto do Tribunal de Portimão. O documento é composto por milhares de páginas com provas sobre o caso, fruto de mais de 14 meses de investigação da polícia portuguesa. Incluiu detalhes forenses e entrevistas com Kate e Gerry McCann; fotografias oficiais inéditas do interior do apartamento onde estava a família aquando do desaparecimento da menina inglesa.

Apesar de nos finais de Agosto de 2008, o casal McCann suspender o trabalho dos detectives contratados – que nada descobriram – os apelos emotivos na incessante busca de Maddie ainda hoje continuam....

### **3.2 Metodologia e Fontes**

A presente investigação abrange entrevistas aos *media* portugueses e ingleses, mais especificamente a jornalistas que estiveram ligados ao *Caso Maddie McCann*. Tendo também recolhido a opinião de Rogério Santos, professor universitário e teórico da comunicação.

Para tal, irei analisar entrevistas elaboradas a jornalistas de sete meios de comunicação portugueses e um jornalista da televisão inglesa, que estiveram na Praia da Luz para a cobertura deste acontecimento. Relativamente à Imprensa portuguesa escolhi três diários – Jornal Notícias, Correio da Manhã e 24Horas –, um semanário, o Expresso e, ainda, a revista Focus. Quanto à rádio, foquei as atenções na TSF. A nível dos audiovisuais portugueses, a TVI foi a televisão seleccionada. Em relação aos *media* britânicos, a Sky News foi o único canal televisivo a aceitar o pedido.

A possibilidade do *corpus* documental ser demasiado amplo, a investigação baseia-se numa amostra que resultou de uma selecção justificada quer pela relação que os *media* tiveram na cobertura do caso quer pela sua reputação. Já a escolha dos jornalistas foi na sua maioria aleatória, uma vez que me informei quais os jornalistas – de cada meio de comunicação – destacados para o caso, escolhendo os que seriam de mais fácil contacto. Depois de conseguir os contactos de alguns jornalistas, estes forneceram-me os outros.

O método de recolha de informação escolhido foi a entrevista em profundidade, tendo uma amostra total de nove entrevistas. O facto de escolher a entrevista em profundidade a profissionais dos vários meios de comunicação social nacionais e estrangeiro possibilitou a discussão de tópicos mais delicados do assunto central deste ensaio, assim como também tive a oportunidade de ouvir vários ângulos sobre o mesmo tema. Esta é, segundo Sousa (2006,p.722), uma das principais vantagens da entrevista em profundidade: “obterem informações pormenorizadas e aprofundadas sobre valores, experiências, sentimentos, motivações, ideias, posições, comportamentos, etc. dos entrevistados”. De acordo com o

autor, este tipo de entrevistas devem ser estruturadas “em torno de núcleos temáticos que devem ser desenvolvidos metodicamente até se esgotarem” (Sousa, 2006,p.722). Contudo, apesar de haver algo estruturado não implica que não possa ser flexível, daí ser muito natural que no desenrolar da entrevista surjam outras questões.

Foram analisadas nove entrevistas, em que quatro foram feitas presencialmente e cinco por e-mail, visto a deslocação não ter sido possível. As entrevistas realizadas presencialmente estão em registo de áudio e têm uma duração compreendida entre os 16 e 40 minutos.

Os jornalistas de Imprensa escolhidos foram: Alexandra Serôdio do Jornal Notícias; Tânia Laranja do Correio da Manhã; Luís Fontes do 24Horas; Maria Barbosa do Expresso e Frederico Duarte Carvalho da Revista Focus. Relativamente à Rádio, ouvimos Maria Augusta Casaca da TSF. Dos *media* audiovisuais Hugo Matias, da TVI, e Ian Woods, da Sky News, foram os jornalistas entrevistados. Este estudo conta ainda com uma entrevista a um teórico da comunicação social: Rogério Santos, da Universidade Católica de Lisboa.

Para além das entrevistas realizadas, os livros de Hernâni Carvalho e Luís Maia, Manuel Catarino, Luís Castro e Gonçalo Amaral são alvo de análise desta dissertação, tendo sido essenciais para a melhor compreensão do *Caso Maddie*.

Relativamente às autoridades policiais, a autorização para uma entrevista ou uma pequena opinião sobre o caso não foi concedida. No entanto, conseguirei dar um pequeno parecer através dos vários livros mencionados no parágrafo anterior, uma vez que contam com opiniões de Francisco Moita Flores (ex-inspector da polícia judiciária); Alípio Ribeiro (Director Nacional da Polícia Judiciária), José Manuel Anes (criminalista e especialista em assuntos de segurança) e ainda Gonçalo Amaral (foi um dos coordenadores da investigação).

O *Caso Maddie* foi sem dúvida um dos casos mais mediáticos de 2007. A opinião pública quanto mais sabia, mais queria saber. As vendas dos jornais aumentara e as audiências dispararam. Segundo Castro (2007, p.162), os recordistas foram o 24Horas e o Correio da Manhã, ficando no outro extremo o Jornal de Notícias com menos notícias dadas sobre o caso. A nível da televisão nacional, a TVI transmitiu 600 reportagens, dedicando 28 horas ao *Caso Maddie*.

“O *Caso Maddie* abre todos os noticiários das televisões portuguesas. Os jornais nacionais dedicam-lhe as capas e páginas e páginas e os diários ingleses são cada vez mais procurado no Algarve” (Castro, 2007, p.27). A explicação para tal fenómeno mediático é dada por Adelino Gomes, jornalista e redactor principal do jornal Público (*cit. in* Castro, 2007, p.28): “o caso coincidiu com uma crise na Imprensa escrita portuguesa e, como tal, os jornais não tinham condições para se rebelarem contra um caso que ameaçavam exceder os limites.”

De acordo com Castro (2007, p.166), “desde Maio que os três canais abertos mantêm uma telenovela comum e o público criou uma dependência.” Neste contexto, Adelino Gomes (*cit. in* Castro, 2007, p.166), compara o *Caso Maddie* a uma droga em que “coordenadores de telejornais, directores e alguns repórteres ministraram diariamente e que foram criando habituação nos telespectadores.”

### **3.3 Apresentação e Análise dos resultados**

#### **3.3.1 A aliança luso-britânica**

“Interessante”, foi assim que Frederico Duarte Carvalho, da Focus, se referiu ao facto de trabalhar a par dos jornalistas ingleses. Luís Fontes, do 24Horas, disse ter sido “completamente normal”. Já Maria Barbosa, do Expresso, sentiu que a relação nos primeiros tempos foi “muito cordial e fazia-se através da troca de informações”.

Maria Augusta Casaca, da TSF, vai mais longe, afirmando que “a cobertura noticiosa teve mais “garra” devido à presença dos *media* ingleses”. Neste ponto, Tânia Laranjo, do CM, mencionou que com a presença dos ingleses se sentiu a dinâmica dos diferentes *media*, mais especificamente a pressão e a concorrência.

O jornalista britânico Ian Woods, da Sky News, mencionou ter gostado de trabalhar com alguns repórteres da Televisão portuguesa, realçando a entreaajuda que existia na troca de informações e traduções.

“Nós estávamos de pé ao lado uns dos outros durante muitas horas a os directos, e foi útil para partilhar informação. Eu não tive muito contacto com

os jornalistas da Imprensa portuguesa, embora a nossa tradutora dizer-nos tudo o que estava escrito nos jornais, relacionado com a Madeleine.” (Ian Woods) <sup>26</sup>

### 3.3.2 A influência inglesa

Alexandra Serôdio, do Jornal Notícias acredita que a vida dos jornalistas ingleses vieram modificar as práticas e rotinas jornalísticas dos portugueses. Uma das razões apontadas para tal “modificação foram os meios disponibilizados pelos vários órgãos de comunicação social ingleses eram mais, logo os portugueses acabaram por se reforçar”.

A jornalista do Expresso acredita que a presença dos *media* estrangeiros modificou a maneira dos jornalistas portugueses trabalharem. Maria Barbosa mencionou que este foi um “caso único”, que envolveu inúmeros jornalistas de várias nacionalidades. Não eram apenas portugueses e ingleses interessados no *Caso Maddie*, mas na Praia da Luz vivia-se um panorama “assustador”, tal como descreveu a jornalista, “franceses, espanhóis, alemães e canadianos chegavam todos os dias e era um *salve-se quem puder*”. Segundo Maria Barbosa foi necessária muita organização, quer a nível de meios como de informação, e mesmo assim, os jornalistas ingleses “moldaram-nos”. Para a jornalista os portugueses seguiram as pisadas dos britânicos: “acho que nos levaram muito a pensarmos exactamente como eles queriam...e fomos todos um bocadinho a reboque dos ingleses”.

### 3.3.3 As pressões inglesas

A jornalista da TSF e o jornalista da Focus são da opinião de que existiu pressão por parte dos jornalistas ingleses.

“Absolutamente, aliás a declaração inicial por parte do director da PJ de Faro, Guilhermino Encarnação, à porta da PJ de Portimão, de que se estava a investigar um rapto e a necessidade de trazer de Lisboa um inspector que sabia falar inglês para servir de porta-voz para a Imprensa – e andou literalmente aos papéis – foram exemplos evidentes dessa pressão.” (Frederico Duarte Carvalho)

---

<sup>26</sup> Tradução da autora.

“Se houve pressão foi sobretudo sobre a polícia Judiciária. Os ingleses não estão habituados ao nosso segredo de justiça e o facto da PJ não dar de todo, ou fornecer apenas a informação a conta gotas, foi muito difícil para eles.”  
(Maria Augusta Casaca)

Alexandra Serôdio explicou que tinham de estar atentos aos “movimentos dos ingleses”, porque mantinham um contacto privilegiado com o casal McCann. Daí terem havido “algumas situações tensas entre os assessores dos McCann e os jornalistas portugueses”.

Relativamente a este ponto, Rogério Santos, mencionou a “boa campanha de fontes” que o casal McCann realizou, conseguindo – durante algum tempo – “que os jornalistas ficassem do lado deles e contassem a história como se eles fossem vítimas”.

### **3.3.4 Os jornalistas e a polícia**

A resposta “não” predomina em todas as entrevistas feitas. Frederico Duarte Carvalho refere que “ainda é cedo para perceber, mas não me parece que tenha mudado muito”. A jornalista do Expresso, mencionou apesar da Polícia Judiciária ter melhorado em alguns pormenores a ideia de ter em Portugal uma conferência de meia em meia hora a dar informações sobre os casos, “acho que isso nunca vai acontecer. Tão depressa...não. (...) Portanto, não mudou nada, ou seja, olhando o que é que a *Maddie* trouxe de novidade...*Ah, eles agora já contam pormenores...* Mas não contam nada. É assim a maneira de eles trabalharem e os jornalistas que fazem muito essa área têm que ter fontes.”

### **3.3.5 A polícia como fonte de informação**

Hugo Matias é da opinião que, no início do *Caso Maddie*, a Polícia Judiciária mostrou uma “atitude defensiva”, mas perante a pressão e críticas dos *media* internacionais a atitude acabou por mudar:

“ (...) houve uma distorção de toda a relação jornalista/fonte porque a PJ acabou por, na minha ideia, fornecer mais dados do que aquilo que podia fornecer e não oficialmente. Diziam uma informação a um, outro obtinha

outra por outro lado, etc... e havia uma série de dados perdidos ali pelo meio que permitia aumentar a especulação.”

O jornalista da Focus mencionou que não existiram diferenças, isto porque, segundo o mesmo “as informações continuaram a chegar *off-the-record* e viu-se que muitas delas foram exageradas e outras que até podiam ser mais importantes nem chegaram”, disse.

Luís Fontes vai mais longe e refere que “a Polícia Judiciária, enquanto instituição, não aprendeu nada com o *Caso Maddie*. Mas alguns profissionais da PJ, por força das circunstâncias, começaram a ganhar confiança nos jornalistas”.

A jornalista do JN evidencia as diferenças que notou com o “contacto com novas personagens, diferenças normais e habituais que se registam nos primeiros contactos”. Mas garante que sempre respeitou o trabalho dos investigadores e vice-versa: “houve, como há sempre no meu caso, troca de informações – para ambos os lados – mas sem prejudicar o trabalho de cada um. Mantive a minha forma de trabalhar e acabou por dar resultado”.

Maria Augusta Casaca tem um pensamento mais negativo em relação ao *pós-Caso Maddie*; “de algum modo, e à posteriori, essa relação com as fontes de informação da PJ só pioraram”.

### **3.3.6 As conferências de Imprensa**

“Penso que não é hábito da Polícia Judiciária agir deste modo. Só muito pressionada pela comunicação social o fez. Só o fará de novo se o assunto que vier a lume tiver um mediatismo semelhante” (Maria Augusta Casaca).

No entender dos jornalistas da TSF, JN, Expresso e TVI as conferências de Imprensa da PJ surgiram devido à pressão dos jornalistas ingleses e do mediatismo do caso. Ambos acreditam que uma situação como esta não voltará a acontecer. Maria Barbosa caracterizou as conferências como “um *fait-diver* (...) só para inglês ver”.

“Admito a possibilidade de ter havido pressões – ao mais alto nível (entenda-se ao nível de Governo) – para que a PJ alterasse a sua forma de estar. As

conferências foram uma novidade em Portugal. Acredito que a PJ terá muito mais a ganhar com este tipo de acções. Há contudo a necessidade de preparar pessoas que façam estas conferências de Imprensa e que saibam lidar com jornalistas, e não colocar investigadores que só por saberem falar minimamente bem inglês passam de investigadores a porta-vozes. Aliás, continuo sem perceber porque temos nós de falar em inglês no nosso país. Quando estive em Inglaterra, a acompanhar este caso, ninguém falou comigo em português...” (Alexandra Serôdio)

De acordo com Frederico Duarte deveriam ter existido mais informações, “pelo menos para evitar equívocos. Quando a PJ perceber que pode contar com a ajuda dos jornalistas sem que isso a faça perder o rumo das investigações, então poderemos ter evoluído como sociedade”.

O jornalista do 24Horas referiu que as mudanças que se notam são devido à “nova direcção que tomou recentemente posse. Parecem estar mais empenhados em comunicar o que podem dentro dos limites impostos pelo Segredo a que estão vinculados”.

Helena Figueiras, jornalista da RTP-Faro, relembra o momento da primeira conferência de Imprensa dada pela PJ: “Foi caricato. Era um homem de pé a gritar para que todos os jornalistas à volta conseguissem ouvir. Tentava falar pausadamente e muito alto. Os ingleses não perceberam nada e foram os colegas portugueses que lhes traduziram aquelas declarações” (Castro, 2007, p.24).

### **3.3.7 Alterações nos procedimentos jornalísticos**

Citando o jornalista da TVI, o *Caso Maddie* “não teve repercussões futuras” e as diferenças notaram-se no momento em que se vivia o caso com toda a intensidade. Para Hugo Matias, este foi um caso excepcional:

“Acho que não é um caso que se torne a repetir nestes moldes e não me parece que se tire daí algum benefício. Tirou-se no momento, porque entre não saber nada e saber (mesmo que sejam informações que depois não se confirmem a 100%) e segundo palavras da PJ “eram linhas de investigação”, era positivo. (...) Acho que o benefício foi, um benefício informativo com os

riscos que daí vieram, que foi a deturpação de alguns elementos” (Hugo Matias)

A quantidade de informação dispersa que os jornalistas tinham acesso é apontada, pelas jornalistas da TSF e Expresso, tanto como uma consequência positiva como negativa.

“as consequências positivas foram a informação a vir por todo o lado (...). Ao mesmo tempo foi o positivo, porque se trabalhava com muita coisa, mas não se podia escrever assim de forma leviana porque foi o que aconteceu (...). Eu acho que essa foi também uma consequência negativa, porque acho que não se pode trabalhar só para o dia... (...) e acho que isso foi uma grande consequência negativa, descredibilizou um pouco o Jornalismo... cá e também em Inglaterra.” (Maria Barbosa)

“Positivas, porque a opinião pública todos os dias procurava ler jornais, ouvir rádio e ver televisão para acompanhar o caso. (...) Negativas, porque muitos de nós entrámos em contradições, pusemos em causa o bom nome de algumas pessoas e relatámos até à exaustão um assunto que, a partir de determinada altura, já não trazia novidade.” (Maria Augusta Casaca)

O jornalista da Focus também menciona que com mais informações oficiais a especulação diminuirá, trazendo para o jornalismo algo de positivo. Contudo, no entender de Frederico Carvalho, as mudanças na relação entre jornalistas e autoridades policiais também trazem um lado negativo: “a concorrência por novas informações poderá levar ainda a mais especulação de quem não conseguir entender as necessidades inerentes a investigações, difamação de arguidos e Segredo de justiça ou táticas judiciais de defesa e acusação.”

Para Alexandra Serôdio as conferências de Imprensa realizadas pela PJ “são muito importantes”, contudo se “a PJ dá a cara por uma investigação, sujeita-se às perguntas”, acrescentou.

Neste contexto, Tânia Laranjo lembrou que foi no *Caso Casa Pia* que se assistiu a “alterações substanciais na forma como os órgãos sociais olham a justiça”. Já o *Caso Maddie* classificou-o como “mais um caso de pressão mediática.”

### 3.3.8 O antes e o depois

Segundo os jornalistas do JN e da Focus a relação – com maior abertura – entre os jornalistas e a polícia traz benefícios não só para o jornalismo como também para as autoridades:

“ (...) a polícia percebeu que pode “usar” os jornalistas e passar determinada mensagem que permita ajudar na investigação. O interesse é de ambos os lados. Por um lado dos jornalistas que querem notícias e de outro a polícia que precisa de passar uma determinada mensagem para que a investigação prossiga. Se a relação for de sinceridade, não vejo problema nenhum.”  
(Alexandra Seródio)

Neste particular, sendo da mesma opinião que os jornalistas do JN e da Focus, Luís Fontes distingue a forma como as diferentes autoridades se relacionam com os jornalistas:

“A GNR tem um modelo de comunicação com os jornalistas que considero ser excelente. O Núcleo de Relações Públicas perante um problema designa um graduado para falar do problema que se passou na sua área de intervenção. Na PSP o secretismo é algo que impera. Como tal cabe ao jornalista seguir por outros caminhos... Na PJ, na actual conjuntura, com um profissional de carreira de carreira do topo da hierarquia, a comunicação está a ser mais fluida. Algo que não acontecia quando no tal topo estava um magistrado do Ministério Público.”

Já na perspectiva da jornalista da TSF existiriam benefícios para o jornalismo se tivesse existido uma alteração significativa na relação Jornalista – Polícia: “Em Portugal ainda há uma relação muito fechada das forças policiais, que se resguardam sempre no Segredo de justiça.”

### 3.3.9 As fontes anónimas

Neste ponto todos os jornalistas entrevistados concordam: as fontes anónimas sempre existiram no jornalismo e vão continuar a existir. “Tem que continuar a acontecer, sob pena de deixar de existir jornalismo. Certos casos só são conhecidos na opinião pública porque há

uma fonte anónima que dá a conhecer ao jornalista um determinado assunto”, afirmou Maria Augusta Casaca.

A jornalista do Expresso referiu que é através das fontes anónimas que se trabalha com a Justiça. Citando Hugo Matias, “ou nós de facto conhecemos alguém ou de lá (PJ) não tirámos nada. Porque se eu ligar, oficialmente, eles dizem-me aquilo que me podem dizer que é muito básico, a não ser que tenham interesse imediato em comunicar o assunto”.

Alexandra Serôdio e Tânia Laranjo mencionam a importância da confiança, “uma condição essencial” (Marinho, 2000, p.251), nesta relação entre jornalista e autoridades policiais.

“As fontes vão sempre continuar a existir, apesar da Polícia hoje em dia manter uma relação mais aberta com os jornalistas. (...) As fontes – em alguns casos – funcionam, não para esconderem a cara, mas como relações de amizade e de confiança de gente que dispensa protagonismos mas não se importa de esclarecer determinados assuntos.” (Alexandra Serôdio)

“Ninguém deixa de utilizar fontes anónimas. As fontes não são anónimas, as fontes têm rosto. (...) Há uma relação de confiança. Vai ser sempre numa base de relação de confiança que pode passar uma informação e é assim que vai continuar a ser. Sem fontes de informação não há jornalismo.” (Tânia Laranjo)

Na opinião de Frederico Carvalho, o uso das fontes anónimas “deveria ser mais escrutinado”, pois alguns dos factos podem vir a ser desmentidos quando são revelados após o segredo de justiça.

### **3.3.10 Limites e abusos da ética jornalística**

As especulações no *Caso Maddie* foram uma constante. As informações “voavam” e a concorrência entre os *media* faziam com que todos quisessem ser os primeiros a revelar os dados obtidos, fossem ou não desmentidos no dia seguinte.

“Acho que em muitos casos (vou ser honesto contigo) muitos jornalistas ultrapassaram os limites do que era aceitável e ficaram para lá dos limites do *off the record*. (...) Há tanta informação a correr e tanta gente a tentar obter informações e tanto a decorrer ao mesmo tempo que se vai mais além. E acho que sim, que houve nitidamente casos em que se foi dentro de territórios que não se podiam ir, jornalisticamente falando.” (Hugo Matias)

Segundo Frederico Carvalho, os jornalistas utilizaram “táticas mais agressivas” e escreveram “notícias mais impulsivas”.

Maria Barbosa não quis revelar nomes, tendo afirmado que houve abusos e limites ultrapassados, não só por jornalistas mas também por comentadores:

“Eu acho que quem ultrapassou mais limites foram essas pessoas que se transformaram em “*opinion makers*”, sem se perceber como. (...) Podem não ter o Código Deontológico dos jornalistas, mas qualquer pessoa que fale na televisão (os comentadores) não pode especular e faziam-no...”

As jornalistas da TSF e do JN partilham da mesma ideia, referindo que os abusos foram muitos e que os jornalistas passaram a “fronteira de tudo o que é razoável” (Maria Augusta Casaca).

“Houve demasiados abusos. (...) Para muitos ter uma manchete ou ser líder de audiências significava o “vale tudo”. (...) Houve chantagens.... Compras de informações.... Valeu tudo durante demasiado tempo.” (Alexandra Serôdio)

Apesar de Luís Fontes ter mencionado que houve abusos, na sua opinião, os jornalistas ingleses foram os mais prevaricadores. Porém, Ian Woods referiu que os rumores “voavam” nos *media* portugueses.

“Inevitavelmente, os repórteres britânicos deram mais credibilidade ao que foi dito pelas fontes oficiais britânicas ou pela família McCann. Acreditávamos que os boatos maliciosos eram provenientes das fontes

policiais, e como não conhecíamos nenhum dos agentes envolvidos no inquérito, não tínhamos maneira de separar factos da ficção.” (Ian Woods)<sup>27</sup>

Apesar dos jornalistas britânicos começarem a conhecer a Lei portuguesa, incluindo o significado de arguido, para Ian Woods “esta lei parece ser muito estranha, pois as pessoas podem estar sob suspeita durante um longo período de tempo. (...) Se a PJ tem provas de que ele [Robert Murat] tenha cometido um crime, devia acusá-lo. Se não, deviam dizer ao público que ele não é um suspeito.”<sup>28</sup>

### 3.3.11 A retratação dos *media*

Neste ponto, Maria Augusta Casaca e Alexandra Serôdio são da opinião de que a forma de agir dos *media* e do sistema judicial inglês são diferentes do português.

“Não é tradição dos jornais portugueses pedirem desculpa. Só se forem processados judicialmente.” (Maria Augusta Casaca)

“Difícilmente essa situação acontecerá em Portugal. O sistema judicial inglês é bastante diferente do português e apenas em Inglaterra é habitual ver situações destas. Em Portugal existe a liberdade de Imprensa e os órgãos de comunicação social não se movem na base das chantagens ou dos poderes de alguns. Aqui as coisas têm de se provar.” (Alexandra Serôdio)

O jornalista da Focus relembra que o *Caso Maddie* teve uns “contornos muito particulares” e “seria interessante ver isso [os pedidos de indemnização ao casal McCann] debatido em sala de tribunal”.

No entender de Tânia Laranjo “os jornalistas que cometeram excessos é que têm de estar preocupados”. Já, de acordo com o jornalista do 24Horas, as consequências – a nível jornalístico – só serão visíveis quando o caso sair de segredo de justiça.

---

<sup>27</sup> Tradução da autora.

<sup>28</sup> Tradução da autora.

A propósito deste tema, o jornalista da Sky News, faz alusão à influência que a cobertura mediática teve na opinião pública e das consequências que certas histórias tiveram no jornalismo:

“Não conheço a legislação que prevê o crime de difamação em Portugal... mas se os McCann forem ilibados pela PJ, então poderão considerar meter uma acção judicial contra alguns dos meios de comunicação portugueses, da mesma forma que processaram a Express, em Inglaterra. Parece que a PJ não tem provas sólidas de que eles foram responsáveis pelo desaparecimento da filha e, no entanto, eu presumo que a maioria das pessoas em Portugal estão convencidos de que são culpados por causa da cobertura mediática feita pelos portugueses. Se os McCann são acusados de um crime e considerados culpado, então alguns dos jornalistas terão de se justificar e aqueles que pensam que o rapto por um estranho é a explicação mais provável, vai ser forçado a comer as nossas palavras!” (Ian Woods)<sup>29</sup>

É de salientar a posição de Felisbela Lopes em relação ao papel dos meios de comunicação no *Caso Maddie* (*cit. in* Castro, 2000, pp.165-166):

“Os jornalistas portugueses não devem orgulhar-se do que fizeram. Não escorregámos tanto quanto os ingleses, mas sucumbimos à força dos assessores; aos comentadores fizemos perguntas factuais e não opinativas; fizeram-se directos de informação de grau zero; andámos a citar-nos uns aos outros; desmentimo-nos constantemente e não defendemos a identidade do jornalista que faz trabalhos rigorosos e que procura a verdade. A realidade é que a notícia se resume a isto: desapareceu a 3 de Maio último do quarto onde dormia, num hotel na Praia da Luz, uma criança inglesa. Cento e oitenta dias depois nada se sabe sobre o seu paradeiro.” (Felisbela Lopes)

### **3.3.12 A relação do *Caso Maddie* com o *Caso Joana e Noite Branca***

Segundo Maria Augusta Casaca, a PJ teve um comportamento diferente no *Caso Joana*, notando-se diferenças na forma como os arguidos foram tratados: “uns, quase com deferência (os McCann), outros de forma quase desumana”. Em relação à comunicação social, “a PJ foi obrigada a adoptar uma postura mais aberta devido à pressão dos *media* ingleses. Não me

---

<sup>29</sup> Tradução da autora.

parece que essa postura fosse idêntica caso se tratasse do desaparecimento de uma criança portuguesa e o assunto tivesse sido apenas para consumo interno”.

No entender da jornalista do JN, os contornos e abordagens nos três casos foram diferentes: “Comparando o *Caso Joana* com o *Caso Maddie* as autoridades policiais pouco aprenderam. (...) No caso da Noite do Porto notou-se alguma abertura por parte da polícia”.

A propósito da comparação com outros casos, Frederico Carvalho prefere aguardar para ver os “reflexos dos gastos [a nível monetário e de meios] em futuros casos”.

Luís Fontes reforça a ideia de “caso único” lembrando que “nos outros casos não houve uma Sky News a meter uma criança e Portugal no topo da agenda noticiosa internacional”.

## **Conclusão**

---

## Conclusão

A relação simbiótica entre os jornalistas e fontes de informação é essencial para o jornalismo. Citando Felisbela Lopes (2000,p.340), as fontes de informação são “uma instância incontornável do processo informativo que impõe quotidianamente aos jornalistas renovados obstáculos”. Um jornalista tem de saber negociar e relacionar-se com os elementos que constituem a sociedade. O quotidiano do profissional da comunicação rege-se pelas normas ético-legais do nosso sistema judicial, que surge actualmente como um dos temas mais interessantes para a opinião pública.

Desde o início do caso que os *media* tiveram um papel preponderante. A cobertura mediática do *Caso Maddie* mostrou dois lados do jornalismo: a componente informativa e de entretenimento. Enquanto “os jornalistas quiseram contar uma história com um final feliz e usaram os pais; os pais desejaram encontrar a filha e usaram os jornalistas” (Castro, 2007, p.169).

Para responder às questões ou premissas iniciais, realizei nove entrevistas a jornalistas portugueses e ingleses, que estiveram envolvidos na cobertura do *Caso Maddie*, assim como a um teórico da comunicação.

São notórias as diferenças que se fazem sentir entre Portugal e Inglaterra. O modelo jornalístico, o sistema judicial e político, assim como a nível de valores e moral. A mediatização do *Caso Maddie* tornou-o num “caso único”, envolvendo figuras públicas, políticos e governantes, que se empenharam em apelos e ajudas na procura da menina inglesa.

Questionados acerca de uma possível alteração das práticas e rotinas dos jornalistas portugueses, a maioria dos entrevistados considerou que a pressão fez-se sentir mais ao nível dos meios, isto porque os *media* britânicos investiram muito neste caso. Ao nível do jornalismo verificou-se uma maior tendência para a divulgação de informações que nem sempre eram confirmadas, fazendo com que o *Caso Maddie* ficasse marcado pelas especulações e boatos que os meios de comunicação transmitiam à opinião pública.

As informações eram muitas, assim como a concorrência. Os jornalistas tentavam ser sempre os primeiros a dar a conhecer as informações obtidas mais recentemente. Lembravam-se de um dos seus deveres: *informar e ser informado*, mas esqueceram-se muitas vezes das normas ético-legais que regem a profissão. Houve abusos, especulações, boatos e falta de ética por parte dos profissionais da comunicação (jornalistas e incluo aqui os comentadores). Em determinadas situações alguns jornalistas não se privaram de dar à opinião pública a informação que recebiam para serem os primeiros a divulgarem-na, não pensando nas consequências que advinham, pois muitas vezes essa mesma informação “exclusiva” era desmentida no dia seguinte.

O *Caso Maddie* ficou marcado pela enigmática relação entre os jornalistas e as autoridades policiais (considerando-os uma das fontes de informação primordiais em casos judiciais). De acordo com os entrevistados esta relação não se alterou, apesar de no *Caso Maddie* se assistir a algumas diferenças – como foi o caso de algumas conferências de Imprensa dadas pela Polícia Judiciária – estas ainda não são tão significativas. Os jornalistas entrevistados referiram que a pressão que existiu por parte dos jornalistas e governo britânico desencadeou uma maior abertura por parte da PJ, mas o nosso sistema judicial mostrou, mais uma vez, as suas contrariedades e quando a PJ era bombardeada com perguntas relacionadas com a investigação respondiam com um “não comento”, salvaguardado pelo segredo de justiça. A indisponibilidade que a PJ demonstra ao “abrir as portas” à comunicação social faz com que estes continuem a usar e abusar das fontes anónimas.

De referir que pôr um ponto final neste trabalho esgotando todas as possibilidades de análise no que respeita ao *Caso Maddie* é um objectivo bastante difícil de atingir. Este caso teve contornos diferentes, nomeadamente a sua cobertura mediática a nível nacional e mundial. Apesar de já não ser um “caso do dia” ainda permanece na agenda mediática. Ainda se fala muito do *Caso Maddie*, ficando ainda muita coisa por analisar não só a nível teórico como prático.

“*Maddie* deixou de ser filha dos McCann e passou a ser filha do mundo” (Castro, 2007, p.168).

## **Bibliografia**

---

## Bibliografia

Almeida, M.C. (2003). *Congresso de Justiça – Segredo de justiça*. [Em Linha]. Disponível em [http://www.asficpj.org/temas/diversos/congressojust/maria\\_almeida.pdf](http://www.asficpj.org/temas/diversos/congressojust/maria_almeida.pdf). [Consultado em 15/01/2009].

Condesso, F. dos R. (2007). *Direito da Comunicação Social (Lições)*. Coimbra, Edições Almedina.

Cornu, D. (1994). *Jornalismo e Verdade – Por uma ética da informação*. Lisboa, Instituto Piaget.

Colóquio Parlamentar Assembleia da República, Subcomissão de Comunicação Social (1992). *Liberdade de Informação – Segredo de justiça*. Lisboa, Assembleia da República.

Évora, S. L. (2004). *O segredo de justiça e a investigação jornalística: A problemática dos direitos fundamentais na demoraria portuguesa*. [Em Linha]. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/evora-silvino-segredo-de-justica.pdf>. [Consultado em 08/09/2008].

Ericson et al. (1989). *Negotiating Control — A Study of News Sources*. Toronto, University of Toronto Press.

Fidalgo, J. (2000), *A Questão das Fontes nos Códigos Deontológicos dos Jornalistas*, Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2), pp. 319-337. Braga: Centro de Ciências Históricas e Sociais, Universidade do Minho. [Em linha]. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5513>. [Consultado em 02/06/2008].

Freitas, H. (2006). *Sigilo profissional em risco*. Coimbra, Edições Minerva.

---

Lopes, F. (2000). *As Fontes, os Jornalistas e as Leis*, Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2), pp. 339-349. Braga, Centro de Ciências Históricas e Sociais, Universidade do Minho. [Em Linha]. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5511>. [Consultado em 02/06/2008]

Marcet, J. M. C. (1997). *Periodismo de filtración, periodismo de investigación*, ZER - Revista de Estudios de Comunicación, Mayo, [Em linha]. Disponível em [www.ehu.es/zer/zer2/9artcami.html](http://www.ehu.es/zer/zer2/9artcami.html). [Consultado em 30/05/2008].

Machado, H. e Santos, F. (2008). *Crime, Drama e Entretenimento. O Caso Maddie e a Meta-Juíça Popular na Imprensa Portuguesa*. [Em Linha]. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/310/310.pdf>. [Consultado em 17/12/2008].

Marinho, S. (2000). *O valor da confiança nas relações entre jornalistas e fontes de informação*. [Em Linha]. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4503>. [Consultado em 02 /06/2008].

Penedo, C. C. (2003). *O Crime nos Media: o que no dizem as notícias quando nos falam de crime*. Lisboa, Livros Horizonte

Pina, S. (1997), *A Deontologia dos Jornalistas Portugueses*. Coimbra, Minerva.

Pinto, M. (2000), *Fontes Jornalísticas: Contributos para o Mapeamento do Campo, Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste*, vol. 14, (1-2). Braga, Centro de Ciências Históricas e Sociais, Universidade do Minho [Em Linha]. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5512>. [Consultado em 02/06/ 2008]

Pinto, R. J. (1997). *The Evolution of the Structure of Political Journalism in Four "Quality" Newspapers (1970-1995)*. Tese de doutoramento não publicada, apresentada à Universidade de Sussex, disponível para consulta na biblioteca da Universidade Fernando Pessoa (Porto, Portugal).

Santos, B. de S. (2003). *O Segredo de justiça*. [Em Linha]. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/opiniao/bss/071.php>. [Consultado em 15/01/2009]

Santos, R. (1997), *A Negociação entre Jornalistas e Fontes*. Coimbra, Minerva.

Santos, R. (2001). Práticas produtivas e relacionamento entre jornalistas e fontes de informação. In: Traquina, N, Santos, R., Ponte, C., Cabrera, A. *O Jornalismo Português em Análise de Caso*. Lisboa, Editorial Caminho

Santos, R. (2003). *Jornalistas e fontes de informação: a sua relação na perspectiva da sociologia do jornalismo*. Coimbra, Minerva.

Santos, R. (2006). *A fonte não quis revelar*. Coimbra, Minerva.

Serrano, E. (1999). Jornalismo e elites do poder. [Em linha] Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/serrano-estrela-jornalismo-elites-poder.pdf>. [Consultado em 2/06/2008].

Silva, S. P. C. (2008). *Fontes de informação nas notícias: a queda da ponte em Entre-os-Rios nos jornais Público e Jornal Notícias*. Monografia de Licenciatura não publicada, apresentada à Universidade Fernando Pessoa (Porto, Portugal) e disponível para consulta na respectiva biblioteca.

Sousa, J. P. (2001). *Elementos de Jornalismo Impresso*. [Em linha]. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>. [Consultado em 20/05/2007].

Sousa, J. P. (2002). *A utilização de fontes anónimas no noticiário político dos diários portugueses de referência*. [Em linha]. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-utilizacao-fontes-anonimas.pdf>. [Consultado em 20/05/2007].

Sousa, J. P. (2006). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media, 2a edição revista e ampliada*. [Em linha]. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>. [Consultado em 20/05/2007].

Traquina, N., (2001). Teoria das Notícias: o Estudo do Jornalismo do século XX. In: Traquina, N, Santos, R., Ponte, C., Cabrera, A. *O Jornalismo Português em Análise de Caso*. Lisboa, Editorial Caminho.

### **Legislação**

Constituição da República Portuguesa

Código Penal

Código do Processo Penal (anotado)

Código Deontológico dos Jornalistas

### **Livros sobre o Caso Maddie McCann**

Amaral, G. (2008). *Maddie: A Verdade da Mentira*. Lisboa, Guerra&Paz.

Carvalho, H. e Maia, L. (2007). *Maddie 129*. Lisboa, Prime Books.

Castro, L. [Prefácio de Marcelo Rebelo de Sousa]. (2007). *Por que adoptámos Maddie*. Lisboa, Oficina do Livro.

Catarino, Manuel [Prefácio de Francisco Moita Flores]. (2007). *A culpa dos McCann*. Lisboa, Guerra&Paz.

## **Anexos**

---

## Anexos

### Entrevista aos Jornalistas Portugueses

- ✓ Como é que foi trabalhar a par dos jornalistas Ingleses?
- ✓ A vinda dos jornalistas ingleses veio modificar de alguma forma as práticas e rotinas jornalísticas?
- ✓ Houve algum tipo de pressão por parte dos jornalistas ingleses?
- ✓ Acha que, após o *Caso McCann*, a relação entre Jornalistas e as Autoridades Policiais se alterou?
- ✓ Quais foram as diferenças que se fizeram sentir nesta relação com as fontes de informação (PJ)?
- ✓ Pensa que este tipo de mediação (o facto de no *Caso McCann* a PJ dar mais conferências de Imprensa) foi um parêntesis ou haverá mais casos em que agirá assim?
- ✓ Estas mudanças (se as houve) trazem consequências positivas para os jornalistas? E negativas?
- ✓ As mudanças na relação entre Jornalistas e Autoridades Policiais trazem benefícios para o Jornalismo?
- ✓ Normalmente, a relação entre Jornalistas e Autoridades Policiais joga muito com as fontes anónimas (apesar do jornalista saber quem é a fonte). Isso irá continuar a acontecer?

- ✓ No *Caso McCann*, pensa que algum Jornalista ultrapassou os limites, “abusando” de qualquer forma a ética jornalística?
  
- ✓ Relativamente aos últimos acontecimentos (pedidos de desculpa dos jornais ingleses ao Casal McCann), pensa que irá acontecer o mesmo em algum meio de comunicação português?
  
- ✓ Por último, gostaria que fizesse um breve comentário sobre algum caso anterior ou posterior ao *Caso McCann*, em que se note algumas diferenças no comportamento por parte das Autoridades Policiais. (Ex: *Caso Joana* ou *Caso da Noite do Porto*).

### **Entrevista aos Jornalistas Ingleses**

- ✓ What were the main difficulties that you have suffered when you came to Portugal?
- ✓ Can you describe your experience working alongside the Portuguese journalists?
- ✓ How would you define the relationship between Portuguese and British journalists?
- ✓ Are there any differences between the routines of Portuguese reporters and English reporters? May you identify some?
- ✓ Can you describe the relationship between journalists (Portuguese and English) and the Police Authorities (PJ)?
- ✓ The relationship between Portuguese journalists and Police Authorities (PJ) is different from the one you have in England. Do you think that Police Authorities (PJ) should change their connections with journalists?
- ✓ If there were such modifications, do you believe that they would bring benefits to Portuguese journalism?
- ✓ What do you think about our Justice and Laws?
- ✓ Was it difficult to understand some words as “Arguido” and the meaning of our “Segredo de Justiça”?
- ✓ The “Case Madeleine McCann” was one that involved worldwide *media* coverage. Much has been said and written... can you comment on the fact that some British newspapers have written a "public apology" to Kate and Gerry McCann?

- ✓ Do you think that any other *media*, English or Portuguese, will also do it? Or will this attitude be seen as “taking the guilt” of some extreme behaviours?

**Entrevista a Alexandra Serôdio (Jornal de Notícias)****Enviada por e-mail em 16/06/2008 às 13h46****✓ Como é que foi trabalhar a par dos jornalistas Ingleses?**

Para quem trabalha em jornais não foi muito complicado. A verdade é que, se por um lado os jornalistas portugueses tinham as fontes policíacas e podiam escrever sobre a investigação, por outro lado os ingleses tinham mais informações sobre o casal McCann e acesso mais facilitado a eles. Os primeiros tempos de trabalho foram de conhecimento entre jornalistas. Depois, os ingleses sentiram necessidade de partilhar informação com os portugueses, na tentativa de não perderem o comboio, ou seja, de poderem também eles darem informações sobre a investigação.

No meu caso concreto, não houve grandes contactos com jornalistas ingleses. O JN tem uma correspondente em Londres que fazia a parte do trabalho com o casal, ou seja, o que eram e o que faziam antes da Maddie desaparecer.

A minha preocupação – e porque fui para a praia da Luz no dia 4 de Maio de 2007 – era dar conta do que se estava a passar em termos de investigação e em termos de comportamento do casal.

**✓ A vinda dos jornalistas ingleses veio modificar de alguma forma as práticas e rotinas jornalísticas?**

Acredito que sim. Por causa dos meios disponibilizados pelos vários órgãos de comunicação social ingleses, os portugueses acabaram por se reforçar. No caso do JN e nas primeiras duas semanas após o desaparecimento chegamos a ter 3 jornalistas na praia da Luz (uma colaboradora e dois do quadro) com um repórter fotográfico.

Os textos do JN sempre se centraram na investigação e no caso em si. Mas com a deslocação de muitos meios para a praia da Luz houve necessidade de contar histórias paralelas, modos de vida e de estar e, no fundo, de fazer um pouco também de investigação. Muitas vezes foi

esquecido que a investigação deveria ser feita pela Polícia. Houve jornalistas que pensaram que também poderia descobrir algo de novo, e, continuo a acreditar, em determinadas ocasiões a investigação policial foi prejudicada pelos jornalistas.

Depois, com os ingleses, desenvolveu-se o hábito dos portugueses lerem os jornais ingleses e ouvirem as televisões de Inglaterra.

Como não sabia falar português, os ingleses optaram por pagar “muito bem” a jornalistas portugueses, que se desvincularam das suas empresas, e passaram a ser os informadores. Assistiu-se a cenas caricatas de colegas a ouvirem conversas, a pedirem informações, que depois iriam ser transmitidas aos ingleses. Estes, nos seus órgãos de comunicação social assumiam a informação como deles.... Por exemplo.... A Sky sabe, a CNN...

✓ **Houve algum tipo de pressão por parte dos jornalistas ingleses?**

Eu não senti nenhuma pressão. Apenas percebi rapidamente que tinha de estar atenta aos movimentos dos ingleses. Sabíamos que a SKY e depois a BCC tinham contactos privilegiados com os McCann, daí que tínhamos de estar atentos para tentar perceber quando havia comunicados, entrevistas, idas à igreja, passeios na praia.... Etc.

Apesar de estarmos em Portugal a única língua que se falava na praia da Luz era o inglês. E a verdade é que os ingleses controlavam todos os passos dos McCann. Os assessores sempre privilegiaram os jornalistas ingleses em detrimento dos portugueses: prova disso foram as primeiras entrevistas dadas pelo casal a ingleses e não a portugueses. Houve por isso algumas situações tensas entre os assessores dos McCann e os jornalistas portugueses.

✓ **Acha que, após o *Caso McCann*, a relação entre Jornalistas e as Autoridades Policiais se alterou?**

No meu caso concreto não. Sempre mantive uma postura de seriedade e de profissionalismo com as várias autoridades policiais. Sempre respeitei o que podia publicar e o que não podia publicar para não estragar a investigação.

---

A preocupação do JN sempre foi dar as notícias com verdade e respeitando a investigação. O que esteve sempre em causa foi o desaparecimento de uma criança, daí que em muitas ocasiões e apesar de termos informações credíveis, optamos por adiar a publicação das mesmas para não estragar a investigação. Desta forma mantivemos e continuamos a manter o respeito das autoridades policiais.

✓ **Quais foram as diferenças que se fizeram sentir nesta relação com as fontes de informação (PJ)?**

Como disse atrás eu, pessoalmente, não notei diferenças na minha relação com a polícia. O relacionamento com fontes antigas, que me conhecem, não foi alterado por causa deste caso. São pessoas que conhecem o meu trabalho e a minha forma de estar nestes casos. Notei diferenças apenas no contacto com novas personagens... diferenças normais e habituais que se registam nos primeiros contactos.

Sempre respeitei o trabalho dos investigadores e eles sempre respeitaram o meu trabalho. Houve, como há sempre no meu caso, troca de informações – para ambos os lados – mas sem prejudicar o trabalho de cada um. Mantive a minha forma de trabalhar e acabou por dar resultado.

✓ **Pensa que este tipo de mediação (o facto de no *Caso McCann* a PJ dar mais conferências de Imprensa) foi um parêntesis ou haverá mais casos em que agirá assim?**

As conferências de Imprensa da PJ surgiram devido à pressão dos jornalistas. Havia muita contra-informação e a urgente necessidade de esclarecer algumas situações. A verdade é que os ingleses estão habituados a que a polícia diga tudo e faça conferências de Imprensa. E neste caso eles terão estranhado a atitude mais fechada da PJ.

Admito a possibilidade de ter havido pressões – ao mais alto nível (entenda-se ao nível de Governo) – para que a PJ alterasse a sua forma de estar. O assunto era importante, cativava as atenções mundiais e o Governo estava preocupado com a imagem do seu país.

---

As conferências foram uma novidade em Portugal. Acredito que a PJ terá muito mais a ganhar com este tipo de acções. Há contudo a necessidade de preparar pessoas que façam estas conferências de Imprensa e que saibam lidar com jornalistas, e não colocar investigadores que só por saberem falar minimamente bem inglês passam de investigadores a porta-vozes.

Aliás, continuo sem perceber porque temos nós de falar em inglês no nosso país. Quando estive em Inglaterra, a acompanhar este caso, ninguém falou comigo em português....

- ✓ **Estas mudanças (se as houve) trazem consequências positivas para os jornalistas? E negativas?**

Acredito que as conferências de Imprensa são positivas. Temos assistido a várias ao longo dos últimos tempos e são importantes. A PJ dá a cara por uma investigação e sujeita-se às perguntas... acho muito importante este tipo de encontros com os jornalistas.

- ✓ **As mudanças na relação entre Jornalistas e Autoridades Policiais trazem benefícios para o Jornalismo?**

Claro que sim. Existe uma maior abertura da polícia para com os jornalistas. Há coisas que de facto não se podem dizer para não prejudicar a investigação. Mas a polícia percebeu que pode “usar” os jornalistas e passar determinada mensagem que permita ajudar na investigação. O interesse é de ambos os lados. Por um lado dos jornalistas que querem notícias e de outro a polícia que precisa de passar uma determinada mensagem para que a investigação prossiga. Se a relação for de sinceridade, não vejo problema nenhum.

- ✓ **Normalmente, a relação entre Jornalistas e Autoridades Policiais joga muito com as fontes anónimas (apesar do jornalista saber quem é a fonte). Isso irá continuar a acontecer?**

As fontes vão sempre continuar a existir, apesar da Polícia hoje em dia manter uma relação mais aberta com os jornalistas. As fontes são importantes, muitas vezes para se perceber o meandro das coisas. Há muita informação das fontes, e no meu caso em concreto, que é não publicável, mas permite-me perceber determinados ângulos e reacções. As fontes – em alguns

---

casos – funcionam, não para esconderem a cara, mas como relações de amizade e de confiança de gente que dispensa protagonismos mas não se importa de esclarecer determinados assuntos.

✓ **No Caso McCann, pensa que algum Jornalista ultrapassou os limites, “abusando” de qualquer forma a ética jornalística?**

Houve demasiados abusos. O facto deste ser um assunto que vendia jornais e subia audiências significou para muitos a fórmula: “notícias a todo o custo, mesmo que não sejam verdade ou que prejudiquem as investigações”.

Se hoje formos ver o que se escreveu e disse, percebia-se a quantidade de mentiras e asneiras que fizeram eco durante semanas e meses. Para muitos ter uma manchete ou ser líder de audiências significava o “vale tudo”.

Houve muita informação inventada em mesa de café que serviu de Machete e de temas de directos. Houve trocas de impressões, especulações feitas no meio da rua que serviram depois para grandes notícias.

Houve quem se aproveitasse de troca de impressões sobre assuntos, para assumir a informação como própria e anunciá-la ao mundo. Houve quem inventasse notícias, diálogos, nomes... para que a ideia que queriam transmitir se transformasse em verdade.

Houve chantagens.... Compras de informações.... Valeu tudo durante demasiado tempo.

✓ **Relativamente aos últimos acontecimentos (pedidos de desculpa dos jornais ingleses ao Casal McCann), pensa que irá acontecer o mesmo em algum meio de comunicação português?**

Difícilmente essa situação acontecerá em Portugal. O sistema judicial inglês é bastante diferente do português e apenas em Inglaterra é habitual ver situações destas. Em Portugal

existe a liberdade de Imprensa e os órgãos de comunicação social não se movem na base das chantagens ou dos poderes de alguns. Aqui as coisas têm de se provar.

A haver um pedido de desculpas será apenas por imposição de uma condenação em tribunal. E mesmo assim acredito que em Portugal seria difícil.

- ✓ **Por último, gostaria que fizesse um breve comentário sobre algum caso anterior ou posterior ao *Caso McCann*, em que se note algumas diferenças no comportamento por parte das Autoridades Policiais. (Ex: *Caso Joana* ou *Caso da Noite do Porto*).**

Não posso pronunciar-me em concreto sobre estes dois casos, porque não os acompanhei. A percepção que tenho que é comparando o *Caso Joana* com o *Caso Maddie* as autoridades policiais pouco aprenderam. Sem estar muito por dentro da investigação, acho que foram cometidos os mesmos erros (demora a iniciar investigação; ter todas as linhas de investigação em aberto; permitir que saíssem informações que prejudicavam a investigação... etc)

No *Caso Maddie* houve mais cuidado com os intervenientes – estamos a falar de ingleses e de médicos; Houve intervenções políticas como nunca tinha havido em nenhum caso: pela primeira vez um presidente da república e um primeiro-ministro falaram de um caso policial; pela primeira vez e durante uma cimeira importantíssima para a Europa, realizada em Portugal, dois primeiros-ministros falaram do caso em conferências de Imprensa;

Nunca houve tanta pressão mediática e política num caso de polícia como o de Maddie. Situação que poderá ser explicada com as ligações que os McCann têm.

No caso da Noite do Porto notou-se alguma abertura por parte da polícia... mas de facto eu não conheço este caso.

***Gostaria de concluir deixando alguns desabafos:***

Estive na Praia da Luz durante o mês de Maio e parte de Junho, o mês de Agosto e parte de Setembro. Estive em Rothley, em Inglaterra, onde vivem os McCann, ainda estive em Sottogrande – sul de Espanha, quando prenderam um casal acusado de extorsão aos McCann. Acompanho este caso desde o dia 4 de Maio, apenas porque o meu editor acredita no meu trabalho e apostou em mim.

Posso dizer que durante todo este tempo, houve ocasiões, demasiadas, em que senti vergonha de ser jornalista. Envergonhei-me de atitudes tomadas por colegas, envergonhei-me de uma polícia e de um país que sofre pressões de outros para resolver determinado caso ou desenvolver a investigar sob determinado prisma.

Contudo, posso ainda dizer que, em quase 20 anos de profissão, também foi das reportagens que mais gozo e daqueles que mais trabalho me deu. E porque acima de tudo amo a minha profissão e porque seria incapaz de fazer outra coisa na vida, senão a de escrever histórias, revelo que fiquei chocada com situações quer de jornalistas (seria melhor chamar alguns de pseudo-jornalistas, porque na verdade muitos que foram fazer directos para programas de entretenimento não são jornalistas e envergonham a classe), quer de polícias quer de políticos.

Estes desabafos são apenas resultado de um olhar crítico que mantive e mantenho desde que iniciei a profissão. Não quer dizer que não tivesse cometido erros, afinal ninguém é perfeito. Mas orgulho-me de nada ter inventado, de ter feito um jornalismo sério. Prova disso é o facto do JN ser considerado de “referência” na abordagem deste e de outros casos.

Tudo o que o JN tem publicado ao longo deste ano, sobre o *Caso Maddie* é fruto de um trabalho em equipa: Nuno Miguel Maia, Marisa Rodrigues e eu própria. Toda a informação é “checada” pensada, analisada e trocada entre nós antes de ser publicada. Daí que nos sentimos muito orgulhosos com tudo o que fizemos e conseguimos.

---

**Entrevista a Tânia Laranjo (Correio da Manhã)****Realizada nas instalações do Correio da Manhã do Porto em 4/04/2008****✓ Como é que foi trabalhar a par dos jornalistas Ingleses?**

O método dos jornalistas ingleses é completamente diferente do nosso. Há uma série de métodos de trabalhos e regras diferentes. Teve o seu lado interessante, onde se apercebe outra dinâmica de jornais diferentes, nomeadamente no que diz respeito à pressão: uma a pressão e a concorrência gera tudo, passa a valer quase tudo. Eu pessoalmente tive sempre uma distância em relação ao trabalho deles, nunca me envolvi com os jornalistas ingleses e os seus métodos.

**✓ A vinda dos jornalistas ingleses veio modificar de alguma forma as práticas e rotinas jornalísticas?**

Não. Eu não senti. Acho que aumentou a cobertura mediática. O máximo que nos pode obrigar é a investir com mais meios, mais jornalistas....

**✓ Houve algum tipo de pressão por parte dos jornalistas ingleses?**

Se temos um assunto que temos um caso com cobertura mediática a nível mundial...a pressão é que os meios de comunicação tiveram de investir nos meios. Apenas isso, mais investimentos!

**✓ Acha que, após o *Caso McCann*, a relação entre Jornalistas e as Autoridades Policiais se alterou?**

Não, não acho. Houve alguma pressão em determinados momentos. E não acho que se alterou nem para melhor nem para pior. O *Caso Maddie*, teve momentos de tensão mas foram algumas situações, que tanto decorreu no *Caso McCann* como noutra caso....

- 
- ✓ **Pensa que este tipo de mediação (o facto de no *Caso McCann* a PJ dar mais conferências de Imprensa) foi um parêntesis ou haverá mais casos em que agirá assim?**

Não são normais, mas também não foi uma Conferência de Imprensa improvisada, aquilo foi decidido. Não sejamos ingénuos. Com uma pressão mediática como esta é inevitável que isso acontece, não há é muitos “casos McCann” e acho que é assim é que tem de ser porque têm de nos dar uma explicação pública, é assim em todos os países da Europa.

- ✓ **Estas mudanças (se as houve) trazem consequências positivas para os jornalistas? E negativas?**

Não acho que houve alteração. Houve uma alteração genérica entre a relação entre a justiça e o jornalismo no *Caso Casa Pia*, uma alteração substancial no olhar dos jornalistas para a área da justiça. O *Caso McCann* foi mais um caso de pressão mediática. No *Caso Casa Pia* é que houve uma alteração substancial da forma como os órgãos sociais olham a justiça.

- ✓ **Normalmente, a relação entre Jornalistas e Autoridades Policiais joga muito com as fontes anónimas (apesar do jornalista saber quem é a fonte). Isso irá continuar a acontecer?**

Ninguém deixa de utilizar fontes anónimas. As fontes não são anónimas, as fontes têm rosto. Ou se acredita nas fontes ou não se acredita e há regras. O jornal assume a utilização dessa fonte, se for verdadeira, senão vai para tribunal e prova isso. O que eu digo é que o Correio da Manhã assume a responsabilidade da informação quando é anónima.

Há uma relação de confiança. Vai ser sempre numa base de relação de confiança que pode passar uma informação e é assim que vai continuar a ser.

Sem fontes de informação não há jornalismo.

- ✓ **No *Caso McCann*, pensa que algum Jornalista ultrapassou os limites, “abusando” de qualquer forma a ética jornalística? Nomeadamente o Segredo de justiça?**

Eu acho que os jornalistas não estão habituados ao Segredo de justiça. Portanto, essa questão não se coloca. Ao Segredo de justiça estão vinculados os sujeitos processuais, e nós não o somos. Nós temos uma responsabilidade para com o leitor, no caso da Imprensa, e com o público em geral com regras próprias.

- ✓ **Relativamente aos últimos acontecimentos (pedidos de desculpa dos jornais ingleses ao Casal McCann), pensa que irá acontecer o mesmo em algum meio de comunicação português?**

Não sei. Só o tempo o dirá. Houve excessos...mas não sei o que os McCann vão fazer, podem queixar-se mas isso só o tempo o dirá e os jornalistas que cometeram esses excessos é que têm de estar preocupados.

- ✓ **Por último, gostaria que fizesse um breve comentário sobre algum caso anterior ou posterior ao *Caso McCann*, em que se note algumas diferenças no comportamento por parte das Autoridades Policiais. (Ex: *Caso Joana* ou *Caso da Noite do Porto*).**

A PJ nunca convidou nenhum grupo de jornalistas. Agora no *Caso da Noite do Porto*, tivemos uma fonte e fomos para lá. Agora, não há operações nem convites.

---

**Entrevista a Luís Fontes (24 Horas)****Enviada por e-mail a 27/06/2008 às 14h19****✓ Como é que foi trabalhar a par dos jornalistas Ingleses?**

Completamente normal. Reconheço que por estarem fora do seu “ambiente natural” - por não dominarem a linguagem e não conseguirem informação relevante – tinham grandes dificuldades de trabalho. Ou seja, trabalhavam a reboque dos portugueses. Em Portugal, eram jornalistas portugueses que lhes passavam alguma informação. (informação essa que, muitas vezes, nos jornais britânicos era relatada em discurso directo e “entre aspas”. “Segundo fonte policial”, diziam e escreviam.... Uma vergonha.

**✓ A vinda dos jornalistas ingleses veio modificar de alguma forma as práticas e rotinas jornalísticas?**

Não.

**✓ Houve algum tipo de pressão por parte dos jornalistas ingleses?**

Não senti.

**✓ Acha que, após o *Caso McCann*, a relação entre Jornalistas e as Autoridades Policiais se alterou?**

Não.

**✓ Quais foram as diferenças que se fizeram sentir nesta relação com as fontes de informação (PJ)?**

Penso que a Polícia Judiciária, enquanto instituição, não aprendeu nada com o *Caso Maddie*. O mesmo não aconteceu a alguns profissionais da PJ que, por força das circunstâncias, começou a ganhar confiança nos jornalistas.

- 
- 
- ✓ **Pensa que este tipo de mediação (o facto de no *Caso McCann* a PJ dar mais conferências de Imprensa) foi um parêntesis ou haverá mais casos em que agirá assim?**

A PJ tende a mudar não por causa do problema Maddie mas sim pela nova direcção que tomou recentemente posse. Parecem estar mais empenhados em comunicar o que podem dentro dos limites impostos pelo Segredo a que estão vinculados.

- ✓ **Estas mudanças (se as houve) trazem consequências positivas para os jornalistas? E negativas?**

Respondi isso na pergunta anterior

- ✓ **As mudanças na relação entre Jornalistas e Autoridades Policiais trazem benefícios para o Jornalismo?**

Claro que sim. A GNR tem um modelo de comunicação com os jornalistas que considero ser excelente. O Núcleo de Relações Públicas perante um problema designa um graduado para falar do problema que se passou na sua área de intervenção. Na PSP o secretismo é algo que impera. Como tal cabe ao jornalista seguir por outros caminhos... Na PJ, na actual conjuntura, com um profissional de carreira do topo da hierarquia, a comunicação está a ser mais fluida. Algo que não acontecia quando no tal topo estava um magistrado do Ministério Público.

- ✓ **Normalmente, a relação entre Jornalistas e Autoridades Policiais joga muito com as fontes anónimas (apesar do jornalista saber quem é a fonte). Isso irá continuar a acontecer?**

Uma coisa é a comunicação institucional. Outra, feita com as fontes anónimas para o leitor, tem outro tipo de qualidade. Com as tais várias fontes que não podemos identificar podemos melhor fazer triangulação de informação e dar o melhor aos nossos leitores.

- ✓ **No *Caso McCann*, pensa que algum Jornalista ultrapassou os limites, “abusando” de qualquer forma a ética jornalística?**

Muitos o fizeram. Mais ingleses que portugueses.

- ✓ **Relativamente aos últimos acontecimentos (pedidos de desculpa dos jornais ingleses ao Casal McCann), pensa que irá acontecer o mesmo em algum meio de comunicação português?**

Não. Quando o processo sair de Segredo de justiça ver-se-á o quão os jornais portugueses falharam

**Por último, gostaria que fizesse um breve comentário sobre algum caso anterior ou posterior ao *Caso McCann*, em que se note algumas diferenças no comportamento por parte das Autoridades Policiais. (Ex: *Caso Joana* ou *Caso da Noite do Porto*).**

O *Caso Maddie* não tem precedentes. Nos outros casos não houve uma SKY News a meter uma criança e Portugal no topo da agenda noticiosa internacional.

---

**Entrevista a Maria Barbosa (Expresso)****Realizada em Lisboa em 28/03/2008****✓ Como é que foi trabalhar a par dos jornalistas Ingleses?**

Eu acho que no início a relação com os jornalistas ingleses, começou muito cordial, ou seja, quando os jornalistas portugueses começaram a perceber que este caso ia render, digamos assim, nas notícias e que as pessoas estavam muito interessadas foi três ou quatro dias já depois do desaparecimento da Maddie. Os ingleses perceberam logo, porque obviamente ela é inglesa, que ia ser um caso muito importante, e daí que a Sky, em 24 horas já estavam lá. E a partir do momento em que a Sky passou a fazer directos constantes da Praia da Luz, obviamente os jornalistas portugueses tiveram de ir a “reboque” e perceberam que era uma história muito importante. O que eu senti no início é que era muito cordial, e que os jornalistas ingleses organizavam, tudo desde o início, ou seja, por exemplo: nós cá, em Portugal, temos muito o hábito de dizer, às vezes até se vê nas Assembleias e tudo, os jornalistas estão sempre em cima das pessoas... passa o Primeiro-Ministro e os jornalistas estão com os microfones e os gravadores todos em cima do Primeiro-Ministro e em Inglaterra isso não é assim. Os próprios jornalistas ingleses, arranjaram uma espécie de cordão de segurança, em que quando a família saía às tantas horas, para levar os gémeos e fazia aquele ritual todo noticioso, os jornalistas organizaram e diziam: “Nós ficámos no passeio afastados do casal, deixamos o casal, recolhemos as nossas imagens, não fazemos perguntas, não há cá gritos.... Porque isso é o normal cá em Portugal, critique-se ou não, seria estar sempre em cima da Kate e do Gerry a perguntar “como é que se estão a sentir? e hoje estão mais tristes ou menos tristes? já sabem novidades?, etc, etc...” Ali não. Durante quase uma semana, logo após o desaparecimento da Maddie, aquele casal fez a vida dele normalíssima, claro que não é normal porque se tem 200 jornalistas à nossa frente, mas eles tinham o passeio totalmente livre, ninguém entrava no Ocean’s Club para tentar tirar imagens à paparazzi, aliás nunca saíram imagens de paparazzi. Uma altura o Ocean’s Club onde eles estão instalados, tem um muro muito baixo, os jornalistas ingleses vieram falar com os jornalistas portugueses e disseram “ali vê-se a piscina, e vê-se perfeitamente a Kate e o Gerry a apanhar banhos de sol, mas nós não vamos nunca tirar ali imagens. E os jornalistas portugueses concordaram. Ou seja, houve sempre uma tentativa de “estes pais estão em sofrimentos”, o que, obviamente, ninguém na altura pôs em causa isso, os pais estão em sofrimento, querem saber notícias da

filha e nós vamos-lhes dar espaço, porque eles têm 2 filhos pequeninos. Portanto, o relacionamento era mesmo nessa base do sentimento... “coitados, eles são umas vítimas, porque tiveram um descuido, e isso também sempre foi muito importante no discurso dos ingleses sempre que falávamos com eles, na ideia de sempre desculpar aquele “pequeno” pormenor de terem deixado os filhos sozinhos, portanto, a relação era isso. Eu diria mesmo cordial. De troca de informação, porque era uma informação que não era quente no aspecto de, como depois se tornou, ou seja, as pessoas o que sabiam partilhavam porque nessa altura a informação que corria era “As Buscas”... só se falava nas buscas. Portanto, sempre que eles tinham algum pormenor que a GNR ia para a rua, levava os cães ou não levava, era tudo partilhado. Posso-lhe dizer nas primeiras duas semanas em que o caso vendeu/rendeu imenso, e em que toda a gente vivia preocupadíssima “será que já encontraram a Maddie?”...a relação era mesmo muito, muito cordial com os jornalistas ingleses, que também respeitavam imenso o nosso trabalho. Eles compravam os jornais todos que saíam portugueses e tinham já tradutores com eles, que liam tudo ... e portanto eles até mesmo com informação do tipo do 24Horas, que um dia dizia uma coisa e no outro dia dizia outra, eles levavam aquilo mesmo muito a sério.

✓ **A vinda dos jornalistas ingleses veio modificar de alguma forma as práticas e rotinas jornalísticas?**

Acho que já respondi um pouco, mas exacto...era isso que eu também estava a dizer. Acho que sim...Acho que mudou mesmo muito. Acho que a maneira de trabalhar dos portugueses, dos jornalistas portugueses.... É assim, eu também não me lembro de um caso que contivesse uma dimensão destas, que tivesse rendido tanto tempo... Eu como jornalista não me lembro, lembro-me de falar com outros colegas, até mais velhos, portanto este caso foi mesmo único para o jornalismo português. Há muito tempo que já não havia um caso que vendesse tanto, que todos os dias vêem-se directos nas televisões, todos os dias era capa de jornais, e isto durante quase um mês e meio foi assim. E realmente eles mudaram-nos, exactamente, porque moldaram-nos...isso não há duvida. Porque, como éramos tantos, e era assustador mesmo, todos os dias chegavam.... Começou ingleses, e para o fim desde franceses, alemães, canadianos, quer dizes, nunca pensei que em plena Praia da Luz, os canadianos fizessem directos para falar do que se passava com a Maddie... e então teve que haver uma organização, porque senão era um “salve-se quem puder”, (que é como se trabalha aqui em

Portugal) ... as pessoas vão à procura de informação e logo se vê... e eles moldaram-nos muito, e eu acho que se calhar ajudaram-nos, mas não no bom sentido... encaminharam-nos muito no sentido de: “a história é: estes pais perderam uma filha que foi raptada” e isso foi a grande historia que rolou sempre durante muito tempo, ate os jornais começarem a mudar...os jornais portugueses. Mas isso eu acho que eles, o facto de termos uma Sky, que de meia em meia hora fazia directos da praia da Luz... houve uma altura em que era assim: ficavam os jornalistas todos, da Imprensa principalmente, mas também de cadeias de televisão, a ver em directo o que a Sky ia dizer, porque eles eram os que tinham melhor informação, melhor até talvez do que a BBC...não quero dizer a mais correcta, mas tinham sempre muita informação. E eles bombardeavam sempre a mesma historia, quer dizer, isto acaba por ter que .... Mexe comigo, mexeu com os meus colegas... por muito que uma pessoa quisesse desviar a atenção... “Não é estranho? Então as horas não coincidem... mas então quem é a testemunha” ... Porque a Sky era, o raptor, o raptor, as buscas... porque é que a PJ não faz conferências de Imprensa?, O que é que a PJ sabe? Porque é que há este segredo de justiça? Quer dizer...isso também fez imensa confusão e nós embarcamos todos um bocadinho todos nessa... eu lembro-me depois de se começar a discutir na televisão “porque é que temos segredo de justiça?” Ou seja, ...Portugal foi um bocadinho atrás da onda dos ingleses, nessa altura, dizendo: ”se calhar o nosso sistema de justiça está errado..., se calhar a PJ não é boa..., se calhar estamos a perder tempo e não se fechou as fronteiras... ou seja, eles, eu acho que nos levaram muito para pensarmos exactamente como eles queriam...e fomos todos um bocadinho a reboque dos ingleses...acho que sim.

✓ **Acha que, após o *Caso McCann*, a relação entre Jornalistas e as Autoridades Policiais se alterou?**

Exactamente... Começou-se a discutir o segredo de justiça (é algo que se fala há muito tempo) ...e acho que se pensou que ia alterar. Mas agora, vendo bem, não mudou. Ou seja, o Segredo de justiça vai continuar a existir em Portugal. É assim que se trabalha com justiça. Vão sempre existir fontes, sempre se trabalhou assim e os ingleses ficavam doidos porque jornais como o Correio da Manhã ou o 24Horas e mesmo o Expresso também fez um bom trabalho, e diziam sempre: “as fontes anónimas garantem que... fontes ligadas ao processo dizem que...” E os ingleses ficavam doentes com isso porque eles têm uma maneira de trabalhar diferente... “se há Segredo de justiça então quem são essas fontes? ...então não há

---

segredo de justiça, porque se o público sabe vocês têm uma fachada de segredo de justiça. E é um crime”

Mas sempre se trabalhou assim, e houve um altura em que se calhar pensei, que a PJ se iria sentir na obrigação de mudar... e se calhar começar a fazer mais conferências de Imprensa e dar outro tipo de informação...mas eu acho que, hoje em dia, eles perceberam que, o caso ia perder o folgo e eles preferem deixar passar o tempo do que eles mudarem. Há alguns pormenores que eu acho que eles estão diferentes, por exemplo: quando lançam alguns comunicados, mas aquela ideia que os ingleses têm de quando desaparece uma criança em Inglaterra e se calhar de meia em meia hora, ou de hora em hora, a Polícia faz uma conferência de imprensa à parte, a dizer como está o ponto de situação ... em Portugal acho que isso nunca vai acontecer. Tão depressa...pelo menos os jornalistas que trabalham muito a justiça, e vê-se agora até numa realidade social portuguesa, como são os casos dos homicídios de Sacavém, portanto não mudou nada, ou seja, olhando o que é que a “Maddie” trouxe de novidade... “Ah, eles agora já contam pormenores....” Mas não contam nada. É assim a maneira de eles trabalharem e os jornalistas que fazem muito essa área têm que ter fontes.

✓ **Então os jornalistas continuam a trabalhar com fontes anónimas...**

Continuam....completamente. E o que se notou, e isso agora pode descobrir com mais meus colegas que fazem muito PJ, é que quando mudou a equipa do Gonçalo Amaral para o Paulo Rebelo, que a escolha não foi aleatória, indo para pior. Ou seja, eles ao escolher o Paulo Rebelo foi “nós temos de tapar fugas.” (...) Até nisso, eu acho que a PJ está pior, porque para arranjar fugas está cada vez mais difícil, e a PJ fez precisamente o contrário do que se pensava. (...) Ainda se trabalha assim em Portugal, utilizar a fonte anónima e a dosear a informação... é tudo negociado.

✓ **Pensa que este tipo de mediação (o facto de no *Caso McCann* a PJ dar mais conferências de Imprensa) foi um parêntesis ou haverá mais casos em que agirá assim?**

Eu acho que foi mais para os ingleses ver...completamente. E viu-se que não resultou. (...) Eles tentaram fazer várias conferências de Imprensa no início, mas depois acabaram, porque foi um desatino

Sim...eu diria que sim, que foi um parêntesis...sem dúvida....um “*fait-diver*” ... só para ser diferente, para mostrar...

✓ **Foi só mesmo por causa da pressão dos jornalistas...**

A pressão...completamente. A pressão dos jornalistas e das autoridades políticas.... Ou seja, ter um directo

✓ **Estas mudanças (se as houve) trazem consequências positivas para os jornalistas?  
E negativas?**

Acho que sim. Provavelmente naquela altura, como trabalhava muita gente nesse caso, acho que foi mais fácil arranjar as tais fontes anónimas. Porque era muita gente envolvida. Repare... Não só a PJ, mas também a GNR no Algarve faziam muitas buscas... é muito mais fácil com um agente da GNR, que é da localidade, que leva o cão...ou seja, isso era mais simples, porque qualquer pessoa falava do caso como rapto. Eu acho que até ao momento em que o caso foi posto como rapto foi fácil falar. A partir do momento que as coisas começaram a mudar, foi mais complicado.... Porque tal como acontece ao fim de um ano, a consistência da prova é difícil... E isso aqui é que é preocupante... não há nada palpável, não há testemunhas credíveis que digam: “Eu vi...era alto, tinha 1m e tal, vestia isto...” Enquanto se procurava o raptor, ou mesmo com a historia do Murat, acho que as consequências positivas foram a informação a vir por todo o lado... errada, meia errada... Era isso...parecia que nós se tivéssemos uma informação, ou se recebíamos umas dicas...tínhamos de fazer sempre um grande desconto, porque tanto numa hora diziam uma coisa, como noutra hora já não era nada assim, o jornalista do lado tinha completamente o contrário do que nós tínhamos, portanto, isso ao mesmo tempo era o positivo e o negativo. Isso bastava ver, se se comprasse os cinco ou seis jornais que saem diários, mais depois o semanário, cada um dizia coisas diferentes. A capa do Correio da Manhã podia ser sempre ao contrário do que saía no 24Horas. Por exemplo: “Polícia não tem pistas...e o Correio da Manhã dizia: Polícia já está à caça de um

suspeito”. E isso saía diariamente, e imagino-me na pele de leitor perguntava-me “em qual é que eu confio?”. E isso descredibilizou... Ao mesmo tempo foi o positivo, porque se trabalhava com muita coisa, mas não se podia escrever assim de forma leviana porque foi o que aconteceu, que era os jornais completamente atiravam ao lado e depois o Correio da Manhã já desmentia o que tinha dito no dia anterior, e o 24Horas confirmava o que o Correio da Manhã anteriormente tinha dito. E eu acho que foram momentos, que mesmo na televisão, para quem assistia completamente confusos...para o público foi muito confuso, e o jornalista só queria era fechar o artigo, e amanhã logo se via. Eu acho que essa foi também uma consequência negativa, porque acho que não se pode trabalhar só para o dia...e trabalhava-se sempre para o dia... e amanhã logo se vê. E sinceramente, acho que no caso do Expresso, tínhamos um pouco mais de cuidado quando publicávamos, pois sendo um semanário não era para o dia... Tinha de vingar por mais tempo...não podia ser só para uma manhã. E acho que isso foi uma grande consequência negativa...descredibilizou um pouco o Jornalismo... Cá e também em Inglaterra.

✓ **No Caso McCann, pensa que algum Jornalista ultrapassou os limites, “abusando” de qualquer forma a ética jornalística?**

Sim, sim... Acho que nomes, é chato dizer...mas definitivamente... E por exemplo... Há uns tempos falava com um jornalista inglês que dizia que a Imprensa inglesa foi sempre à fonte, que era a Imprensa portuguesa, e que os jornalistas também de televisão... Ou seja, no fundo, como se a fonte de más notícias fosse sempre a Imprensa... e aí eu acho que eles se referiam a tablóides. E aí obviamente quando falamos em tablóides falamos do 24Horas e do Correio da Manhã, por causa desse defeito que têm, que é de ter que vender para o dia. Mas eu acho que houve imensas calinadas na televisão. Acho que na televisão ultrapassaram-se imensas barreiras... Os comentadores então, que não é jornalismo... iam para a televisão falar como se fossem jornalistas e como se estivessem dentro da investigação. Eu acho que quem ultrapassou mais limites foram essas pessoas que se transformaram em “*opinion makers*”, sem se perceber como. E acho que aí é fácil de ver quem é que na altura se... era o comentador da RTP, o da SIC... pessoas ligadas a ex-PJ, e isso eu achei vergonhoso porque eram pessoas que não estavam informadas de facto. Uns até vieram agora dar o braço a torcer e a pedir desculpa, de que afinal ... Mas tudo por aqueles 15min de fama. No fundo toda a gente quis cavalgar a onda da Maddie e não tinham informação, porque eu acho que falar em

---

directo, ou na televisão, ou escrever um editorial a falar sobre a Maddie, nós temos de saber o que é que estamos a dizer. Já não é só a notícia, porque a notícia nós podemos dizer: “ah, a minha fonte disse que era verdade”. Mas quando damos a cara e vamos para a televisão dizer: “estes pais praticam *swing*”...ou “eu tenho a certeza que...” coisas assim... Eu acho que é uma barbaridade e essas pessoas para mim ultrapassaram todos os limites. Podem não ter o Código Deontológico dos jornalistas, mas qualquer pessoa que fale na televisão (os comentadores) não pode especular e faziam-no...

✓ **No futuro, acha que esta relação entre Jornalistas e Policia não se alterará?**

Acho que não. Acho que vai ser sempre uma área muito delicada, que tem de se trabalhar com muitos conhecimentos e com muita troca de informação de “podes escrever isto...e agora não escreves isto, mas depois eu dou-te.” Eu acho que sim...

✓ **Vai continuar a fonte anónima....**

Sim...a fonte anónima principalmente. Porque não há ninguém, a não ser claro quando o caso está encerrado, mas às vezes em Portugal o problema é que os casos arrastam-se muito... Um caso que se pode fazer uma comparação mínima, é este caso da Mariluz, em Huelva. Ou seja, a Polícia espanhola também não tem por hábito fazer como a inglesa, mas eu acho que eles têm uma postura mais honesta, ou seja, por exemplo: agora que eles têm um suspeito, eles vão dando a informação necessária na altura certa e não deixam arrastar...ou seja, o que a PJ fez ao cortar o relacionamento com os jornalistas e cada vez que se tentava falar da Maddie. Isto quando mudou, quando começou a altura de os pais serem vistos como suspeitos, e que era muito difícil arranjar pessoas para falar sobre o caso, pois as investigações estavam em curso, eles deixaram-se “afogar”, digamos assim, nas notícias todas. Ou seja, houve alturas que a PJ era difamada nos jornais ingleses. Chegou-se a falar que Gordon Brown falou com o Sócrates para ver o que é que se passava com a polícia... A polícia coitada, nunca respondeu à letra...eu já nem digo à letra, mas nunca houve uma manifesta vontade de dizer: “Não, nós vamos fazer isto, isto e isto...” nem nos jornais mais sérios...

Ou há aqui falta de preparação, mas a verdade é que eu acho que saíram danificados e não se aperceberam...e manchou. Porque lá fora manchou muito a imagem da PJ e agora no caso

Mariluz, a Sky, alguns jornais ingleses fazem a comparação entre como trabalha Espanha e como trabalha Portugal. Porque no fundo é um caso que foi resolvido em vinte e poucos dias...trinta. A partir do momento em que se encontrou o corpo, foi quase uma semana para se arranjar um suspeito....se calhar é um caso de fácil resolução e o da Maddie não era. Porque a própria comunidade cigana, às vezes ...porque pensavam que eram coisas familiares ... mas o problema é que eles lidaram muito bem com o caso. Um caso que esteve sempre nas notícias em Espanha, as pessoas preocuparam-se...e a polícia nunca saiu enxovalhada como a nossa saiu. E foi o que me custou mais, apesar de reconhecer que houve erros na investigação (isso é obvio), mas a verdade é que eles saíram danificados... Lá fora, então, a maneira como eles ainda escrevem da nossa polícia, ou quando falam da Maddie, ou quando nós falamos com os jornalistas ingleses, ou com o próprio assessor de Imprensa dos McCann, é um descrédito, é um másculo em relação à nossa polícia. E isso, eu acho que nunca deveria ter acontecido. Eles perderam, ao manter essa postura, eles perderam a autoridade...eu já nem digo cá, porque nós os portugueses e os jornalistas que trabalham com a PJ e mesmo os portugueses em geral, têm uma boa imagem da PJ...até vêem-na como uma polícia esforçada, uma polícia que com poucos meios lá consegue... Nós até temos essa boa imagem da Polícia Judiciária, mas lá fora arrasaram-na. E acho que o País também perde um pouco de autoridade se se perder autoridade da Polícia Portuguesa.

Eu acho que foi pena se calhar eles pensarem que isto iria ser menos importante...também nunca pensaram que ao fim de um ano ainda se estaria a falar e obviamente no dia 3 de Maio deste ano, vai-se voltar a falar imenso da Maddie, e se os pais são ou não arguidos...E eles vão ter sempre essa mancha no curriculum, e por muito que venham a repor a verdade, (se é que alguma vez é possível), vai sempre haver a dúvida... sempre que se escrever sobre esta história, vai sempre ficar a ideia de que não foram céleres o suficiente, podiam ter feito mais, que parecia uma bola...tanto estava de um lado, como estava do outro... e se calhar não foi nada assim. A ideia até é de que não foi nada assim, mas a imagem que passou foi feia. Vendo agora com o caso Mariluz acho que não tem nada a ver...e é pena. Não sei se eles têm consciência disso, ou se se importam, mas a imagem de um País também passa pela sua polícia, e os ingleses não irão esquecer tão cedo o *Caso Maddie* pela maneira como foi investigado. Isso não há duvida...

- ✓ **Por último, gostaria que fizesse um breve comentário sobre algum caso anterior ou posterior ao *Caso McCann*, em que se note algumas diferenças no comportamento por parte das Autoridades Policiais. (Ex: *Caso Joana* ou *Caso da Noite do Porto*).**

Em relação ao caso da Noite do Porto, eu não sei mesmo...Estou completamente afastada...

---

**Entrevista a Frederico Duarte Carvalho (Focus)****Enviada em 31/07/2008 às 12h50****✓ Como é que foi trabalhar a par dos jornalistas Ingleses?**

Foi interessante, embora no meu caso não tenha aprendido muito com eles. Tentei, contudo, ensinar-lhes algo sobre Portugal e algumas características sobre a relação entre ambos países, mas não creio que tenha resultado. Por isso eles também nada aprenderam.

**✓ A vinda dos jornalistas ingleses veio modificar de alguma forma as práticas e rotinas jornalísticas?**

As conferências de Imprensa eram para inglês ver.

**✓ Houve algum tipo de pressão por parte dos jornalistas ingleses?**

Absolutamente, aliás a declaração inicial por parte do director da PJ de Faro, Guilhermino Encarnação, à porta da PJ de Portimão, de que se estava a investigar um rapto e a necessidade de trazer de Lisboa um inspector que sabia falar inglês para servir de porta-voz para a Imprensa - e andou literalmente aos papéis - foram exemplos evidentes dessa pressão

**✓ Acha que, após o *Caso McCann*, a relação entre Jornalistas e as Autoridades Policiais se alterou?**

Ainda é cedo para perceber, mas não me parece que tenha mudado muito.

**✓ Quais foram as diferenças que se fizeram sentir nesta relação com as fontes de informação (PJ)?**

Nenhumas. As informações continuaram a chegar *off the record* e viu-se que muitas delas foram exageradas e outras que até podiam ser mais importantes nem chegaram. Uma delas, por exemplo, diz respeito à mancha no pulso da menina que surgia na primeira foto a ser

---

divulgada e que foi inclusive capa de revistas. Nunca ninguém reparou naquela mancha nem se questionou sobre a origem da mesma. Foi só quando o caso foi encerrado que alguma Imprensa conseguiu chamar a atenção para aquele facto.

- ✓ **Pensa que este tipo de mediação (o facto de no *Caso McCann* a PJ dar mais conferências de Imprensa) foi um parêntesis ou haverá mais casos em que agirá assim?**

Era interessante que houvesse mais informações, pelo menos para evitar equívocos. Quando a PJ perceber que pode contar com a ajuda dos jornalistas sem que isso a faça perder o rumo das investigações, então poderemos ter evoluído como sociedade.

- ✓ **Estas mudanças (se as houve) trazem consequências positivas para os jornalistas? E negativas?**

Iremos ver as consequências. Ainda é cedo, na minha opinião, mas antevendo algo de positivo apenas posso dizer que deixará de haver tanta especulação. No lado negativo, certamente que a concorrência por novas informações poderá levar ainda a mais especulação de quem não conseguir entender as necessidades inerentes a investigações, difamação de arguidos e segredo de justiça ou táticas judiciais de defesa e acusação.

- ✓ **As mudanças na relação entre Jornalistas e Autoridades Policiais trazem benefícios para o Jornalismo?**

Acho que para todos. Jornalistas e autoridades policiais.

- ✓ **Normalmente, a relação entre Jornalistas e Autoridades Policiais joga muito com as fontes anónimas (apesar do jornalista saber quem é a fonte). Isso irá continuar a acontecer?**

---

Creio que sim. Mas deveria ser mais escrutinado o número de vezes que um mesmo jornalista assina textos com informações que mais tarde venham a ser desmentidas por factos revelados após o Segredo de justiça.

- ✓ **No *Caso McCann*, pensa que algum Jornalista ultrapassou os limites, “abusando” de qualquer forma a ética jornalística?**

Penso que se procurou fazer as coisas de forma séria. Houve táticas mais agressivas e notícias mais impulsivas do que certas – um exemplo do caso Murat, onde isso foi evidente. Houve jornalistas que disseram que tinha um olho de vidro, quando isso não é verdade, mas no fundo serviu para dar dele uma imagem negativa e diabólica.

- ✓ **Relativamente aos últimos acontecimentos (pedidos de desculpa dos jornais ingleses ao Casal McCann), pensa que irá acontecer o mesmo em algum meio de comunicação português?**

Os jornais ingleses regem-se pelas leis de Inglaterra e lá há maneiras dos casos de difamação andarem depressa em tribunal, pelo que um jornal, ao pedir desculpas e ao aceitar pagar um acordo judicial, evita assim ter de pagar mais em caso de derrota em tribunal. Mas, com certeza que ganharam muito mais dinheiro com o que publicaram do que a “esmola” que deram aos pais. Acho que a indemnização que iriam obter cá, depois de uma luta em tribunal, seria menos do que o que gastariam até lá. Por outro lado, o caso dos McCann tem contornos muito particulares, pelo que o facto de terem deixado de ser arguidos não diz que estejam inocentes. Para os jornais ingleses foi também uma posição política, pois nada diz que os McCann estejam mesmo inocentes da perda da filha. E cá, a política é outra e seria interessante ver isso ser debatido em sala de tribunal...

- ✓ **Por último, gostaria que fizesse um breve comentário sobre algum caso anterior ou posterior ao *Caso McCann*, em que se note algumas diferenças no comportamento por parte das Autoridades Policiais. (Ex: *Caso Joana* ou *Caso da Noite do Porto*).**

Não é necessário. O próprio relatório da PJ reconhece que nunca em nenhum caso se gastou tanto dinheiro ou meios. Vamos a ver que reflexos terá isto em futuros casos...

---

**Entrevista a Maria Augusta Casaca (TSF)****Enviada por e-mail em 26/05/2008 às 16h49**

- ✓ **Como é que foi trabalhar a par dos jornalistas Ingleses? A vinda dos jornalistas ingleses veio modificar de alguma forma as práticas e rotinas jornalísticas?**

Penso que a cobertura noticiosa teve mais “garra” devido à presença dos *media* ingleses. Alguns jornalistas portugueses (sobretudo os que escrevem para os jornais) sentiram-se mais pressionados, até pelas suas direcções editoriais. No dia seguinte queriam ter sempre o melhor “furo” nas primeiras páginas. Por parte dos ingleses, procuravam saber o que diziam os jornais, as rádios ou as televisões portuguesas. De qualquer modo, os ingleses tinham sempre tratamento diferenciado por parte dos McCann e dos seus porta-vozes.

- ✓ **Houve algum tipo de pressão por parte dos jornalistas ingleses?**

Se houve pressão foi sobretudo sobre a Polícia Judiciária. Os ingleses não estão habituados ao nosso Segredo de justiça e o facto da PJ não dar de todo, ou fornecer apenas a informação a conta gotas, foi muito difícil para eles. Talvez por esse motivo, enveredaram por um jornalismo mais sensacionalista.

- ✓ **Acha que, após o *Caso McCann*, a relação entre Jornalistas e as Autoridades Policiais se alterou?**

Não me parece. No início, e depois de muita pressão dos jornalistas, a PJ decidiu colocar um porta-voz para o *Caso McCann*. No entanto, após os primeiros dias, as conferências de Imprensa foram rareando e o porta-voz pouco ou nada dizia. Chegou até a fornecer algumas informações falsas a alguns jornalistas. A PJ gosta muito de cultivar alguma “conivência” de interesses com alguns jornais e jornalistas e é a esses que fornece informação. A “informação” que quer fazer passar para os jornais, o que não quer dizer que ela corresponde à verdade.

- ✓ **Quais foram as diferenças que se fizeram sentir nesta relação com as fontes de informação (PJ)?**

---

Penso que, de algum modo, e a posteriori, essa relação com as fontes de informação da PJ só pioraram.

Quando se percebeu que a Polícia Judiciária pouco ou nada tinha sobre os factos que ajudassem a revelar o caso do desaparecimento da criança inglesa, foi-se instalando alguma desmotivação e descrédito dos jornalistas em relação à PJ.

Quando o coordenador do caso foi destituído e desautorizado pelo director nacional da Polícia Judiciária, e quando toma conta do assunto outro titular, verificou-se que as fontes, ou fonte, que alimentava alguns jornais secou por completo.

- ✓ **Pensa que este tipo de mediação (o facto de no *Caso McCann* a PJ dar mais conferências de Imprensa) foi um parêntesis ou haverá mais casos em que agirá assim?**

Penso que não é hábito da Polícia Judiciária agir deste modo. Só muito pressionada pela comunicação social o fez. Só o fará de novo se o assunto que vier a lume tiver um mediatismo semelhante.

- ✓ **Estas mudanças (se as houve) trazem consequências positivas para os jornalistas? E negativas?**

Parece-me que trouxeram positivas e negativas. Positivas, porque a opinião pública todos os dias procurava ler jornais, ouvir rádio e ver televisão para acompanhar o caso. E os jornalistas (mal ou bem) foram os porta-vozes do que ia acontecendo

Negativas, porque muitos de nós entrámos em contradições, pusemos em causa o bom nome de algumas pessoas e relatámos até à exaustão um assunto que, a partir de determinada altura, já não trazia novidade. Penso que neste caso, as direcções de muitos órgãos de comunicação social são as responsáveis por terem tentado “vender” o que jornalisticamente já estava gasto e pressionado os jornalistas que acompanhavam o caso a ter todos os dias alguma “novidade”.

- 
- 
- ✓ **As mudanças na relação entre Jornalistas e Autoridades Policiais trazem benefícios para o Jornalismo?**

Trariam, se elas acontecessem. Em Portugal ainda há uma relação muito fechada das forças policiais, que se resguardam sempre no Segredo de justiça.

- ✓ **Normalmente, a relação entre Jornalistas e Autoridades Policiais joga muito com as fontes anónimas (apesar do jornalista saber quem é a fonte). Isso irá continuar a acontecer?**

Tem que continuar a acontecer, sob pena de deixar de existir jornalismo. Certos casos só são conhecidos na opinião pública porque há uma fonte anónima que dá a conhecer ao jornalista um determinado assunto. Se o jornalista revelar a sua fonte, será preferível mudar de carreira profissional....

- ✓ **No *Caso McCann*, pensa que algum Jornalista ultrapassou os limites, “abusando” de qualquer forma a ética jornalística?**

Sim, muitas vezes. Quando os jornalistas dão a conhecer preferências sexuais de um arguido (que se veio a provar estarem erradas) ou quando imputam a uma testemunha um cadastro inexistente, julgo que passaram a fronteira de tudo o que é razoável.

- ✓ **Relativamente aos últimos acontecimentos (pedidos de desculpa dos jornais ingleses ao Casal McCann), pensa que irá acontecer o mesmo em algum meio de comunicação português?**

Não me parece. Não é tradição dos jornais portugueses pedirem desculpa. Só se forem processados judicialmente.

- ✓ **Por último, gostaria que fizesse um breve comentário sobre algum caso anterior ou posterior ao *Caso McCann*, em que se note algumas diferenças no**

**comportamento por parte das Autoridades Policiais. (Ex: *Caso Joana* ou *Caso da Noite do Porto*).**

No *Caso Joana*, por exemplo, a Polícia Judiciária só “acordou” algum tempo depois do desaparecimento da criança. No *Caso McCann*, a PJ esteve no local nessa madrugada. Os arguidos foram tratados de forma completamente diferente. Uns, quase com deferência (os McCann), outros de forma quase desumana.

Em relação à comunicação social, a PJ foi obrigada a adoptar uma postura mais aberta devido à pressão dos *media* ingleses. Não me parece que essa postura fosse idêntica caso se tratasse do desaparecimento de uma criança portuguesa e o assunto tivesse sido apenas para “consumo interno”.

---

**Entrevista a Hugo Matias (TVI)****Realizada nas instalações da TVI em Queluz, Lisboa em 27/03/2008****✓ Como é que foi trabalhar a par dos jornalistas Ingleses?**

Acima de tudo é uma diferença de meios. Eles têm sempre mais meios do que nós. Do ponto de vista profissional, acho que os ingleses têm uma Imprensa mais especulativa do que a nossa e nesse aspecto percebi que, como estavam deslocados, não tinham muitas fontes de informação e citavam-nos... Em termos de TV deu para perceber; em termos de método de trabalhos não há muitas diferenças.

**✓ A vinda dos jornalistas ingleses veio modificar de alguma forma as práticas e rotinas jornalísticas?**

Eu acho que eles ate chegaram primeiro do que nós... A Praia da Luz é um sitio muito pequeno, já é um sitio à partida “britânico” e com os jornalistas ingleses tornou-se muito mais... nós é que éramos os estranhos, se assim se pode dizer. Mudou nesse sentido, ou seja, jornalisticamente falando. Nós temos métodos de fazer notícia que eu acho que são rigorosos no geral, mas sinto que neste *Caso Maddie*, se pisou muitas vezes o risco, porque havia escassez de informações e como os ingleses trabalham muito nesta base, pessoalmente e volto a frisar, quem deu mais cobertura a isto foram os tablóides de Imprensa escrita e depois televisões como a Sky que também esta num nível de informação, apesar de ser uma estação de referência num nível informativo diferente da BBC e isso viu-se com a cobertura.... como eles avançavam com muitas informações que nem sempre eram credíveis, nem sempre eram verdadeiras e isso veio-se a demonstrar porque nos dias seguintes eram desmentidas e havia alterações e mudavam completamente, eu senti que alguns jornalistas portugueses também tinham de correr um bocadinho mais para tentar chegar lá, e às vezes não estávamos a passar a informação mais acertada a 100%, estávamos a passar às vezes informação que não tínhamos tido tempo de digerir e de tratar a informação.... Era muito conceito de informação em tempo real e isso verificou-se por causa dos ingleses

**✓ Quais foram as diferenças que se fizeram sentir nesta relação com as fontes de informação (PJ)?**

Este caso vale por si, ou seja, pela cobertura mediática que teve e por tudo aquilo que foi criado, que na minha opinião foi criado também pelos próprios jornalistas...uma história desta dimensão, porque vamos ser realistas, desaparecem muitas crianças em todo o Mundo, mas tem certas particularidades e também temos de ter em conta que estávamos em pré-Verão o que a nível de progressão noticiosa no geral existe sempre um decréscimo...o que é que mudava aqui? A PJ teve uma atitude mais defensiva inicialmente, até porque em Portugal já é sabido que as fontes da PJ são fontes pessoais, ou então a nível oficial não há muita informação a não ser quando a PJ convoca conferências de Imprensa para anunciar determinadas situações. Acho que no início, no *Caso Maddie*, começaram assim, começaram na defensiva mas perante o espicaçar dos ingleses e perante toda a dúvida que foi criada na opinião pública e perante toda a crítica internacional, *media* internacionais principalmente, acerca da eficácia da PJ, acho que a Judiciária acabou por ter uma atitude diferente e eu lembro-me particularmente, ou seja, acho que a PJ deixou passar mais informações para fora do que deixaria numa situação normal, porque eu lembro-me particularmente numa conferência de Imprensa em que o porta-voz entrou, chegou e disse: “Só vou ler uma declaração”... estávamos todos em directo e começou a ser bombardeado com perguntas e no meio aquilo parecia uma feira (...) Eu acho que eles não souberam lidar inicialmente com essa pressão mediática e isso viu-se logo na altura. E a nível de relacionamento mudou muito e eu senti que esse foi o momento, em que aí sim houve uma verdadeira diferenciação, ou seja, os ingleses não tiveram nunca fontes próximas da Judiciária, não tiveram qualquer especialistas deles que obtivesse alguma informação, melhor do que os portugueses obtinham porque a PJ ficou um bocadinho na defensiva, em relação a eles, em relação à própria atitudes deles perante o seu trabalho. Portanto, acho que nessa altura começou a alimentar os jornalistas portugueses com mais informações e os ingleses iam por arrasto, ou seja, é por isso que eu acho que nesta situação houve uma distorção de toda a relação jornalista/fonte porque a PJ acabou por, na minha ideia, fornecer mais dados do que aquilo que podia fornecer e não oficialmente. Diziam uma informação um, outro obtinha outra por outro lado, etc... e havia uma série de dados perdidos ali pelo meio que permitia aumentar a especulação.

#### ✓ **Mas vindos da PJ?**

Vindos da PJ. Também houve muito esta história: o “diz que disse”, e o “ouvi dizer”, etc. E era o efeito “bola de neve”, porque havia tão pouca informação e estava tudo tão desejoso de

saber alguma coisa (pessoas em casa e jornalistas) que qualquer pormenor servia para tentar investigar, para tentar perceber. E acho que havia um constante, (eu pelo menos digo pela parte que me toca no contacto com as televisões) movimento estranho, nestes casos que envolvem PJ, de jornalistas a pegarem nos telefones e: “ de manhã, acordar...ligar para a PJ para saber o que é que eles sabem...”, (salve-se que não são fontes oficiais, porque oficialmente saia muito pouco), mas quer lá em baixo, quer aqui com colegas bem posicionados de algumas fontes, vamos ver o que eles sabem. Depois ao meio-dia antes do directo das 13h, vamos ver o que é que eles sabem outra vez, antes do directo da noite, ou à tarde quando havia intercalares vamos ver o que é que eles sabem outra vez, portanto havia, e às vezes aconteceu eu ligar a uma pessoa e ela dar-me uma informação, outra pessoa da concorrência, de outro canal, de outro jornal, ligar e a pessoa dizer outra coisa diferente e depois tínhamos momentos que até eram contraditórios. Portanto começou-se a pensar ate certo ponto: será que há confusão na própria investigação acerca disto? Ou será que é uma técnica da PJ para tentar, também, sustar um bocadinho esta especulação toda? Como foi uma história que durou muito tempo, criou-se um certo contacto pessoal com as fontes da PJ, nesse caso e, havia pessoas que se davam melhor com determinados elementos e investigadores, etc. e outro que se davam menos bem. E depois como os próprios jornalistas falavam muito entre si, conseguias saber informações, ou ter informações, bastante abrangentes sobre o assunto.

✓ **Nunca houve nenhum jornalista que tentasse ultrapassar o Segredo de justiça?**

Eu acho que houve sempre distinção entre... Eu cheguei a fazer telefonemas e a pessoa dizer-me: “isto é o que eu lhe posso dizer” ...e tu fazeres uma pergunta: “mas isto aqui?” e a pessoa não responder. E tu dizes: “mas não responde porque....porque é que é?” e ficas com a sensação de que isto é verdade, ele não pode responder. Acho que em muitos casos (vou ser honesto contigo) muitos jornalistas ultrapassaram os limites do que era aceitável e ficaram para lá dos limites do *off the record*. Eu lembro-me que em alguns casos, nós (TVI) avançamos algumas notícias que eu achei que eram fruto dessa especulação e às vezes não tínhamos confirmação exacta, mas também faz parte do Jornalismo fazer esse tipo de avanços. Acho que naturalmente houve elementos que foram divulgados, e não preciso de ser eu a dizê-lo, veio a ser publicado à posteriori que estavam, naturalmente, em Segredo de justiça. Se fazem parte de uma investigação que não tem de vir cá para fora, e houve jornalistas que sabiam e acho que por arrastamento todos acabaram por saber dados que estavam em Segredo

de justiça. É por isso que eu digo que acho que alguma relação próxima de alguns jornalistas com determinadas fontes dentro da PJ foi demasiado além e foi novamente esse “efeito bola de neve” em que se perdia às vezes a noção, no geral, do que é que é possível fazer e do que não é possível fazer. E depois como havia jornalistas ingleses à mistura, que não tinham o mínimo conhecimento do nosso Código Penal e do Código do Processo Penal, fazia-lhes imensa confusão o conceito de o que é que é o Arguido, e o que é que não é? O que é que é um Suspeito e o que é que não é? O que é que são inquirições e o que é que são interrogatórios? E como eles não percebiam muito bem e ainda por cima nessa altura mudamos (entrou em vigor o novo Código Penal e o novo Código do Processo Penal) havia uma confusão tão grande por parte deles (ingleses, espanhóis e outros que lá estavam) que, eu acho que eles próprios acabaram por falar e trazer a público temas que não podiam. Temas que normalmente numa investigação não saem com esta dimensão. Nós às vezes temos casos mediáticos (ex: Casa Pia, houve violação do Segredo de justiça em diversos assuntos) e acho que este foi um desses casos. Há tanta informação a correr e tanta gente a tentar obter informações e tanto a decorrer ao mesmo tempo que se vai mais além. E acho que sim, que houve nitidamente casos em que se foi dentro de territórios que não se podiam ir, jornalisticamente falando.

- ✓ **Pensa que este tipo de mediação (o facto de no *Caso McCann* a PJ dar mais conferências de Imprensa) foi um parêntesis ou haverá mais casos em que agirá assim?**

Eu acho que este caso não se volta a repetir... não nestes contornos pelo menos, porque... Eu não sei como é que isto vai acabar...Tenho a minha opinião pessoal, mas fica comigo. Acho que todos aqui aprendemos algumas lições. Acho que a PJ nunca mais vai fazer ou deixar que a situação avance da forma como avançou, e prova disso é que a certa altura o próprio porta-voz da PJ (o porta-voz inicial) é substituído e aí a PJ deixa de fazer aquelas conferências de Imprensa. Ponto final, parágrafo.... Fechou-se a porta porque o que passava cá para fora era sempre mais do que era permitido e sempre distorcido. E acho que eles não souberam fazer uma gestão correcta da informação que tinham ou uma informação mais sensata da informação que tinham e portanto, acho que não se vai criar aqui um paradigma para repetir, ou seja, não vai haver aqui “jurisprudência” para outras situações, ou seja, acho que a PJ vai ficar noutra casos, se tiver mais algum caso semelhante a este, vai seguramente, na minha

opinião, tentar fechar-se mais, reservar-se mais, e os jornalistas também não vão conseguir ter tanto acesso às informações. Tanto que nós notámos logo uma diferença quando foram concluídas aquelas análises do ADN recolhido: notámos logo uma diferença entre o que eram informações que nós conseguíamos obter da PJ e as informações que nos conseguíamos obter através do Instituto de Medicina Legal ou através do Laboratório Forense de Birmingham. Havia logo uma diferença muito grande... Nós nesses dois sítios conseguíamos saber muita pouca coisa, mesmo com fontes lá dentro... mais na Medicina Legal do que em Birmingham. Acho que eles não voltam a repetir essa situação de divulgação de informação como repetiram no *Caso Maddie*, acho que não voltam a cometer esse erro.

- ✓ **Estas mudanças (se as houve) trazem consequências positivas para os jornalistas? E negativas?**

Eu acho que acima de tudo não teve repercussões futuras, ou noutros casos pelos menos porque, terminado o *Caso Maddie* a história volta basicamente à normalidade, ou seja, no que é um caso de dia-a-dia a relação que se tem com a PJ é exactamente igual ao que se tinha antes da Maddie e basta ver isso nesta história da criminalidade violenta... O que sabes, continuas a saber da forma como sabias... com fontes de lá de dentro. O facto de haver mais informações dispersas no *Caso Maddie*, divulgadas também por parte da PJ não oficialmente, também surge, porque de facto há essa necessidade dos jornalistas apresentarem dados novos e à uma pressão muito grande sobre os investigadores e à toda uma crítica em relação ao trabalho da PJ e há todo o peso institucional e internacional, e acho que foi uma conjuntura muito própria. Acho que não é um caso que se torne a repetir nestes moldes e não me parece que se se tire daí algum benefício. Tirou-se no momento, porque entre não saber nada e saber (mesmo que sejam informações que depois não se confirmem a 100%) e segundo palavras da PJ eram linhas de investigação, era positivo, porque de facto havia uma pressão muito grande para tentar saber alguma coisa. Se a PJ se tivesse fechado completamente sem se saber nada, se calhar não se tinha escrito tanto, não se tinha dito tanto, ou se calhar poderíamos tê-lo feito de uma forma mais especulativa. Acho que o benefício foi, um benefício informativo com os riscos que daí vieram, que foi a deturpação de alguns elementos.

- ✓ **Então no futuro a relação entre Jornalistas e PJ será a mesma...**

Eu acho que não se alterou... Eu não sei com que imagem é que os jornalistas estrangeiros ficaram, os que não trabalham em Portugal pelo menos, e se calhar até não ficaram com a mais correcta, mas, eu acho que nem a própria imagem da PJ mudou tanto assim com esta história. Acho que esta história teve um momento no tempo e se calhar daqui a uns meses ou após um desenvolvimento qualquer aparecerá alguma voz crítica a dizer: “a PJ não soube fazer isto bem”, ou “não soube investigar”, ou “não foram competentes...ou foram”. Mas acho que acaba por funcionar muito aquela história da “memória curta”...ou seja, já passou. Teve um período, passou e acho que não se vai alterar e hoje em dia quando nós voltámos à rotina quotidiana da relação com a PJ, noutros assuntos, temos de proceder da mesma forma que tínhamos. Eu se calhar conheço alguma pessoa, se calhar um colega meu conhece outra, se calhar se precisarmos de saber alguma informação telefonámos para perceber se há, se não há, se pode-se saber, se não se pode, se é verdade, se não é, e andámos um bocadinho assim nesse jogo das “apalpadelas”...

✓ **Funciona então um bocadinho com as fontes anónimas...**

Uma das grandes dificuldades que eu sempre notei no trabalho de jornalismo em termos de relação com fontes, sempre foi a PJ, ou seja, ou nós de facto conhecemos alguém ou de lá não tirámos nada... Porque se eu ligar, oficialmente, eles dizem-me aquilo que me podem dizer que é muito básico, provavelmente, a não ser que tenham interesse imediato em comunicar o assunto... Regra geral eles são muito democráticos, comunicam a todos ao mesmo tempo. Obviamente que se calhar eu conheço uma pessoa, como outros conhecem outros que de vez em quando ligam e dizem: “olha, vai-se passar isto, que aconteceu?”... e são fontes anónimas obviamente. Raramente, e vê-se isto muito nos jornais, que também são os órgãos que têm mais tempo hoje em dia, face à agenda mediática para andar a “bater às portas”, e se calhar investigar mais e relacionar-se mais com fontes nesse aspecto.... Eu acho que nesse aspecto as Televisões, e inverteu-se um bocado a estrutura que tínhamos, que era os jornais vinham no dia seguinte e “esmiuçavam” um bocadinho mais a informação, as rádios davam imediatamente, a Televisão era à noite com algum tratamento... para saber a verdade ouvíamos no dia seguinte. E hoje em dia acho que a lógica está completamente invertida. Se calhar eles têm mais tempo ainda assim para picar e tentar perceber alguns assuntos e nós, as Televisões, já estamos a fazer outras coisas...às vezes estamos a ir atrás dos próprios jornais, e das fontes dos jornais e do trabalho que eles tiveram. Mas regra geral, e isso vê-se nos

jornais, eles citam quase sempre fontes anónimas da Polícia Judiciária e acho que continua a ser assim. O *Caso Maddie* não alterou isso. Fez com que se calhar haja alguma prudência no futuro. Se calhar em aspectos básicos, se calhar a PJ se tivesse um caso desses e tivesse de escolher um porta-voz, se calhar aquele senhor que se voluntariou para ser, ou disse se calhar não me importo de ser, se calhar nunca mais o fariam e se calhar a PJ escolheria um porta-voz que dominasse inglês a 100% e que tivesse determinadas características... que soubesse comunicar e que soubesse gerir informação, porque eu acho que a falha da PJ foi a gestão de informação paralela, tanto que isso acabou por se ver com as alterações na investigação, e com as alterações directivas dentro da directoria de Faro e depois da secção de Portimão e de quem é que chefiava o caso e quem é que não chefiava, etc... Tanto que isto volta à normalidade que depois dos ingleses irem embora, depois dos portugueses terem saído do Algarve destacados de onde estavam, no dia-a-dia, a história já não tem tantas fontes. Já não tem tanto interesse no geral, portanto a coisa foi-se apagando, o fogo foi-se apagando. E voltámos à normalidade e voltámos à relação que tínhamos, usual, com a PJ.

- ✓ **Só para terminar... Pedia para comentar o caso da Noite do Porto em que a PJ reuniu um grupo de jornalistas e convidou-os para os seguir naquela noite. Como é que vês esta relação?**

Eu acho que nós temos pouco aquele jornalismo “infiltrado”... Ou seja o jornalista que vai, em casos de guerra, atrás de uma das partes que se vai infiltrar... vai em conjunto com uma das partes. Nós temos pouco isso cá... Eu acho que nós temos uma escola de jornalismo, daí também as diferenças com os ingleses em que uns de um lado e outros do outro, ou seja, quem é fonte de informação ou quem é notícia está num lado e quem informa está do outro e a separação está mais ou menos definida. E isto se calhar, na minha opinião, ainda consequência do 25 de Abril, ou seja, muita separação entre o poder e esta espécie de contrapoder informativo. O certo é que noutros países isso acontece, não só nas guerras como noutro tipo de acções... Este tipo de proximidade e este tipo de trabalho infiltrado, acontece e não é criticado. Nós é que temos um conceito de jornalismo de imparcialidade total, ou o mais possível onde os jornais não apoiam os candidatos, as Televisões também não. Portanto, faz-nos alguma confusão às vezes pensarmos como é que é possível nós passarmos para o outro lado, porque depois levantam-se as críticas de que: “só vão mostrar aquilo que querem... Só vão fazer aquilo que eles querem...”.

Eu acho que tem de se ver a situação com peso, conta e medida e acho que os jornalistas nunca perdem nada em participarem nesse tipo de situações... Têm é de perceber se estão a ser enganados, têm de perceber se aquilo é útil, se aquilo é informativo, se é notícia... e também não ter pudor em dizer: “isto não é, não fazemos...”...isso por um lado. Por outro, acho que, como tudo, hoje me dia assiste-se a uma maior abertura da Marinha, do Exército, da Força Aérea, da Polícia, até da própria PJ à ligação com a Comunicação Social, ou seja, estamos a falar de entidades/organismos que até há bem muito pouco tempo eram muito fechados... Não queriam confusão, nem misturas com a Comunicação Social e hoje em dia convidam, fazem essas espécies de “excursões”... que é sempre no seu melhor aproveitamento, ou seja, quando nós convidámos alguém ...

Há muito poucos casos de entidades que convidam os jornalistas a participar numa operação que sabem que vai correr mal, em que o risco é muito grande. Está aí um controlo de informação considerável... E isso funciona muito quando nós vamos para fora, para uma guerra no estrangeiro ou uma cena assim parecida... Funciona muito nessa base, e acho que nós hoje em dia começámos a ter essa mistura entre quem informa e quem é Polícia. Tem é que haver bom senso e ponderação...

Eu não condeno, nenhuma das partes, porque acho que nesse caso concreto acho que é do interesse da PJ tentar passar a sua mensagem e acho que é do interesse dos jornalistas perceberem qual é essa mensagem e filtrarem aquilo e darem ou não. Acho que é um rumo que nós seguimos, e acho que é um rumo já um bocadinho internacional, de onde Portugal tem estado afastado (mas isto é a minha opinião), mas acho que o rumo do futuro vai ser esse... cada vez mais uma proximidade, sendo que essa proximidade em Portugal, raramente se confunde com ser um veículo de informação de um determinado organismo. O jornalismo português é por si muito independente, e acho que os jornalistas têm essa capacidade, volto a dizer, se calhar fruto de uma conjuntura política e social portuguesa recente... Gostam muito de dizer e de ser independentes.

**Entrevista a Ian Woods (Sky News)****Enviada por e-mail em 09/04/2008 às 16h17****Hi...if you don't mind, I'll try to answer all your questions in one long answer!**

The biggest difficulty in the first few days was a lack of official information from either the PJ or GNR. Most of the information we were getting came from either representatives of Mark Warner or the British Embassy, as well as McCann family, local people in Luz or the Mayor of Lagos. Usually in Britain, there is a representative of the police assigned to work with the *media* to provide official information as well as off-the-record guidance. Even the most basic questions such as "where are you searching?" was met with a "no comment".

This meant that because the police were not telling us what they were doing, it looked as if the search was unfocussed, or uncoordinated, and the PJ failed to address the initial complaint from the McCann family that their report of Madeleine's disappearance had not been taken very seriously -- she was a "missing" child rather than an "abducted" child.

So, the British *media* reported the family's complaints about how the investigation was being handled, and the police refused or were unable to respond. Silence made them look uncooperative and unhelpful.

I believe that the police responded to this negative publicity from British journalists, by telling Portuguese reporters gossip and information to make the McCanns look bad. Obviously the McCanns were wrong to leave their children alone. But within a few days of Madeleine being abducted there were stories appearing in the Portuguese papers that the McCanns and their friends were "swingers" having wild sex parties -- and that Gerry was not really Madeleine's father. These stories were ludicrous and wrong, and initially the British reporters read them and laughed -- and ignored them.

However after a week or more with no new details emerging, and the lack of official information from the PJ, eventually British journalists had to look to their Portuguese colleagues for direction -- they knew the country and it's laws -- and they knew many of the officers working on the case. So if a Portuguese paper was reporting a new angle, the British reporters tended to follow it up...write the same details in British newspapers and on TV, and say this was what was being said in Portugal... The Portuguese papers would then see that their theories were being reported as fact by the British *media*, and so every piece of gossip and speculation soon became accepted as hard facts. With no official denail from the police, nothing was proved true or false.

I have my own example of this. Carlos Anjos from the Police Federation went on TV and said that the McCanns had called Sky News to say Madeleine was missing before calling the police. Every Portuguese newspaper began reporting this. It is nonsense. Sky News found out about Madeleine's disappearance at 8am on May 4th -- around 10 hours after the police search was underway. But every lie or false rumour was treated as an important new piece of evidence.

This is why Express Newspapers recently had to pay damages to the McCanns for libel.. The Express simply reprinted every false allegation which had appeared in Portuguese newspapers, including some stories which directly contradicted each other. Their reporters abandoned any attempt to filter rumours and try to find out what was true, and simply repeated lurid nonsense in a desperate attempt to provide new details. Other newspapers were guilty to a lesser extent -- and so were TV. Sky News repeated some of the stories appearing in Portugal, while trying to put them in context, or correct certain aspects we knew to be wrong. But we simply ignored the vast majority of stories which we thought were extremely dubious. Some of the newspaper reporting of the case has made me ashamed to be a journalist.

I do not know the laws of libel in Portugal.....but IF the McCanns are eventually exonerated by the PJ then they may consider legal action against some of the Portuguese *media* in the same way the sued the Express in England. It seems the PJ have no firm evidence that they were responsible for their daughter's disappearance, and yet I assume most people in Portugal are convinced they are guilty because of the *media* coverage there. If the McCanns are ever

charged with a crime and found guilty, then clearly some of the reporters will be vindicated and those of us who think that abduction by a stranger is the most likely explanation will be forced to eat our words!

I enjoyed working with some of the Portuguese TV reporters....we helped each other out with information, and translations. We were standing beside each other for many hours doing live broadcasts, and it was helpful to share information. I did not have much contact with Portuguese newspaper reporters...though our translator would tell us everything related to Madeleine which was in the papers.

I do not know if the British newspaper reporters talked in any detail to Portuguese newspaper reporters, but like us they had a translator to tell them what was in the papers, and followed up (or simply copied) what was written.

Inevitably British reporters gave more credence to what we were being told by British officials or the McCann family than the rumours flying around in the Portuguese *media*. We believed that malicious gossip was coming from police sources, and not knowing any of the officers involved in the investigation, we had no way of separating fact from fiction. Inevitably Portuguese journalists trusted their fellow countrymen and their sources more than they trusted information coming from British people. So for the first few weeks or months the British *media* were largely pro-McCann and the Portuguese *media* seemed largely anti-McCann.

We also had a lot of experts (former British policemen and detectives) who would comment negatively on how the Portuguese police were dealing with the investigation. In Britain, a top priority in a missing child inquiry is to make public appeals for information, and to give as many details as possible to the *media* to assist in alerting people who may be potential witnesses. There was genuine disbelief and anger in Britain that the PJ would not issue an artist's sketch or photofit of anyone acting suspiciously in the area. A senior British officer would do endless TV interviews asking the public if they saw this - if they saw that -- anything to generate possible sightings of suspects. We reported how Portuguese law is different -- and we respect that you have your own way of conducting inquiries -- but to British reporters and British police it seemed slower and less effective at finding Madeleine.

We came to understand the meaning or *arguido*, but it does seem a very strange law that someone can be under suspicion for such a long period of time. We cannot understand why Robert Murat has not been ruled out of the investigation after all this time. If the PJ have evidence that he has committed a crime - charge him. If not, tell the public he is not a suspect.

I strongly believe the PJ should learn from this case and inform the public and the *media* about investigations -- unless there is good reason for keeping details secret. It is much better to provide the *media* with true, official statements, than allowing gossip to take the place of facts.

---

**Entrevista a Rogério Santos (Teórico e Professor Universitário)****Realizada nas instalações da Universidade Católica de Lisboa em 27/03/2008**

- ✓ **Acha que o facto de trabalhar a par dos jornalistas veio modificar as práticas e rotinas jornalísticas dos portugueses?**

Em princípio, todo o trabalho de campo e reportagem é semelhante e universal. Hoje os jornalistas trabalham de forma semelhante, o panorama inglês é mais tablóide mas a Imprensa portuguesa também é diferente nos diversos *media*. Não creio que tenha havido alterações. No princípio, os jornalistas portugueses estavam de acordo que os McCann não se tinham preocupado com as crianças, mas esse primeiro impacto negativo desapareceu. Houve um bom trabalho de fontes por parte dos McCann e os jornalistas aceitaram a perspectiva apresentada e já mencionavam os McCann como vítimas. Isto vem no seguimento da ideia de Stuart Hall do primeiro definidor: a fonte é a primeira definidora...os McCann fizeram uma boa campanha de fontes e os jornalistas ficaram do lado deles.

Acho que os jornalistas portugueses que não se sentiram influenciados. Há um momento quem que se nota que o jornalista não é parcial, que é patriota (caso de Sandra Felgueiras num momento querer fazer “justiça popular”).

A ideia que eu tenho é de que os jornalistas ingleses não influenciaram os jornalistas portugueses, pelo menos nas primeiras semanas.

- ✓ **Acha que, após o *Caso McCann*, a relação entre Jornalistas e as Autoridades Policiais se alterou?**

Não creio. Não sei o que a PJ fez... tinha um porta-voz - que foi eclipsado - , que transmitia uma imagem de segurança e eficácia...depois essa imagem desapareceu. A PJ apareceu depois como o bode expiatório. Houve muitas fugas de informação, logo a ideia de eficácia desapareceu.

---

Claro que o porta-voz que apareceu no início foi uma mudança, em que a PJ tinha de fazer um *briefing* com os jornalistas que acreditam muito nas fontes oficiais. Agora a credibilidade da PJ está nas mãos dos *media*. De alguns anos até agora, os tribunais precisavam de ter alguém que fosse a porta de entrada para os jornalistas. E Tal como na PJ, os jornalistas podem “criar a imagem destas fontes oficiais”.

Embora não tenha melhorado, a PJ tem melhorado e tem-se preocupado com a imagem que passa para os *media*.

- ✓ **No Caso McCann, pensa que algum Jornalista ultrapassou os limites, “abusando” de qualquer forma a ética jornalística? Nomeadamente, ultrapassando a barreira do Segredo de justiça?**

O Segredo de justiça é algo que é discutido há anos. Mas o segredo de justiça é algo que existe em alguns países. A ideia que há em Portugal é que “enquanto o processo de investigação está a decorrer há elementos que não deve ter divulgação pública porque poderá haver um desencadear de situações.

As fugas de informação têm de ter dois actores: o jornalista que capta e alguém que deixa “escapar” a informação. Esta não sai da caneta ou do computador do jornalista, alguém lhe disse... Há aqui outra questão e recorria ao termo de *campo jornalístico*, onde se verifica a existência de interesses diferentes.

A questão do Segredo de justiça não envolve só a PJ mas também o Ministério Público, entre outras entidades.

- ✓ **Estas fugas de informação levam à utilização de fontes anónimas por parte do jornalista. De que modo no jornalista a utilização de fontes anónimas tem repercussões no jornalismo?**

As fontes anónimas sempre existiram no jornalismo e vão continuar a existir. Quando a segurança da fonte está em causa, ela é anónima.

---

Nestas questões de Polícia e Justiça vejo como vantagem a utilização de fontes anónimas, aquelas que fazem prezar a vida. Agora o recurso a fontes anónimas por tudo e por nada, significa que o jornalismo não é bom. Quanto mais fontes anónimas existem menor credibilidade tem o jornalista.

- ✓ **Pensa que este tipo de mediação (o facto de no *Caso McCann* a PJ dar mais conferências de Imprensa) foi um parêntesis ou haverá mais casos em que agirá assim?**

A tendência mundial é para haver uma mediação maior e quase como uma obrigação. Claro que um mediador é sempre um mediador, um elemento intermediário. O jornalista quer sempre mais...quer falar com o Primeiro-Ministro e não com um “simples” intermediário, mas o porta-voz é sempre um filtro.

A PJ neste caso só ganha em publicita aquilo que faz, mostrando a sua eficácia. A polícia tem um interesse em ter ma boa relação com os jornalistas porque se houver essa relação, têm uma boa imagem e transmitem-na...a instituição sai beneficiada.

- ✓ **Estas mudanças (se as houve) trazem consequências positivas para os jornalistas? E negativas?**

Não queria ser muito pessimista...Mas, os jornalistas vivem muito das fontes. É uma relação complexa e complicada, porque o jornalista depende cada vez mais das fontes. As fontes, por outro lado, refinam-se. Há fontes não oficiais (organizações não governamentais) que se especializam, como é o exemplo da “Green Peace”.

Mas os jornalistas dependem cada vez mais das fontes, o que quer dizer que o jornalista está sempre numa situação delicada com as pressões – dos patrões e dos leitores – e os constrangimentos – do espaço. O jornalista hoje faz um jornalismo mais sentado, logo é muito mais sensível às pressões das fontes de informação com mais poder. Isto faz com que o jornalismo seja uma profissão muito delicada.

✓ **O facto de utilizarem fontes anónimas é um ponto frágil para o jornalista?**

O jornalista depende das fontes, mas existem três tipos principais: oficiais (ministros, PR, PM...); não oficiais (sindicatos, instituições...) – têm força para contrabalançar o que é dito pelas fontes oficiais – e as fontes anónimas. Estas dividem-se essencialmente em dois grupos: as pessoas que observam ocasionalmente um acidente e relata-o; ou a fonte anónima que tem um forte interesse contrário, isto é, quando há uma fuga de informação intencional mas a fonte quer ficar “escondida”.

✓ **Por último, no futuro como será a relação entre jornalistas e autoridades policiais? Gostaria que fizesse um breve comentário sobre o *Caso da Noite do Porto*.**

Isso são acções de charme. São acções de relações públicas. É o jornalismo embebido que os americanos fizeram no início da Guerra do Iraque. É algo que acontece frequentemente e é feito de certa forma para atenuar a insegurança exagerada pelos *media*. Os *media* amplificam negativamente os acontecimentos.